

PLANO DE CONTINGÊNCIA

DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

PARA O ENFRENTAMENTO
DE DESASTRE POR
SECA E ESTIAGEM

NO ESTADO DO

ESPÍRITO SANTO

Vitória, ES
2026



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Governador do Estado do Espírito Santo

Ricardo de Rezende Ferraço

Secretário de Estado de Saúde

Gleikson Barbosa dos Santos

Subsecretaria de Estado de Vigilância em Saúde

Orlei Amaral Cardoso

**Subsecretaria de Estado de Planejamento e Transparência da
Saúde**

Francisco José Dias da Silva

Subsecretaria de Estado de Regulação do acesso em Saúde

Clio Zanella Venturim

Subsecretaria de Estado de Atenção à Saúde

Carolina Marcondes Rezende Sanches

Subsecretaria de Estado Contratualização em Saúde

Heber de Souza Lauar

**Subsecretaria de Estado Assunto Administrativo/ financeiro da Atenção à
Saúde**

Antônio Carlos Haidmann Bispo

Diretor Geral do ICEPI/SESA ES

Érico Sangiorgio

Superintendência Regional de Saúde de Colatina -SESA ES

Edivanio Mendes dos Passos

**Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim -SESA
ES**

Brunno Luiz Teixeira Costa



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Superintendência Regional de Saúde de São Mateus -SESA ES

Wagney Gomes Camara

Superintendência Regional de Saúde de Vitória -SESA ES

Alexsandro de Moraes Vimercati



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Elaboração

Roberto Da Costa Laperriere Junior

Chefe do Núcleo Especial de Vigilância Ambiental em Saúde
NEVA/GEVS/SSVS/SESA

Luciana De Nadai Mariano

Referência Técnica Estadual Programa Vigidesastres
NEVA/GEVS/SSVS/SESA

Carla Estela Lima

Apoiadora Ministério da Saúde
Vigidesastres/ES

Gilton Luiz Almada

Técnico do Programa Vigidesastres
NEVA/GEVS/SSVS/SESA

O Plano de Contingência foi elaborado a partir de dados e informações sobre o monitoramento estadual de secas e estiagens do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, análise documentos da Defesa Civil do Estado do Espírito Santo e dados operacionais da Secretaria de Estado da Saúde. A construção do plano se baseou no Guia para elaboração de planos de contingência, do Ministério da Saúde e Plano de contingência para emergência em saúde pública por seca e estiagem.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

LISTA DE SIGLAS

ACE – Agente de Controle de Endemias
ACS – Agente Comunitário de Saúde
AGERH - Agência Estadual de Recursos Hídricos
ANA – Agência Nacional de Águas
APS – Atenção Primária em Saúde
AVE – Acidente Vascular Encefálico
CAF – Central de Abastecimento Farmacêutico
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CEPDEC – Coordenadoria estadual de Defesa Civil
CEREST – Centro de Referência de Saúde do Trabalhador
CESAN – Companhia de Água e Saneamento do Espírito Santo
CIATox – Centros de Informação e Assistência Toxicológica
CIEVS – Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde
COE – Centro de Operações de Emergência
CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CRU – Central de Regulação de Urgências
DATASUS – Sistema de Informações do Ministério da Saúde
DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DDA – Doenças Diarreicas Agudas
DNC – Doença de Notificação Compulsória
DPOC – Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica
DTHA – Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar
EPC – Equipamento de Proteção Coletiva
EPI – Equipamento de Proteção Individual
ESF – Estratégia de Saúde da Família
ESP – Emergência em Saúde Pública
ICSAP – Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LACEN – Laboratório Central
MS – Ministério da Saúde
ONGs – Organização Não Governamental
RAS – Rede de Atenção à Saúde
RAPS – Rede de Atenção Psicossocial
RENAVEH – Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar
RN – Recém-Nascido
RUE – Rede de Atenção às Urgências e Emergências
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SCO – Serviço de Comando de Operações
SESA – Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

SEDEC – Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SGB – Serviço Geológico do Brasil
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SIH – Sistema de Informações Hospitalares
SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SIVEP – Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica
SRAG – Síndromes Respiratórias Agudas Grave
SUS – Sistema Único de Saúde
SVO – Serviço de Verificação de Óbitos
S2iD – Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
UBS – Unidade Básica de Saúde
UPA – Unidade de Pronto-Atendimento
UTI – Unidade de Terapia Intensiva
VIGIÁGUA – Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano
VIGIDESASTRES – Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres
VISA – Vigilância Sanitária



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Objetivo Geral.....	10
1.2. Objetivos Específicos	11
2. SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DO TERRITÓRIO	11
2.1. Panorama Geral.....	11
2.2. Doenças Endêmicas e Emergentes em Cenários de Secas e Estiagens no Espírito Santo	14
2.3. Ameaças e Riscos	17
2.4. Capacidade Instalada para o Enfrentamento de Desastres Climatológicos por secas e estiagens.....	18
2.5. Fontes de Dados	18
3. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO E CENÁRIOS DE RISCO	19
4. ESTRATÉGIA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA DESASTRES CLIMATOLÓGICOS POR SECAS E ESTIAGENS.....	23
5. ORGANIZAÇÃO DE CADA SETOR PARA RESPOSTA A DESASTRES PROVOCADOS POR EVENTOS CLIMATOLÓGICOS POR SECAS E ESTIAGENS	28
5.1. Eixo Gestão	28
5.2. Eixo Vigilância de Gestão de Emergências em Saúde Pública	44
5.3. Eixo em Vigilância em Saúde	50
5.4. Eixo Assistência à Saúde	73



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

6. INSTRUÇÕES PARA ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE)	85
6.1 Atribuições do COE	86
6.2 Composição do COE - SAÚDE	87
6.3 Ativação	88
6.4 Desativação	90
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
8. APÊNDICES	93
APÊNDICE 1 – MODELO DE PORTARIA DE ATIVAÇÃO DO COE SAÚDE SESA E COEs REGIONAIS	96
APÊNDICE 2 – MODELOS DE PORTARIA DE DESATIVAÇÃO DO COE SAÚDE SESA E COEs REGIONAIS	98
APÊNDICE 3 – MODELO DE MATRIZ DE RESPONSABILIDADE.....	100



1. INTRODUÇÃO

As secas e estiagem são fenômenos com que ocorrem com certa ocorrência do estado do Espírito Santo. Tais eventos possuem impactos diretos e indiretos à saúde da população, aos serviços de saúde e aos sistemas de água e saneamento. Também afetam aspectos socioambientais, à segurança alimentar e nutricional, bem como a alterações na epidemiologia (AGERH, 2024). Esses fenômenos requerem do Sistema de Saúde uma resposta adequada, em conjunto com diversos setores governamentais.

Nos últimos 5 anos, alterações entre estados de normalidade de chuvas e severidade de estiagem vem marcando o Espírito Santo. Ao ocorrer esses eventos, eles impactam diretamente a saúde pública, a economia, ao abastecimento de água, à segurança nutricional e as atividades agrícolas. Dessa forma, necessita-se de resposta imediata do governo, com respostas integradas, através da identificação de áreas vulneráveis, no levantamento de cenários de risco e na adoção de protocolos específicos para monitoramento, prevenção e mitigação dos impactos (ESPÍRITO SANTO, 2019).

O sistema estadual de monitoramento e alerta de desastres alia a Defesa Civil, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH) e a Companhia Espírito-santense de Água e Saneamento (CESAN) que se articulam para o repasse de informações climatológicas para melhor resposta a eventos de seca e estiagem. O Sistema Alerta, instituído pelo Decreto n. 4.488-R/2019 busca fortalecer a resposta do Espírito Santo a eventos climáticos, integrando monitoramento e tomada de decisão técnico-científica (ESPÍRITO SANTO, 2019).

A Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo demonstra a construção do Plano de Contingência para Enfrentamento de Desastre por Seca e Estiagem visando organizar a preparação e resposta, focado na vigilância, manejo assistencial e mitigação de danos à saúde humana. É estruturado em 5 estágios operacionais (alerta/resposta), monitoramento de queimadas,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

10

escassez de água e doenças relacionadas, com apoio técnico e financeiro do Vigidesastres, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde.

Situações de escassez hídrica podem favorecer a disseminação de doenças relacionadas ao consumo de água imprópria, ao armazenamento inadequado de água e às condições precárias de higiene, além de contribuir para o agravamento de doenças crônicas, desnutrição e problemas respiratórios. Tais impactos exigem planejamento, monitoramento e resposta coordenada dos serviços de saúde e da gestão pública (MINAS GERAIS, 2024).

Para resposta à uma Emergência em Saúde Pública (ESP) por seca e estiagem é importante a definição do cenário de risco, levando em consideração a frequência e intensidade das ocorrências de eventos, as áreas e populações expostas, os impactos humanos, os danos materiais e os principais setores afetados. No que concerne ao setor de saúde, o levantamento desses impactos deve levar em consideração os impactos à saúde da população, aos tipos de serviços de saúde e outros essenciais comprometidos (por exemplo, o acesso e a qualidade da água). Essas informações devem ser complementadas por outras em escala local, como estratégia para ampliar e organizar o conhecimento da exposição e vulnerabilidades do território, que permitirá estabelecer estratégias de comunicação e controle social (FAVERO; DIESEL, 2008).

Dessa forma, a elaboração deste plano justifica-se pela necessidade de subsidiar a tomada de decisões, fortalecer ações de vigilância em saúde, prevenir riscos e minimizar os efeitos adversos decorrentes de desastres associados à seca e à estiagem, promovendo a proteção da saúde coletiva e a redução de vulnerabilidades sociais e ambientais.

1.1. OBJETIVO GERAL

Estabelecer diretrizes, procedimentos e responsabilidades para a preparação, resposta e recuperação da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo frente a secas e estiagens, visando minimizar impactos à saúde



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

11

da população, garantir a continuidade dos serviços essenciais e fortalecer a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Planejar e implementar ações integradas de vigilância, prevenção e resposta relacionadas ao enfrentamento de desastre à seca e à estiagem, visando reduzir riscos, proteger a saúde da população e minimizar impactos sociais e ambientais;
- Monitorar continuamente a situação hídrica, sanitária e epidemiológica das áreas afetadas por seca e estiagem;
- Identificar populações e territórios em situação de maior vulnerabilidade;
- Garantir o acesso à água potável segura e a condições adequadas de higiene e saneamento;
- Prevenir e controlar doenças relacionadas à escassez de água e às condições ambientais adversas;
- Fortalecer a capacidade de resposta dos serviços de saúde em emergências;
- Promover ações de educação em saúde junto à população sobre uso racional da água e práticas de higiene em momentos de estiagem;
- Integrar as ações entre os setores de saúde, assistência social, defesa civil e meio ambiente.

2. SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DO TERRITÓRIO

2.1. PANORAMA GERAL

O Espírito Santo, localizado na região Sudeste do Brasil, possui 78 municípios distribuídos em uma área de 46.098,1 km², com população estimada em 4 milhões de habitantes, concentrada principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória. O estado está dividido em três macrorregiões



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

12

de saúde, quatro superintendências e quatro regiões de saúde, o que exige organização territorial específica (ESPÍRITO SANTO, 2026).

Entre 2013 e 2023, as secas e estiagens configuraram-se como os desastres mais recorrentes no Espírito Santo, com 273 decretações de situação anormal e mais de 30% dos 1.513 registros do S2iD relacionados à escassez hídrica. Esses eventos representam um dos principais desafios para a gestão de riscos e desastres no estado, gerando impactos significativos sobre a saúde pública, a economia, a segurança alimentar, o abastecimento de água e a sustentabilidade das atividades produtivas. A complexidade desses efeitos exige respostas integradas, baseadas na identificação de áreas vulneráveis, na caracterização de cenários de risco e na adoção de protocolos específicos para monitoramento, prevenção e mitigação dos impactos (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Nesse contexto, destaca-se o Sistema Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres - Sistema Alerta, instituído pelo Decreto nº 4.488-R/2019, que integra a Defesa Civil, a AGERH, o Incaper e a Cesan, articulando informações climatológicas essenciais para a tomada de decisão em todas as fases do desastre. O monitoramento contínuo de chuvas, vazões e condições meteorológicas subsidia ações preventivas e de resposta no território capixaba (ESPÍRITO SANTO, 2024).

Entre os anos 2021, até o mês de maio de 2026, o estado do Espírito Santo registrou momentos de seca fraca e moderada. Em 2021, entre os meses de agosto e novembro, estágios moderados de seca são registrados, sendo mais acentuado em agosto, nas regiões norte e noroeste do estado. Em 2022, períodos sem seca no verão e moderada entre julho e outubro, nas regiões norte, centro-oeste e sul do estado. Já no ano de 2023, seca fraca de março a dezembro. Em 2024, atingiu seca moderada nas regiões noroeste, centro-oeste e sul nos meses de junho a novembro, mas, em todos os meses desse ano, em quase todo estado apresentou seca fraca. Em 2025, entre os meses de julho a dezembro, o estado teve seca moderada no norte, noroeste, centro-oeste e sul e fraca durante todo o ano em todo estado. Esse ano, até maio, período sem



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

13

seca ou fraca no centro sul do estado (BRASIL, 2026). A figura1 mostra a série histórica de período de seca e estiagem entre junho de 2021 a maio de 2026.

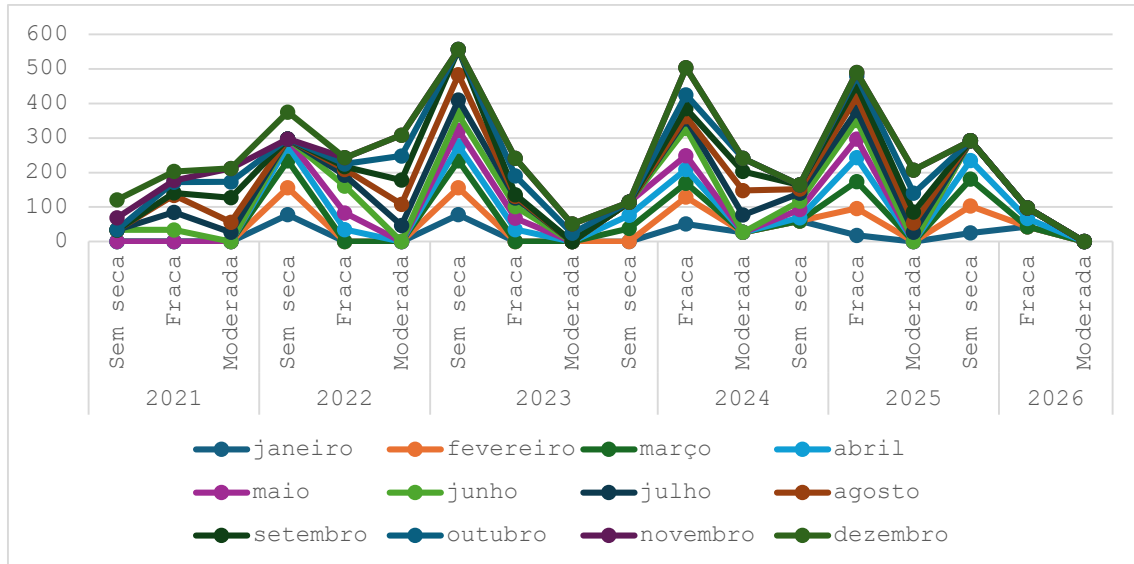


Figura 1 – Série histórica dos períodos sem seca e de seca fraca a moderada no estado do Espírito Santo, 2021-2026. Fonte: INCAPER, 2026.

A maioria dos impactos esperados são de curto prazo, principalmente na agricultura segundo a Agência Nacional de Águas (ANA) (BRASIL, 2026). Desde 2021, a depender do período do ano, de 92 a 100% dos municípios capixabas vem passando por secas moderadas causando alguns danos às culturas e pastagens; diminuição das pastagens e/ou perda da qualidade da forragem; emagrecimento ou retardo na engorda do gado, com possível diminuição na produção de leite; risco moderado de incêndios florestais; reservatórios, rios ou poços com níveis decrescentes; restrições na operação de Pequenas Centrais Hidrelétricas; redução do uso de água para irrigação e redução da disponibilidade hídrica em comunidades rurais (ESPÍRITO SANTO, 2026).

Segundo o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), entre os anos 2013 e 2016 houve um crescente aumento de período de estiagem e até seca no município de São Mateus em 2014 (figura 2).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

14

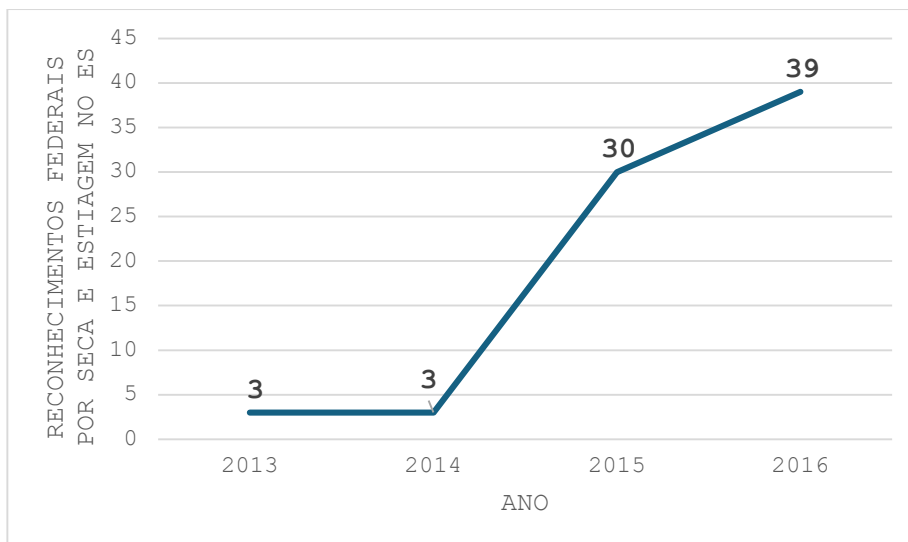


Figura 2 – Série histórica sobre os reconhecimentos federais de estado de emergência e estado de calamidade pública realizados pela SEDEC. 2013-2016 no Espírito Santo. Fonte: S2Id, 2026.

2.2. DOENÇAS ENDÊMICAS E EMERGENTES EM CENÁRIOS DE SECA E ESTIAGEM NO ESPÍRITO SANTO

Situações de escassez hídrica podem favorecer a disseminação de doenças relacionadas ao consumo de água imprópria, ao armazenamento inadequado de água e às condições precárias de higiene, além de contribuir para o agravamento de doenças crônicas, desnutrição e problemas respiratórios. Tais impactos exigem planejamento, monitoramento e resposta coordenada dos serviços de saúde e da gestão pública (BRASIL, 2026).

No Espírito Santo, os agravos relacionados à seca englobam principalmente doenças respiratórias devido a queimadas, problemas gastrointestinais por água inadequada e impactos na saúde mental, afetando com mais força as regiões Noroeste e Norte do estado (ESPÍRITO SANTO, 2017).

As doenças endêmicas representam um desafio persistente para a saúde pública no estado do Espírito Santo. Entre elas, destaca-se a dengue, uma arbovirose viral transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. Além da dengue, outras arboviroses como o zika vírus e a Chikungunya também têm demonstrado relevância epidemiológica no estado, contribuindo significativamente para a morbidade e a sobrecarga dos serviços de saúde (ESPÍRITO SANTO, 2021). A



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

15

ocorrência e o aumento desses agravos podem estar relacionados a fatores climáticos, especialmente aos períodos de seca e estiagem.

A escassez de água potável compromete a higiene pessoal, a manipulação segura de alimentos e o preparo adequado da alimentação, elevando consideravelmente o risco de doenças diarreicas agudas. As Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar -DTHA- são causadas pelo consumo de água e/ou alimentos contaminados. A contaminação ocorre principalmente por bactérias e suas toxinas, vírus, parasitos intestinais e substância químicas. O surto de DTHA é caracterizado quando acomete duas ou mais pessoas que apresentam sinais e sintomas clínicos ou doença semelhantes após ingestão de água e/ou alimento da mesma procedência. Os sinais e sintomas mais comuns são: náuseas, vômitos, dor abdominal, diarreia, falta de apetite e febre (ESPÍRITO SANTO, 2026a).

As populações mais vulneráveis incluem crianças menores de 5 anos, idosos e pessoas imunocomprometidas, devido à maior suscetibilidade à desidratação e às complicações associadas às infecções gastrointestinais. Dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2026b) mostram 119 óbitos por diarreia de 2020 a 2024.).

Outro agravo que pode estar relacionado a períodos de seca e estiagem é a esquistossomose. Os principais sinais e sintomas incluem febre, dor abdominal, diarreia, emagrecimento e, em casos crônicos, aumento do fígado e comprometimento do sistema nervoso central. Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) (BRASIL, 2026b) mostram apenas 6 casos entre os anos 2020 a 2026, o que pode indicar subnotificação.

Durante os períodos secos, o ar se torna mais poluído e seco, aumentando a presença de partículas finas, pólen, poeira e fuligem. Esses fatores são importantes gatilhos para crises de asma, especialmente em pessoas com predisposição alérgica. Além da asma, outras doenças respiratórias crônicas, como a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e a bronquite crônica, tendem a apresentar agravamento dos sintomas durante os períodos de estiagem. A qualidade do ar comprometida durante períodos de estiagem favorece o aparecimento de doenças respiratórias infecciosas, como



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

16

resfriados, gripes e pneumonia. Dados do DATASUS (BRASIL, 2026) mostram 54.351 internações por pneumonia entre os anos 2022 e 2026. No período de 2020 a 2024, 4.172 pessoas foram a óbito por pneumonia, afetando mais os idosos (BRASIL, 2026b).

Como resultado de secas e estiagens, muitas pessoas passam a depender de dietas menos diversificadas, frequentemente compostas por alimentos processados e de baixo valor nutricional. Essa mudança alimentar não apenas aumenta a ingestão de calorias vazias, açúcares e gorduras saturadas, mas também reduz o consumo de nutrientes essenciais, o que pode acarretar doenças crônicas não transmissíveis como hipertensão e diabetes, que podem levar a agravos, internações e óbitos (PARAÍBA, 2026).

Além disso, condições climáticas extremas podem aumentar a exposição solar excessiva, elevando o risco de câncer de pele, especialmente em regiões com recursos limitados para proteção solar adequada, tendo maior incidência em idosos (TOCANTINS, 2016).

Durante períodos secos, além do aumento da poeira e da poluição do ar, a migração de animais selvagens para áreas urbanas em busca de água e alimentos também representa um grande desafio de saúde pública. Este fenômeno intensifica o risco de transmissão de zoonoses para os humanos, bem como acidentes com animais peçonhentos (MATO GROSSO DO SUL, 2025).

A seca e estiagem não apenas afetam a agricultura e a economia local, mas também têm um impacto profundo na saúde mental e no bem-estar psicossocial da população, devido à incerteza em relação à disponibilidade de água potável e alimentos, combinada com as dificuldades econômicas decorrentes da perda de colheitas e do declínio na produção pecuária, contribui significativamente para níveis elevados de estresse e ansiedade (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, 2023).

O sistema de saúde, por sua vez, sofre impactos relevantes, como a sobrecarga nos serviços de urgência e na atenção primária, a interrupção do funcionamento de unidades localizadas em áreas de risco, a escassez de medicamentos e insumos, as dificuldades logísticas no transporte e a



interrupção dos serviços básicos de abastecimento de água, energia e saneamento (BRASIL, 2026d).

Nesse cenário, torna-se fundamental o fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica, educação em saúde, controle de vetores e investimentos em infraestrutura sanitária. A atuação intersetorial e a elaboração do plano de contingência é estratégia essencial para mitigar os riscos à saúde, promover respostas eficazes frente a eventos extremos de seca e fortalecer a resiliência das comunidades capixabas diante dos impactos das mudanças climáticas.

2.3. AMEAÇAS E RISCOS

As mudanças climáticas já são realidade no Espírito Santo. Para esse ano, espera-se os efeitos do Super El Niño, que deve intensificar o calor e agravar a estiagem no Espírito Santo nos próximos meses. A previsão consta no primeiro boletim do Centro Integrado de Comando e Controle para o Enfrentamento dos Impactos do El Niño (CICC El Niño, 2026), de julho de 2026. Segundo o boletim, há alta confiabilidade de que as temperaturas fiquem acima da média em todo o Espírito Santo entre julho e setembro. A probabilidade de o fenômeno atingir a categoria muito forte entre a primavera e o início do verão no Hemisfério Sul subiu para 81%, com pico previsto entre outubro e dezembro.

Tais eventos impactam significativamente as condições de vida da população, com o comprometimento da disponibilidade e a qualidade da água e dos alimentos, favorecendo o surgimento de agravos associados à desnutrição e à contaminação hídrica. As ondas de calor, por sua vez, agravam quadros cardiovasculares e respiratórios, especialmente entre idosos, crianças e pessoas com comorbidades, além de poder causar transtornos mentais (BRASIL, 2026d).

Diante de tais ameaças, torna-se essencial o fortalecimento do monitoramento epidemiológico, a integração dos sistemas de informação e a qualificação da articulação entre os setores de saúde e outras instituições. Essas ações são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade das populações expostas



e ampliar a capacidade de resposta do sistema de saúde frente aos problemas causados por secas e estiagens.

2.4. CAPACIDADE INSTALADA PARA O ENFRENTAMENTO DE DESASTRES CLIMATOLÓGICOS POR SECAS E ESTIAGENS

A rede possui suporte adequado para ocorrências de menor impacto, focando no atendimento primário e de urgência em Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) e hospitais regionais (ESPÍRITO SANTO, 2026).

Em caso de necessidade de acionamento da Rede Estadual de Saúde em decorrência de situações de desastre climatológicos por seca e estiagem, a Secretaria de Estado da Saúde (SESA/ES) realizará a mobilização das subsecretarias responsáveis pela gestão e organização da rede hospitalar, conforme o cenário de risco e as demandas identificadas. São elas: a Subsecretaria de Estado de Atenção à Saúde, a Subsecretaria de Regulação do Acesso em Saúde e a Subsecretaria de Estado de Contratualização em Saúde.

Essas subsecretarias atuarão de maneira articulada na gestão, organização e mobilização da rede de atenção, à saúde, englobando a (rede hospitalar, os serviços de urgência e emergência, bem como os demais pontos de atenção). A resposta oportuna e efetiva será dimensionada de acordo com os impactos, riscos e necessidades decorrentes do desastre, com capacidade, coordenação e continuidade dos serviços de saúde.

2.5. FONTE DE DADOS

As fontes de dados utilizadas neste estudo incluem registros do Sistema Integrado de 2013 a 2016. Também foram consultados dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e DATASUS/TABNET até 2026. Além disso, o estudo se baseou em informações e análises de fontes oficiais, como o Ministério da Saúde (MS), Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEPDEC – S2id),



Secretarias de Estado da Saúde, sobre as consequências dos desastres climatológicos na saúde pública.

3. – DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO E CENÁRIOS DE RISCO

As secas e estiagens impõem desafios. À saúde pública, não só pelos agravos e de saúde mental, tendo como dificuldades de acesso aos serviços de saúde em comunidades rurais, a escassez de insumos e a sobrecarga dos serviços, que tornam a resposta a uma emergência mais complexa. Nesse contexto, estratégias de vigilância epidemiológica eficientes e a articulação intersetorial são fundamentais para mitigar danos e garantir respostas rápidas e eficazes (MATO GROSSO DO SUL, 2025).

A análise de vulnerabilidades permite avaliar como fatores sociais, ambientais, econômicos e infraestruturais aumentam a suscetibilidade da população a eventos de estiagens e secas.

As populações mais vulneráveis, concentradas em áreas periféricas e rurais, enfrentam infraestrutura precária, exposição direta a riscos ambientais e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Grupos em situação de pobreza, especialmente os que dependem da agricultura, têm menos capacidade de adaptação e recuperação (BRASIL, 2015).

Segundo o INCAPER (2026) o trimestre abril a junho apresentou baixos acumulados de chuva no Espírito Santo resultando em deficiência hídrica por todas as regiões do estado. A metade oeste do estado registrou os menores acumulados, de até 150 mm, com trechos do noroeste apresentando volumes inferiores a 100 mm. Na metade leste, os acumulados variaram entre 150 mm e 200 mm (Figura 3).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20

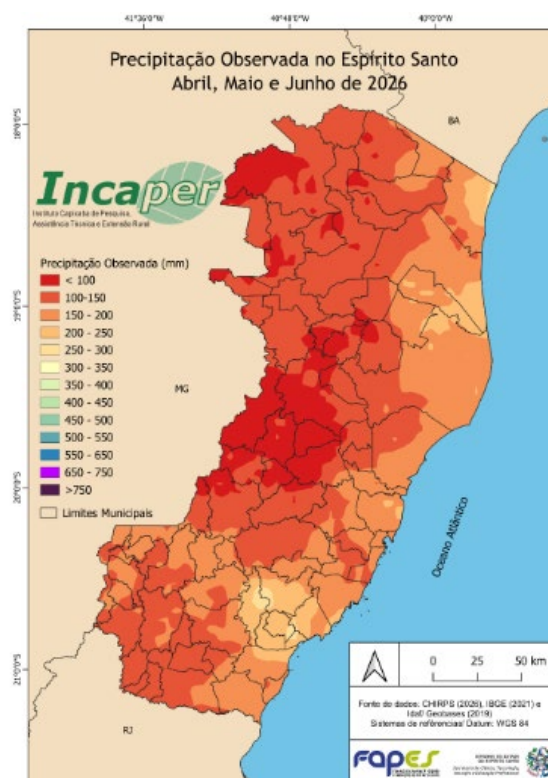


Figura 3 – Precipitação observada no Espírito Santo nos meses abril, maio e junho, 2026. Fonte: INCAPER, 2026.

Em função dos baixos volumes de chuva observados, o trimestre apresentou anomalias negativas de precipitação em praticamente todo o estado. Apenas trechos isolados da metade norte e das proximidades do Caparaó, na metade sul, registraram anomalias ligeiramente positivas, de até 50 mm acima da média histórica. De modo geral, nas demais áreas do estado, os acumulados ficaram até 100 mm abaixo da média histórica, enquanto trechos da faixa central apresentaram déficits entre 100 e 150 mm (INCAPER, 2026).

Em relação às temperaturas máximas, observaram-se anomalias negativas em todo o território capixaba. Em grande parte da metade sul do estado e no extremo norte, as temperaturas máximas ficaram até 2 °C abaixo da média histórica, enquanto nas demais áreas os desvios foram de até 1 °C abaixo dessa média (Figura 4). De modo geral, as tardes foram mais frias ao longo do trimestre, com destaque para o mês de junho, que registrou as menores temperaturas máximas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

21

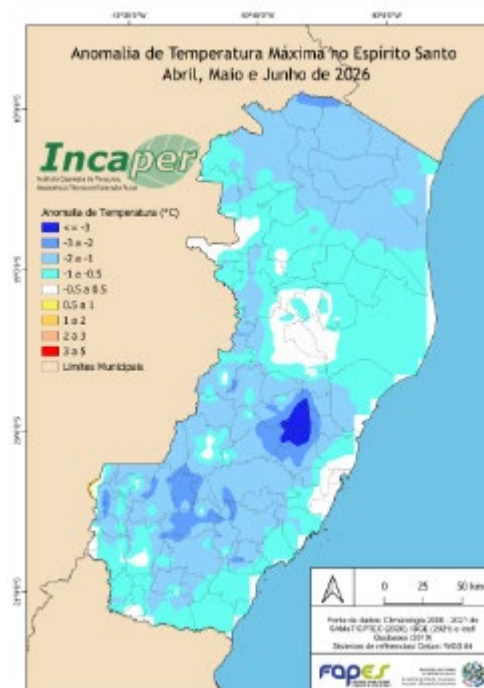


Figura 4 - Anomalia de temperatura (°C) máxima no trimestre abril, maio e junho de 2026, em relação à média histórica (2000-2021). Fonte: INCAPER, 2026.

As temperaturas mínimas ficaram, de modo geral, até 1 °C acima da média histórica em trechos da metade sul e do nordeste do estado. Por outro lado, trechos da região serrana apresentaram temperaturas mínimas de até 2 °C abaixo da média histórica, enquanto nas demais áreas do estado os valores permaneceram dentro da normalidade (Figura 5). Ressalta-se que as anomalias positivas de temperatura mínima observadas durante o trimestre estiveram associadas às madrugadas menos frias registradas no estado nos meses de maio e junho.

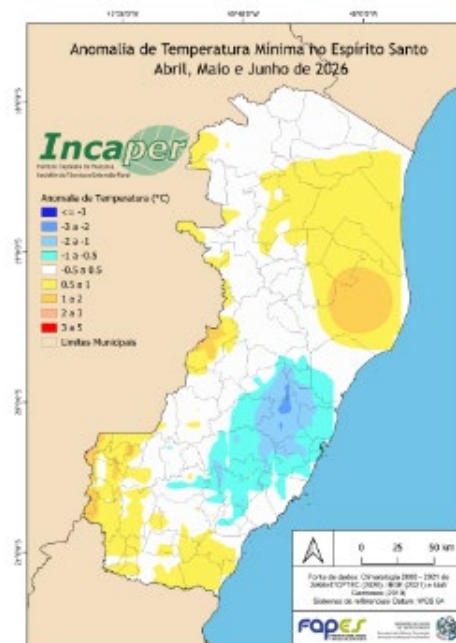


Figura 5 - Anomalia de temperatura (°C) mínima no trimestre abril, maio e junho de 2026, em relação à média histórica (2000-2021). Fonte: INCAPER, 2026.

Em abril, foi observada deficiência hídrica em todo o território capixaba, com os maiores déficits concentrados na metade norte do estado, onde chegaram a 120 mm. Nas demais áreas, a deficiência foi um pouco menor, com déficit de até 80 mm. Em maio, a ocorrência de chuvas em diferentes áreas do estado contribuiu para a redução da deficiência hídrica em relação ao mês anterior. No entanto, grande parte da metade norte ainda apresentou déficits de até 80 mm, enquanto na metade sul os déficits chegaram a 40 mm. Apenas alguns trechos isolados da metade sul registraram ligeiro excedente hídrico. Em junho, devido à ocorrência de chuvas acima da média histórica em grande parte do estado, observou-se uma mudança no cenário de disponibilidade hídrica, com a predominância de ligeiro excedente de até 40 mm em grande parte do território. Em alguns trechos do extremo sudeste, os excedentes chegaram a 80 mm, enquanto áreas isoladas ainda apresentaram deficiência hídrica de até 40 mm. Ressalta-se que os déficits observados foram menos acentuados em função das temperaturas mais amenas, que contribuíram para a redução da evapotranspiração (INCAPER, 2026).



4. ESTRATÉGIA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA DESASTRES CLIMATOLÓGICOS POR SECAS E ESTIAGENS

A definição das ações a serem planejadas devem seguir o disposto no Guia de Elaboração de Planos de Contingência do Ministério da Saúde e Plano de contingência para emergência em saúde pública por seca e estiagem, que orienta sobre as diretrizes e define as ações para o setor de saúde para gestão de desastres, considerando toda sua complexidade e a transversalidade dos eventos (BRASIL, 2023; BRASIL, 2026d).

O guia estrutura cinco estágios operacionais que se integram aos indicadores de seca e estiagem que possam levar a tomada de decisão adequada e oportuna, que promovam a coordenação intersetorial e assegurem respostas efetivas, contínuas e proporcionais ao risco e ao impacto na saúde (BRASIL, 2023).

Os estágios operacionais são definidos conforme a situação epidemiológica, a gravidade do evento, a capacidade de resposta e os recursos disponíveis, permitindo atuação gradual, adaptada e proporcional ao risco identificado. Essa estrutura orienta uma resposta organizada às emergências em saúde, favorecendo a preparação, a mobilização oportuna e a coordenação eficiente das ações de controle, mitigação e recuperação. De forma progressiva, os estágios vão desde a normalidade, marcada pelo monitoramento contínuo e pela vigilância ativa, até a crise, que exige a mobilização excepcional de recursos diante de emergências de grande magnitude, passando pelas fases de mobilização, alerta, situação de emergência e crise, que refletem o aumento da gravidade e a necessidade de intensificar a resposta do sistema de saúde (BRASIL, 2026e). A figura 6 mostra os cenários e indicadores, segundo estágio operacional, do Plano de Contingência de Seca e Estiagem do Ministério da Saúde.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

24

	Normalidade	Mobilização	Alerta	Situação de emergência	Crise
Cenário	A pluviosidade e os níveis dos rios encontram-se dentro dos padrões de equilíbrio hidrológico, sem registro de anomalias, e não há efeitos observados sobre o setor saúde, mantendo-se a ausência de aumento de demanda ou de risco epidemiológico. OU Os serviços de saúde estão operando em plena capacidade, sem necessidade de medidas emergenciais, e a qualidade da água mantém-se dentro dos padrões de potabilidade, conforme o histórico de monitoramento realizado pelo município.	Redução da pluviosidade impacta reservatórios em algumas regiões, com efeitos leves à saúde em alguns municípios. O sistema de saúde opera normalmente, exigindo apenas monitoramento preventivo. Há aumento de amostras de água fora do padrão e restrição de acesso à água potável em comunidades de difícil acesso.	Prolongamento da estiagem por mais de 30 dias com redução da vazão de rios, baixa umidade, aumento da temperatura e risco de incêndios florestais. Observa-se comprometimento parcial do acesso à água potável ou parâmetros fora do padrão. OU Aumento no número de agravos à saúde relacionados à água e ao ar ou subnotificação por falta de acesso, com o sistema de saúde parcialmente comprometido e comunidades enfrentando restrições de deslocamento e suprimentos.	Seca disseminada em diversos territórios, com rios e afluentes atingindo cota mínima em vários estados, provoca escassez de água, resultando em insegurança alimentar e falta de acesso à água para consumo humano, além de danos humanos intensos, com registros de surtos de doenças transmitidas por água, alimento e ar, casos de desidratação moderada e grave, desnutrição e óbitos. OU Há variação expressiva de doenças relacionadas ao evento e populações isoladas sem acesso à saúde, com hospitais e unidades básicas operando com capacidade reduzida ou suspensa.	A seca prolongada configura um desastre social de ampla magnitude e conduz ao colapso do setor saúde, caracterizado por elevada taxa de ocupação de leitos, escassez de insumos, incremento da morbimortalidade, aumento dos casos de desnutrição e repercussões significativas sobre a saúde mental. E Incapacidade operacional dos serviços de saúde, com falhas no registro de dados e informações em decorrência da falta de água, associada à alta demanda e à escassez de recursos humanos e logísticos, somada ao colapso dos sistemas de abastecimento e à insegurança alimentar.
	Normalidade	Mobilização	Alerta	Situação de emergência	Crise
Indicadores	Ausência de alertas emitido pelos órgãos competentes (Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet, Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad e Serviço Geológico do Brasil – SGB). E Ausência de rumores sobre secas e estiagens com danos humanos ou serviços essenciais. E Surtos esporádicos de doenças relacionadas à quantidade e qualidade da água, não relacionados à seca e estiagem.	Um ou mais alertas de seca e/ou estiagem na mesma região com classificação 2/3 emitido pelos órgãos competentes (Inmet, Cenad e SGB). E Prognóstico meteorológico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicando previsão de estiagem por mais de 30 dias em estados da mesma região. E Uma bacia com Cota de Estiagem – Abaixo da Permanência Anual de 90% (conforme dados da ANA). E Um ou mais rumores verídicos sobre comunidades com deslocamento fluvial comprometido. OU	Concentração de focos de alta temperatura em três ou mais estados de uma mesma região, e/ou violação do padrão da qualidade do ar por dois dias consecutivos em três ou mais estados da mesma região. E Aumento do número de atendimentos da atenção primária por doenças relacionadas ao evento (ex.: desidratação, infecções respiratórias, doenças de transmissão hídrica e alimentar), quando comparado ao ano anterior e/ou série histórica. OU Uma ou mais alterações do nível de alertas de seca e/ou estiagem na mesma região de 2/3 para 3/3 emitido pelos órgãos competentes (Inmet, Cenad e SGB). E	Ao menos cinco bacias com Cota de Estiagem – Abaixo da Permanência Anual de 90% (conforme dados da Agência Nacional das Águas – ANA). E Persistências do nível de alertas de seca e/ou estiagem na mesma região com classificação 3/3 de seca emitido pelos órgãos competentes (Inmet, Cenad e SGB) cobrindo 20% das unidades da Federação do território nacional. E Ocorrência simultânea de 2 ou mais surtos de doenças relacionados ao evento, em diferentes unidades da federação e/ou Dseil. OU Emissão de decretos de emergência ou calamidade pública relacionados à seca e estiagem em 25% das UFs e/ou 8% dos municípios. E Emissão consecutiva de alertas de saúde relacionados ao evento pelo Cievs/Dseil. E	50% dos estados ou 50% dos municípios de uma região com decretos de emergência reconhecido por seca e/ou estiagem. E Taxa de mortalidade geral $\geq 20\%$ acima da série histórica. E Não atualização de dados nos sistemas de informação (Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica e Sistema de Informação de Agravos de Notificação) por mais de 15 dias. E $\geq 30\%$ dos municípios com solicitação formal de apoio por desassistência e/ou número de unidades de saúde que suspenderam serviços por falta de insumos ou água potável.
	Normalidade	Mobilização	Alerta	Situação de emergência	Crise
Indicadores		População em áreas com risco de restrição no abastecimento e sistemas comprometidos por estiagem, contaminação ou ausência de água. E Aumento da incidência de agravos à saúde associados à escassez de água.	Temperatura 5°C acima da média do local por período superior a três dias. E Aumento de pedidos de apoio à saúde feitos por municípios/estados em âmbito federal.	Um ou mais localidades isoladas ou com restrição importante de transporte (fluvial, rodoviário ou aéreo). E Aumento da demanda de equipes de resposta emergencial à saúde deslocadas para áreas críticas.	
Ativação COE	Não há necessidade de ativação de estrutura de resposta.	Não há necessidade de ativação de estrutura de resposta.	Verificar necessidade de ativação de estrutura de resposta – avaliação de risco.	Há necessidade de ativação de estrutura de resposta.	Há necessidade de manutenção da estrutura de resposta.

Figura 6 - Cenários e indicadores, segundo estágio operacional, do Plano de Contingência de Seca e Estiagem do Ministério da Saúde. Fonte: CGPRES/DEMSP/SVSA/MS.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

25

Sobre os indicadores do plano:

Quadro 1 -Descrição dos estágios de operacionalização, descrição dos cenários e indicadores.

ESTÁGIO	DESCRIÇÃO DO CENÁRIO	INDICADORES
NORMALIDADE	Inexistência de alertas meteorológicos emitidos por órgãos competentes, ausência de registros ou rumores de desastres com danos à população, ao meio ambiente ou aos serviços essenciais, manutenção dos níveis dos principais rios e dos índices pluviométricos dentro da normalidade histórica sazonal, volume de água superior a 80% da capacidade de armazenamento, abastecimento de água regular, contínuo e com cobertura universal, notificações de doenças relacionadas à água em níveis estáveis, sem aumento de casos, e ausência de impactos sobre os serviços públicos e a infraestrutura.	Ausência de alertas emitido pelos órgãos competentes (INMET, ANA); Ausência de rumores sobre desastres com danos humanos ou serviços essenciais; Manutenção do nível dos principais rios do estado.
MOBILIZAÇÃO	Caracteriza-se pela redução progressiva da disponibilidade hídrica e início de pressão sobre o abastecimento. Exige intensificação do monitoramento climatológico e epidemiológico, com atenção às doenças de veiculação hídrica e agravos nutricionais e respiratórios, além do fortalecimento da comunicação de risco e de ações educativas para o uso racional da água e prevenção de danos à saúde.	Pode apresentar déficit de até 20% na precipitação em relação à média histórica, com volumes dos reservatórios entre 50% e 80% da capacidade. Há interrupções pontuais ou restrições localizadas no abastecimento de água, tendência de aumento nas notificações de doenças relacionadas à água e impactos limitados e localizados nas atividades essenciais, mantendo-se a situação sob monitoramento intensificado, sem decretação de emergência.
ALERTA	Há uma redução progressiva da disponibilidade hídrica, com alterações no consumo e sinais iniciais de pressão sobre o abastecimento. Nesse contexto, é essencial intensificar o monitoramento climatológicos e epidemiológico, com foco em doenças de veiculação hídrica, agravos nutricionais e respiratórios. O estágio requer ainda o fortalecimento da comunicação de risco e das ações educativas, promovendo o uso racional da	Classificação de $\geq 25\%$ dos municípios com seca moderada, associada à redução dos níveis de reservatórios e mananciais. Ocorrência de intermitência, rodízio ou aumento da demanda por abastecimento emergencial. Aumento de não conformidades na qualidade da água e de riscos sanitários em sistemas alternativos, com intensificação das ações do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIÁGUA);



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

26

	água e orientações preventivas à população para mitigar impactos à saúde.	Tendência de crescimento de agravos à saúde, especialmente doenças diarreicas, respiratórias e sinais iniciais de agravos nutricionais em populações vulneráveis. Irregularidades sanitárias recorrentes e necessidade de reforço da fiscalização em serviços essenciais e instituições sensíveis. Aumento da demanda por atendimentos e relatos de dificuldades no abastecimento de água em unidades de saúde. Identificação de territórios e populações vulneráveis, com acesso instável à água potável e maior dependência de soluções emergenciais.
SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA	Há uma redução progressiva da disponibilidade hídrica, com alterações no consumo e sinais iniciais de pressão sobre o abastecimento. Nesse contexto, é essencial intensificar o monitoramento climatológicos e epidemiológico, com foco em doenças de veiculação hídrica, agravos nutricionais e respiratórios. O estágio requer ainda o fortalecimento da comunicação de risco e das ações educativas, promovendo o uso racional da água e orientações preventivas à população para mitigar impactos à saúde.	Classificação de seca severa ou extrema em parcela expressiva dos municípios, associada a níveis críticos de reservatórios e mananciais ($\leq 30\%$), interrupções prolongadas no abastecimento e aumento significativo da demanda por soluções emergenciais. Comprometimento da qualidade da água para consumo humano, com aumento relevante de não conformidades, identificação de contaminação ou risco sanitário grave e necessidade de adoção de medidas emergenciais de controle e desinfecção. Aumento expressivo de agravos à saúde, incluindo elevação da incidência de doenças diarreicas agudas, ocorrência de surtos de veiculação hídrica, aumento de agravos respiratórios relacionados à baixa umidade e identificação de agravos nutricionais agudos em populações vulneráveis. Identificação de irregularidades sanitárias graves ou generalizadas, com necessidade de interdição de serviços ou adoção de medidas sanitárias restritivas. Sobrecarga da rede de atenção à saúde, caracterizada pelo aumento da demanda por atendimentos, desabastecimento de água em unidades assistenciais e necessidade de reorganização da rede. Presença de populações e territórios em situação crítica de vulnerabilidade, com acesso inexistente ou insuficiente à água



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

27

		potável e dependência predominante de soluções emergenciais.
SITUAÇÕES DE CRISE	Há uma redução progressiva da disponibilidade hídrica, com alterações no consumo e sinais iniciais de pressão sobre o abastecimento. Nesse contexto, é essencial intensificar o monitoramento climatológicos e epidemiológico, com foco em doenças de veiculação hídrica, agravos nutricionais e respiratórios. O estágio requer ainda o fortalecimento da comunicação de risco e das ações educativas, promovendo o uso racional da água e orientações preventivas à população para mitigar impactos à saúde.	Registro de $\geq 50\%$ dos municípios classificados com seca extrema ou $\geq 70\%$ com seca severa em boletins oficiais. Reservatórios e mananciais estratégicos com níveis $\leq 15\%$ da capacidade operacional ou esgotamento de fontes superficiais. Interrupção do abastecimento por mais de 72 horas consecutivas em municípios ou regiões extensas. Dependência predominante e generalizada de abastecimento emergencial, insuficiente para atender às necessidades mínimas da população. Declaração oficial de emergência ou calamidade pública por seca/estiagem em municípios ou no estado. Registro de $\geq 60\%$ de aumento nas não conformidades dos parâmetros de potabilidade da água. Uso disseminado de fontes alternativas sem controle sanitário, com contaminação confirmada ou alto risco à saúde. Colapso operacional do monitoramento da qualidade da água em áreas críticas. Necessidade de adoção de medidas excepcionais, como restrição de uso da água, priorização para consumo humano e desinfecção emergencial contínua. Aumento $\geq 40\%$ da incidência de Doenças Diarreicas Agudas (DDA). Ocorrência de surtos simultâneos ou de grande magnitude de agravos de veiculação hídrica. Aumento $\geq 30\%$ de atendimentos por doenças respiratórias associadas à baixa umidade, poeira e queimadas. Identificação de desnutrição aguda ou agravamento nutricional severo, especialmente em crianças, idosos e populações tradicionais. Irregularidades sanitárias graves e generalizadas em sistemas de abastecimento, unidades de saúde e instituições sensíveis. Interdição ampla de serviços essenciais por risco sanitário. Adoção de medidas sanitárias excepcionais, incluindo restrições de funcionamento e uso prioritário da água. Sobrecarga



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

28

	crítica da rede assistencial, com aumento $\geq 40\%$ da demanda por atendimentos relacionados à seca/estiagem. Comprometimento da capacidade operacional de unidades de saúde por falta de água ou insumos essenciais. Necessidade de mobilização extraordinária de recursos humanos, logísticos e assistenciais. Registro de $\geq 20\%$ da população dos municípios afetados com acesso inexistente ou crítico à água potável. Populações inteiras dependentes de abastecimento emergencial insuficiente para suprir necessidades mínimas. Instituições sensíveis (escolas, Instituições de Longa Permanência para Idosos, abrigos) operando sob risco sanitário extremo.
--	--

5. ORGANIZAÇÃO DE CADA SETOR PARA RESPOSTA A EVENTOS DE DESASTRE CLIMATOLÓGICO POR SECAS E ESTIAGENS

A pluviosidade e os níveis dos rios permanecem dentro dos padrões de equilíbrio hidrológico, sem anomalias ou impactos sobre o setor saúde, com os serviços funcionando em plena capacidade, sem necessidade de medidas emergenciais, e a qualidade da água mantida dentro dos padrões de potabilidade conforme o histórico de monitoramento municipal.

Os quadros seguintes mostram as ações a serem realizadas, segundo cada setor e estágio operacional.

5.1. EIXO DE GESTÃO

Quadro 2 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Secretário de Estado da Saúde.

SETOR: SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Determinar que a equipe da Secretaria Estadual de Saúde elabore ou atualize o Plano Estadual de Contingência Climatológico, por Seca e Estiagem, conforme a necessidade, observando as diretrizes técnicas e normativas vigentes; -Manter ativo o Centro de Operações de Emergências em Saúde (COE Saúde), como estrutura de coordenação, estabelecer fluxos de comunicação integrados com municípios e órgãos estaduais e federais,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

29

	e planejar a mobilização de recursos humanos, insumos e logística para situações de risco; -Integrar a equipe de saúde para atualizar o plano de contingência e revisar as ações setoriais; -Definir os fluxos de atuação, responsabilidades na gestão da Secretaria e atribuir responsabilidades a cada setor; -Acompanhar as informações de monitoramento, alertas e estágios fornecidos pelo Programa Vigidesastres; -Preparar a equipe para a ativação do COE Saúde; -Manter comunicação contínua com o COE, Vigidesastres e CIEVS para acompanhamento e acionamento das ações.
MOBILIZAÇÃO	-Preparar a equipe de gestão para caso seja ativado o COE Saúde; -Atribuir à equipe da Secretaria Estadual de Saúde para atualizar planos operacionais conforme necessidades emergentes; -Avaliar e reforçar estoques estratégicos de insumos e equipamentos, planejar logística de distribuição e garantir recursos humanos capacitados; -Solicitar a intensificação da coleta de dados epidemiológicos, ambientais e sanitários; -Avaliar a capacidade da rede de saúde e reforçar comunicação e orientações técnicas aos municípios e equipes; -Estabelecer uma comunicação frequente e estruturada com os integrantes do COE, a equipe técnica do Vigidesastres e o CIEVS, garantindo o acompanhamento e monitoramento contínuo das informações relevantes. Dessa forma, é possível acionar, de maneira oportuna, as ações necessárias sob a responsabilidade de cada setor.
ALERTA	-Ativar o COE Saúde Estadual e, conforme necessário, o COE Regional nas regiões atingidas, com a participação dos gestores das regionais de saúde dos municípios afetados, da equipe de Vigilância e Gestão de Emergências em Saúde Pública e da gestão estadual da assistência à saúde, para monitorar, acompanhar e emitir relatórios que subsidiem a tomada de decisão; -Monitorar continuamente as informações emitidas pela equipe estadual do Programa Vigidesastres, referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Coordenar as reuniões e ações do Centro de Operações de Emergência (COE) ou, na impossibilidade, delegar a um responsável para assumir a função; -Avaliar a necessidade de envio de uma missão exploratória da equipe de resposta rápida aos municípios afetados, considerando a gravidade do desastre e as demandas emergentes; -Caso necessário, autorizar e coordenar o deslocamento da equipe, garantindo suporte técnico adequado para avaliação situacional, identificação de necessidades e implementação de ações estratégicas de resposta; -Definir um porta-voz oficial para a imprensa, responsável por fornecer informações precisas e atualizadas sobre os eventos, garantindo uma comunicação clara e coordenada com os meios de comunicação; -Articular com superintendentes e subsecretários da Secretaria Estadual de Saúde estratégias para o atendimento oportuno das demandas das Secretarias Municipais de Saúde; -Organizar o envio de recursos adicionais (materiais e humanos) para o enfrentamento da emergência de saúde pública; -Acompanhar o desenvolvimento das ações de saúde previstas no Plano de Contingência Estadual para Desastres por Seca e Estiagem; -Garantir o envio de equipe de campo quando necessário, conforme as necessidades específicas de cada município;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

30

	-Apoiar a execução das ações estabelecidas no plano de ação estadual; -Convocar os subsecretários para mobilização das áreas técnicas afins, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento das ações emergenciais. -Solicitar aos subsecretários a mobilização das áreas técnicas para cumprimento de suas atribuições conforme o Plano de Contingência por Seca e Estiagem.
CRISE	-Coordenar as reuniões do Centro de Operações de Emergências (COE) em regime permanente, garantindo resposta imediata e contínua à crise. -Desencadear imediatamente o envio de equipes de resposta rápida aos municípios afetados, priorizando áreas de maior gravidade e risco; -Ampliar a mobilização de recursos humanos, logísticos e financeiros, solicitando reforço estadual e federal para suprir demandas críticas; -Coordenar o deslocamento emergencial de equipes especializadas, incluindo profissionais de saúde, logística e assistência social, garantindo suporte técnico para avaliação situacional e implementação de medidas estratégicas de resposta; -Designar um porta-voz oficial exclusivo para a crise, responsável por atualizações constantes à imprensa e comunicação unificada entre os órgãos envolvidos; -Estabelecer uma central de comando integrada, assegurando articulação entre a Secretaria Estadual de Saúde (SES) e as regionais de saúde, funcionando como COE SAÚDE SESA interligados aos COEs – regionais; -Priorizar o envio emergencial de insumos, medicamentos e equipamentos essenciais, com monitoramento contínuo dos estoques e reposição imediata conforme necessidade; -Monitorar e fortalecer a capacidade dos serviços de saúde, incluindo redistribuição de pacientes entre unidades hospitalares para evitar colapso; -Convocar e mobilizar todas as áreas técnicas afins, garantindo a máxima eficiência na execução das ações emergenciais; -Reavaliar constantemente a evolução da crise e ajustar as estratégias de resposta conforme a necessidade, garantindo que todas as ações sejam adaptáveis e eficazes diante do cenário extremo.

Quadro 3 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência de Comunicação.

SETOR: GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Desenvolver e manter planos de comunicação de risco e protocolos de alerta; -Produzir e divulgar materiais educativos sobre prevenção de agravos relacionados à seca, como uso seguro da água, higiene e alimentação; -Capacitar equipes municipais e estaduais em estratégias de comunicação de risco; -Monitorar canais de comunicação e identificar potenciais ameaças e vulnerabilidades à saúde da população; -Produzir alertas sobre riscos sanitários relacionados ao desastre, incluindo doenças relacionadas a seca e estiagem, segurança alimentar e saúde mental, para os estágios de alerta, emergência e crise; -Elaborar materiais educativos em diversos formatos (vídeos, cards, webinários, cartazes, folders, áudios) para ampla divulgação das orientações à população; -Desenvolver e coordenar campanhas de prevenção e proteção, com diretrizes construídas em conjunto com as áreas técnicas da Secretaria;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

31

	-Participar de simulados e reuniões para capacitação contínua das equipes na resposta a desastre por seca e estiagem;
MOBILIZAÇÃO	-Produzir alertas sobre riscos sanitários relacionados ao desastre, incluindo doenças hídricas, segurança alimentar e saúde mental, para os estágios de alerta, emergência e crise; -Elaborar materiais educativos em diversos formatos (vídeos, cards, webinários, cartazes, folders, áudios) para ampla divulgação das orientações à população; -Desenvolver e coordenar campanhas de prevenção e proteção, com diretrizes construídas em conjunto com as áreas técnicas da Secretaria; -Participar de simulados e reuniões para capacitação contínua das equipes na resposta a desastre por seca e estiagem; -Manter maior atenção quanto ao possível acionamento do COE Saúde; -Apoiar a estrutura do COE Saúde com informações claras para a tomada de decisão.
ALERTA	-Emitir alertas e materiais educativos à população sobre riscos sanitários relacionados ao desastre, incluindo doenças de veiculação hídrica, segurança alimentar e impactos na saúde mental, visando ampliar as ações de prevenção e mitigação; -Participar do COE SAÚDE para acompanhar informações e coordenar demandas junto à imprensa e demais órgãos; -Definir, em conjunto com o Secretário de Estado, a estratégia de comunicação, conforme o plano de gestão de entrevistas e coletivas de imprensa elaborado na fase de normalidade; -Realizar contato com Assessoria de Comunicação do município afetado para colaborar com comunicações sobre saúde; -Definir porta-voz da Secretaria da Saúde para a imprensa; -Elaborar informes para a imprensa; -Monitorar redes sociais e veículos de comunicação para identificar e corrigir informações equivocadas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Manter o site da Secretaria de Estado da Saúde constantemente atualizado com informações estratégicas e relevantes sobre os eventos, garantindo que a população tenha acesso a dados confiáveis e atualizados; -Ampliar a divulgação de materiais educativos por meio de diferentes formatos, como vídeos, cards informativos, webinários, cartazes, folders, releases e áudios, visando orientar a população sobre medidas de prevenção, cuidados com a saúde e procedimentos a serem adotados durante e após os eventos; -Promover junto às Regionais de Saúde e Municípios a divulgação de materiais educativos (cartilhas e folders) disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria da Saúde; -Divulgar amplamente nas mídias locais, por meio de parcerias com empresas de comunicação (portais de internet, veículos de imprensa, operadores de telefonia, entre outros) para dar suporte à divulgação de informações úteis à sociedade; -Dar suporte ao porta-voz oficial para a imprensa, responsável por fornecer informações precisas e atualizadas sobre os eventos, garantindo uma comunicação clara e coordenada com os meios de comunicação; -Participar do COE -SAÚDE; -Realizar o acompanhamento de redes sociais e veículos de comunicação para identificar e corrigir informações errôneas.
CRISE	-Manter o site da Secretaria de Estado da Saúde constantemente atualizado com informações estratégicas e relevantes sobre os eventos, garantindo que a população tenha acesso a dados confiáveis e atualizados;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

32

	-Ampliar a divulgação de materiais educativos por meio de diferentes formatos, como vídeos, cards informativos, webinários, cartazes, folders, releases e áudios, visando orientar a população sobre medidas de prevenção, cuidados com a saúde e procedimentos a serem adotados durante e após os eventos; -Promover junto às Regionais de Saúde e Municípios a divulgação de materiais educativos (cartilhas e folders) disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria da Saúde; -Divulgar amplamente nas mídias locais, por meio de parcerias com empresas de comunicação (portais de internet, veículos de imprensa, operadores de telefonia, entre outros) para dar suporte à divulgação de informações úteis à sociedade; -Dar suporte ao porta-voz oficial para a imprensa, responsável por fornecer informações precisas e atualizadas sobre os eventos, garantindo uma comunicação clara e coordenada com os meios de comunicação. -Participar do COE -SAÚDE; -Realizar o acompanhamento de redes sociais e veículos de comunicação para identificar e corrigir informações errôneas; -Convocar e mobilizar todas as áreas técnicas afins, garantindo a máxima eficiência na execução das ações emergenciais; -Reavaliar constantemente a evolução da crise e ajustar as estratégias de resposta conforme a necessidade, garantindo que todas as ações sejam adaptáveis e eficazes diante do cenário extremo; -Manter maior atenção e intensidade na comunicação.
--	---

Quadro 4 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Subsecretário Estadual para Assunto Administrativo Financeiro e Atenção à Saúde.

SETOR: SUBSECRETARIA ESTADUAL ASSUNTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO ATENÇÃO À SAÚDE	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Garantir previsão orçamentária e instrumentos legais para a aquisição de equipamentos, medicamentos, insumos, materiais e para a provisão de recursos humanos em emergências de saúde pública; -Formalizar atas de registro de preços para assegurar rápida disponibilidade de recursos; -Elaborar fluxo de trabalho para aquisição ágil de materiais em situação de emergência; -Acompanhar alertas, avisos e estágios emitidos pelo Programa Vigidesastres; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes.
MOBILIZAÇÃO	-Garantir previsão orçamentária e instrumentos legais para a aquisição de equipamentos, medicamentos, insumos, materiais e para a provisão de recursos humanos em emergências de saúde pública; -Formalizar atas de registro de preços para assegurar rápida disponibilidade de recursos; -Elaborar fluxo de trabalho para aquisição ágil de materiais em situação de emergência; -Acompanhar alertas, avisos e estágios emitidos pelo Programa Vigidesastres; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes; -Manter maior atenção quanto ao possível acionamento do COE Saúde.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

33

	-Mobilizar equipes administrativas e operacionais para atuação emergencial; -Ajustar contratos, fornecedores e canais de aquisição rápida para atender demandas potenciais; -Apoiar o COE Saúde com informações sobre capacidade logística e recursos disponíveis.
ALERTA	-Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de normalidade, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES; -Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise; -Promover junto às Regionais de Saúde e Municípios a divulgação de materiais educativos (cartilhas e folders) disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria da Saúde.
CRISE	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise; -Manter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 5 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Subsecretaria de Estado Contratualização em Saúde.

SETOR: SUBSECRETARIA DE ESTADO CONTRATUALIZAÇÃO EM SAÚDE	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Elaborar plano estratégico para gerir financeiramente a execução de contratos emergenciais, assegurando rápida liberação de recursos para aquisição de insumos, contratação de serviços e ampliação dos serviços contratualizados da rede hospitalar e de urgência e emergência durante situações de emergência ou crise decorrentes de desastres causados por secas e estiagens; -Trabalhar em conjunto com as demais subsecretarias e órgãos competentes para assegurar que os contratos emergenciais atendam às necessidades operacionais no enfrentamento da crise; -Acompanhar as informações emitidas pela equipe estadual do Programa Vigidesastres referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes.
MOBILIZAÇÃO	-Elaborar plano estratégico para gerir financeiramente a execução de contratos emergenciais, assegurando rápida liberação de recursos para aquisição de insumos, contratação de serviços e ampliação dos serviços contratualizados da rede hospitalar e de urgência e emergência durante situações de emergência ou crise decorrentes de seca e estiagem;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

34

	-Trabalhar em conjunto com as demais subsecretarias e órgãos competentes para assegurar que os contratos emergenciais atendam às necessidades operacionais no enfrentamento da crise; -Acompanhar as informações emitidas pela equipe estadual do Programa Vigidesastres referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes; -Manter maior atenção com relação a possível acionamento do COE Saúde; -Reforçar estoques estratégicos e verificar a disponibilidade de insumos e equipamentos essenciais; -Mobilizar equipes administrativas e operacionais para atuação emergencial.
ALERTA	-Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de normalidade, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES; -Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise por seca e estiagem.
CRISE	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise; -Manter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 6 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência de Compras, Contratos e Convênios.

SETOR: GERÊNCIA DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Organizar e monitorar estoques de materiais, insumos e equipamentos para garantir distribuição eficiente durante emergências; -Elaborar plano logístico para coordenar a distribuição aos municípios afetados, incluindo rotas, prazos e acompanhamento em parceria com órgãos municipais; -Estabelecer comunicação eficiente entre setores para compartilhar informações sobre necessidades, demandas e aquisições, assegurando fornecimento e entrega pontual.
MOBILIZAÇÃO	-Organizar e monitorar estoques de materiais, insumos e equipamentos para garantir distribuição eficiente durante emergências por seca e estiagem;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

35

	-Elaborar plano logístico para coordenar a distribuição aos municípios afetados, incluindo rotas, prazos e acompanhamento em parceria com órgãos municipais; -Estabelecer comunicação eficiente entre setores para compartilhar informações sobre necessidades, demandas e aquisições, assegurando fornecimento e entrega pontual; -Manter maior atenção com relação a possível acionamento do COE Saúde; -Reforçar estoques estratégicos e verificar a disponibilidade de insumo e equipamentos essenciais; -Mobilizar equipes administrativas e operacionais para atuação emergencial.
ALERTA	-Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de normalidade, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise por seca e estiagem, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise por seca e estiagem.
CRISE	-Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise por seca e estiagem; -Manter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 7 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência de Recursos Humanos - SESA.

SETOR: GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS - SESA	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Elaborar plano com previsão orçamentária para pagamento de horas extras e apoios financeiros aos profissionais da Secretaria de Estado da Saúde mobilizados em emergências ou crises durante desastres por seca e estiagens, garantindo suporte à atuação em campo; -Adotar medidas legais que permitam a convocação dos recursos humanos necessários nessas situações.
MOBILIZAÇÃO	-Elaborar plano com previsão orçamentária para pagamento de horas extras e apoios financeiros aos profissionais da Secretaria de Estado da Saúde mobilizados em emergências ou crises durante desastres por seca e estiagens, garantindo suporte à atuação em campo; -Adotar medidas legais que permitam a convocação dos recursos humanos necessários nessas situações; -Manter maior atenção com relação a possível acionamento.
ALERTA	-Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de normalidade, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

36

	-Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise por seca e estiagem.
CRISE	-Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise; -Manter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 8 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Diretor do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde.

SETOR: DIRETOR DO INSTITUTO CAPIXABA ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÃO EM SAÚDE - ICEPi	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Elaborar normativas que permitam a atuação de profissionais do Qualifica-APS em municípios diferentes da sua lotação, em casos de cooperação intermunicipal; -Organizar o cadastro e o treinamento de voluntários, integrando os protocolos existentes da Secretaria de Estado da Saúde para atuação em desastres climatológicos por seca e estiagens, sendo essa equipe gerida pela equipe responsável pela gestão do desastre na Saúde; -Elaborar protocolo para suspensão das atividades de rotina dos profissionais, conforme os estágios de emergência ou crise em desastres climatológicos de secas e estiagens; -Definir pontos focais em residência, provimento e jurídico para otimizar organização, comunicação e coordenação interna; -Acompanhar as informações emitidas pela equipe estadual do Programa Vigidesastres referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes.
MOBILIZAÇÃO	-Elaborar normativas que permitam a atuação de profissionais do Qualifica-APS em municípios diferentes da sua lotação, em casos de cooperação intermunicipal; -Organizar o cadastro e o treinamento de voluntários, integrando os protocolos existentes da Secretaria de Estado da Saúde para atuação em desastres climatológicos por seca e estiagens, sendo essa equipe gerida pela equipe responsável pela gestão do desastre na Saúde; -Elaborar protocolo para suspensão das atividades de rotina dos profissionais, conforme os estágios de emergência ou crise em desastres climatológicos de secas e estiagens; -Definir pontos focais em residência, provimento e jurídico para otimizar organização, comunicação e coordenação interna; -Acompanhar as informações emitidas pela equipe estadual do Programa Vigidesastres referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes; -Manter maior atenção com relação a possível acionamento.
ALERTA	-Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de normalidade, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise por seca e estiagem, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

37

	-Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise por seca e estiagem; -Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta.
CRISE	-Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise; -Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Manter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 9 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Subsecretaria de Estado de Atenção à Saúde.

SETOR: SUBSECRETARIA DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Acionar toda a equipe para definir o papel da gestão da Assistência à Saúde da SESA/ES, garantindo apoio adequado aos municípios em emergências ou crises causadas por desastres climatológicos por secas e estiagens; -Levantar, por município, cenários de risco e capacidade instalada, considerando perdas de equipamentos de saúde em áreas vulneráveis; -Elaborar, com base nesse diagnóstico, ações estratégicas integradas com setores de regulação, SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, superintendências regionais, Vigidesastres e outros, visando um plano para resposta a emergências por seca e estiagem; -Monitorar e validar o plano, assegurando que todos os envolvidos estejam cientes e preparados para sua execução; -Organizar ações integradas entre APS, redes de saúde, Saúde Mental, programas e serviços, para apoio direto aos municípios afetados; -Promover estratégias para ofertar capacitação para gestores de urgência e emergência na elaboração de planos para múltiplas vítimas; -Mapear e adquirir antecipadamente materiais e equipamentos para instalação rápida de salas de estabilização e unidades móveis independentes de serviços essenciais; -Acompanhar alertas e avisos emitidos pelo Vigidesastres; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde quando ativado, garantindo coordenação e comunicação eficientes; Atenção Básica: monitoramento contínuo de agravos relacionados à seca e estiagem (diarreias, desidratação, doenças dermatológicas, respiratórias e agravos nutricionais); educação em saúde sobre uso seguro da água e alimentação adequada; registro de indicadores de saúde.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

38

	Rede Hospitalar e Atenção Especializada: manutenção de protocolos clínicos para agravos relacionados à seca e estiagem; monitoramento de internações; preparo de fluxos assistenciais. Urgência e Emergência / Regulação: integração dos fluxos de atendimento de urgência com APS; manutenção de regulação de leitos; triagem padrão de risco. Saúde Mental: acompanhamento preventivo em áreas vulneráveis; monitoramento de estresse e ansiedade relacionados à insegurança hídrica. Atenção Nutricional: vigilância nutricional da população, especialmente crianças, gestantes e idosos; promoção de alimentação adequada. -Garantir o abastecimento contínuo de medicamentos e insumos na rede de saúde, com monitoramento sistemático de estoques e consumo, especialmente para agravos associados à seca e estiagem; -Atualizar a lista de medicamentos estratégicos para emergências e apoiar o planejamento municipal, com capacitação das equipes para atuação em desastres por seca e estiagem.
MOBILIZAÇÃO	-Acionar a equipe de trabalho da subsecretaria e acompanhar de forma contínua as informações, avaliações e decisões, conforme a evolução do cenário de risco relacionado aos desastres. As ações devem ser ajustadas conforme o desenvolvimento da situação, garantindo uma resposta ágil e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Acionar a equipe para revisar os instrumentos elaborados na fase de normalidade, assegurando que estejam atualizados e adequados para uma possível resposta à emergência; -Garantir um nível de preparação elevado, permitindo uma atuação coordenada, organizada e eficaz diante de eventuais crises; -Acompanhar as informações e orientações enviadas no grupo de gestão pela equipe técnica do Programa Vigidesastres.
ALERTA	-Acionar a equipe sob sua gestão para, em conjunto com as regionais de saúde, realizar o monitoramento da rede de assistência à saúde da região. Esse acompanhamento deve incluir a avaliação da capacidade instalada, da demanda por serviços, do nível de comprometimento da rede e da possibilidade de expansão da assistência, garantindo uma resposta eficiente e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Ampliar o nível de preparação conforme as ações definidas; -Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta; -Assegurar o acionamento e a atuação de toda a equipe, definindo de forma clara o papel da gestão da Assistência à Saúde da SESA-ES junto às equipes das regionais de saúde no suporte aos municípios afetados por desastres climatológicos por secas e estiagens; -Determinar que a equipe de gestão realize o levantamento detalhado da situação dos municípios atingidos, incluindo a capacidade instalada dos serviços de saúde e possíveis perdas de equipamentos essenciais, em estreita colaboração com a equipe da regional de saúde do território afetado, que seja de forma organizada e coordenada, e todas as informações sejam repassadas ao CIEVS SESA, que é o setor responsável por consolidar todas as informações e emitir relatório diários ao COE SAÚDE Estadual; -Com base nesse diagnóstico, elaborar e implementar ações estratégicas integradas com os setores responsáveis pela regulação de urgência e



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

39

	emergência, regulação de leitos hospitalares, SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil estadual e municipal, superintendências regionais de saúde, Programa Vigidesastres, entre outros atores envolvidos; -Executar o plano extraordinário de resposta, contemplando a evacuação imediata de unidades de saúde comprometidas, a realocação segura de pacientes e a garantia de acesso aos serviços de emergência; -Mobilizar as áreas de Atenção Primária, redes de saúde, Saúde Mental e demais serviços, promovendo a oferta de ações integradas que assegurem o suporte adequado aos municípios atingidos; -Apresentar uma lista detalhada das necessidades de recursos humanos, insumos e equipamentos a serem providenciados para os municípios em situação crítica devido ao desastre por seca e estiagem; -Avaliar, em conjunto com os municípios atingidos, a necessidade de acionamento da Força Nacional do SUS, considerando a gravidade da situação, a capacidade local de resposta e a necessidade de reforço nas ações de assistência à saúde. Essa avaliação deve ser repassada ao COE Saúde Estadual para que a decisão e os encaminhamentos necessários sejam adotados.
CRISE	-Ampliar as ações descritas no estágio de emergência, ajustando e intensificando os esforços para responder à crescente demanda e complexidade da situação, garantindo uma atuação mais eficaz e abrangente; -Reforçar a capacidade de apoio aos municípios, mobilizando recursos adicionais e ampliando a coordenação entre as equipes locais, regionais e estaduais, para otimizar a resposta emergencial e minimizar os impactos do desastre por seca e estiagem; -Solicitar apoio ao Ministério da Saúde, para garantir o envio de recursos, equipes especializadas e materiais essenciais, de forma a fortalecer a resposta estadual e municipal e assegurar o atendimento adequado às necessidades de saúde da população afetada (Após definição no COE SAUDE SESA).

Quadro 10 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Subsecretaria Regulação de Acesso em Saúde.

SETOR: SUBSECRETARIA REGULAÇÃO DE ACESSO EM SAÚDE	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Contribuir na elaboração do Plano Extraordinário para assegurar a assistência à saúde em situações de calamidade ou risco de perda de serviços essenciais; -Desenvolver protocolo ágil de regulação de leitos por especialidade, priorizando vítimas conforme gravidade, otimizando recursos; -Garantir a participação da equipe de gestão em simulados de emergências relacionadas a desastres climatológicos por seca e estiagem; -Monitorar alertas e estágios emitidos pelo Programa Vigidesastres; -Estar pronto para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficaz com a equipe.
MOBILIZAÇÃO	-Acionar a equipe de trabalho da subsecretaria e acompanhar de forma contínua as informações, avaliações e decisões, conforme a evolução do cenário de risco relacionado aos desastres por seca e estiagem. As ações devem ser ajustadas conforme o desenvolvimento da situação, garantindo uma resposta ágil e coordenada diante das necessidades emergenciais;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

40

	-Acompanhar as informações e orientações enviadas no grupo de gestão pela equipe técnica do Programa Vigidesastres.
ALERTA	-Acionar a equipe sob sua gestão para, em conjunto com as regionais de saúde, realizar o monitoramento da rede de assistência à saúde da região. Esse acompanhamento deve incluir a avaliação da capacidade instalada, da demanda por serviços, do nível de comprometimento da rede e da possibilidade de expansão da assistência, garantindo uma resposta eficiente e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Ampliar o nível de preparação conforme as ações definidas; -Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta; -Integrar a equipe da regulação de acesso em saúde com a equipe da Gestão da Atenção à Saúde, para determinar que seja realizado um levantamento detalhado da situação dos municípios afetados, incluindo a avaliação da capacidade instalada dos serviços de saúde e a identificação de possíveis perdas de equipamentos essenciais, em estreita colaboração com a equipe da regional de saúde responsável pelo território impactado; -Com base nesse diagnóstico, elaborar e implementar ações estratégicas integradas com os setores responsáveis pela regulação de urgência e emergência, regulação de leitos hospitalares, SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil estadual e municipal, superintendências regionais de saúde, Programa Vigidesastres, entre outros atores envolvidos; -Executar o plano extraordinário de resposta, com garantia de acesso aos serviços de emergência; -Acionar o protocolo diferenciado e eficiente de regulação de leitos nas diversas especialidades, relacionada a desastres climatológicos por seca e estiagens, conforme elaborado no estágio de normalidade.
CRISE	-Ampliar as ações descritas no estágio de emergência, ajustando e intensificando os esforços para responder à crescente demanda e complexidade da situação, garantindo uma atuação mais eficaz e abrangente; -Reforçar a capacidade de apoio aos municípios, mobilizando recursos adicionais e ampliando a coordenação entre as equipes locais, regionais e estaduais, para otimizar a resposta emergencial e minimizar os impactos do desastre por seca e estiagem.

Quadro 11 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional - Subsecretaria Vigilância em Saúde

SETOR: SUBSECRETARIA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Realizar o monitoramento sanitário, ambiental e epidemiológico de forma rotineira, com inspeções em sistemas de abastecimento de água, controle das condições higiênico-sanitárias de serviços, alimentos e medicamentos, e vigilância da qualidade da água, especialmente em áreas vulneráveis; -Acompanhar doenças sensíveis à seca e estiagem, como agravos diarreicos, respiratórios, nutricionais e relacionados ao trabalho, além de monitorar a qualidade do ar e os riscos associados à baixa umidade, poeiras e queimadas;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

41

	-Fortalecer a análise de dados, os sistemas de notificação e as ações educativas à população e aos serviços de saúde; -Manter a rotina de imunização e o monitoramento das coberturas vacinais; -Assegurar o apoio laboratorial do LACEN para análises de água e diagnóstico de agravos, com capacidade técnica para ampliação quando necessário; -Garantir que os responsáveis pelos setores atualizem suas ações de forma integrada e organizada, assegurando preparo para respostas rápidas e eficazes em emergências ou crises climatológicas por seca e estiagem; -Planejar o suporte logístico, financeiro e técnico necessário, garantindo a disponibilidade imediata de recursos ao acionar o plano em situações de emergência; -Estar preparado para integrar o COE Estadual Saúde, assegurando coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua gestão; -Elaborar plano eficiente para convocação e condições adequadas aos profissionais atuantes em campo durante desastres climatológicos por seca e estiagem; -Desenvolver ações específicas para grupos prioritários, como comunidades indígenas, ribeirinhas, agricultores rurais, quilombolas e assentamentos, garantindo acesso facilitado ao diagnóstico, tratamento e controle vetorial, em áreas de risco devido à seca e estiagem.
MOBILIZAÇÃO	-Acionar a equipe de trabalho da subsecretaria e acompanhar de forma contínua as informações, avaliações e decisões, conforme a evolução do cenário de risco relacionado aos desastres. As ações devem ser ajustadas conforme o desenvolvimento da situação, garantindo uma resposta ágil e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Acompanhar as informações e orientações enviadas no grupo de gestão pela equipe técnica do Programa Vigidesastres.
ALERTA	-Acionar a equipe sob sua gestão para, em conjunto com as regionais de saúde, realizar o monitoramento da rede de assistência e vigilância em saúde da região. Esse acompanhamento deve incluir a avaliação da capacidade instalada, da demanda por serviços, do nível de comprometimento da rede e da possibilidade de expansão do apoio à equipe de vigilância em saúde, garantindo uma resposta eficiente e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Ampliar o nível de preparação conforme as ações definidas; -Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta; -Enviar uma equipe de resposta rápida aos municípios afetados, levando em consideração a gravidade do desastre e as demandas emergenciais, assegurando suporte técnico e logístico adequado para o desempenho eficaz das atividades da equipe; -Acompanhar o desenvolvimento das ações de saúde previstas no Plano de Contingência Estadual para Desastres Climatológicos por seca e estiagem, junto a equipe de vigilância de emergências em saúde; -Convocar gerentes e chefes de núcleo para mobilizar as áreas técnicas afins, com o objetivo de atuar nas ações emergenciais, conforme a necessidade e a fase de resposta da emergência, garantindo o cumprimento de suas atribuições de acordo com o Plano de Contingência por seca e estiagem;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

42

	-Coordenar, acompanhar e monitorar de forma integrada as ações realizadas por todos os setores sob sua responsabilidade, garantindo uma comunicação eficaz e a execução adequada das atividades.
CRISE	-Ampliar as ações descritas no estágio de emergência, ajustando e intensificando os esforços para responder à crescente demanda e complexidade da situação, garantindo uma atuação mais eficaz e abrangente; -Reforçar a capacidade de apoio aos municípios, mobilizando recursos adicionais e ampliando a coordenação entre as equipes locais, regionais e estaduais, para otimizar a resposta emergencial e minimizar os impactos do desastre por seca e estiagem.

Quadro 12 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Superintendência de Saúde.

SETOR: SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Atuar no desenvolvimento e qualificação de profissionais da saúde, promovendo capacitações e elaborando materiais educativos voltados tanto para os trabalhadores da área quanto para a população; -Garantir a participação ativa dos responsáveis na elaboração do Plano Extraordinário para assegurar assistência à saúde em calamidades ou emergências com risco à continuidade dos serviços essenciais; -Elaborar plano complementar ao contingenciamento estadual para a região de saúde, integrando ações de forma sincronizada com a SESA Central; -Preparar a equipe para ativar o COE Saúde Regional, composto por membros da SESA Central e da regional, ligado diretamente ao COE Estadual, garantindo coordenação e comunicação eficazes; -Estar pronto para integrar o COE Estadual Saúde, assegurando coordenação e comunicação organizadas com a equipe sob gestão; -Preparar-se para ativar e coordenar o COE Regional de Saúde conforme análise do cenário de risco estadual; -Acompanhar os alertas, avisos e estágios de acionamento emitidos pelo Programa Vigidesastres.
MOBILIZAÇÃO	-Coordenar ações de vigilância em saúde ambiental, abrangendo o controle de vetores e a saúde do trabalhador; -Formular normas técnicas e supervisionar as atividades desempenhadas por órgãos regionais e municipais, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas; -Prestar assessoria e cooperação técnica aos municípios na implementação de medidas, fomentando a articulação entre os diferentes níveis de governo; -Coletar, analisar e divulgar de dados sobre a situação de saúde no estado, permitindo a identificação de áreas de risco e a definição de prioridades para intervenções estratégicas; -Acionar a equipe de trabalho da subsecretaria e acompanhar de forma contínua as informações, avaliações e decisões, conforme a evolução do cenário de risco relacionado aos desastres. As ações devem ser ajustadas conforme o desenvolvimento da situação, garantindo uma resposta ágil e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Acompanhar as informações e orientações enviadas no grupo de gestão pela equipe técnica do Programa Vigidesastres; -Preparar a equipe que compõe o COE Regional, caso seja necessário o acionamento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

43

ALERTA	-Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta por seca e estiagem as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade; -Intensificar o monitoramento, levantando informações detalhadas junto aos Secretários Municipais de Saúde sobre os locais afetados e o impacto na saúde, e compartilhando essas informações com a sala de situação; -Preparar a equipe para, caso seja necessário, ativar o COE Saúde Regional; -Ampliar o nível preparação conforme as ações definidas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta; -Coordenar o COE-Regional, assegurando uma atuação integrada para responder às demandas locais, e estabelecer uma interlocução sincronizada com o COE-Saúde-SES, garantindo ações coordenadas e resolutivas da Secretaria de Estado da Saúde em um cenário complexo e crítico; -Estabelecer fluxos permanentes de comunicação com os setores sob sua gestão, garantindo a troca contínua de informações e a atualização constante durante a crise de seca e estiagem; -Participar da execução do plano extraordinário de resposta, elaborado junto com as equipes das subsecretarias de regulação e atenção à saúde, contemplando a evacuação imediata de unidades de saúde comprometidas, a realocação segura de pacientes e a garantia de acesso aos serviços de emergência; -Planejar, em conjunto com as instâncias colegiadas (CIR), o apoio de outros municípios para a região afetada, conforme a necessidade apresentada por cada município; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e apresentar no COE SAÚDE ES; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o relatório diário referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Integrar a Superintendência Regional de Saúde ao nível central SESA, a fim de estabelecer fluxo assistencial e monitoramento das atividades e ações; -Organizar a distribuição de insumos estratégicos disponibilizados junto ao setor responsável da SESA ES (Central), conforme as necessidades locais; -Apoiar as Secretarias Municipais de Saúde nas ações de educação em saúde, junto a população atingida.
CRISE	-Ampliar as ações descritas no estágio de emergência, ajustando e intensificando os esforços para responder à crescente demanda e complexidade da situação, garantindo uma atuação mais eficaz e abrangente; -Reforçar a capacidade de apoio aos municípios, mobilizando recursos adicionais e ampliando a coordenação entre as equipes locais, regionais e estaduais, para otimizar a resposta emergencial e minimizar os impactos do desastre por seca e estiagem.

5.2. EIXO VIGILÂNCIA DE GESTÃO DE EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

44

Quadro 13 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional - Vigidesastres.

SETOR: VIGILÂNCIA EM SAÚDE DOS RISCOS ASSOCIADOS AOS DESASTRES - VIGIDESASTRES	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Monitorar e analisar continuamente indicadores climáticos, ambientais e de saúde, identificando áreas e populações vulneráveis, atualizando o mapeamento de riscos e fortalecendo a vigilância de agravos associados à seca e estiagem, com integração intersetorial, orientação técnica aos gestores e equipes de saúde, apoio ao planejamento das ações e promoção da educação em saúde para uso seguro da água e prevenção de agravos; -Identificar ameaças, vulnerabilidades e recursos para mapear cenários de risco em desastres por secas e estiagens; -Estruturar a vigilância em saúde ambiental relacionada aos riscos associados de desastres - VIGIDESASTRES no estado e municípios; -Executar ações de Educação em Saúde específicas para desastres relacionados a seca e estiagem; -Identificar dos fatores de risco e das populações vulneráveis, -Comunicar do risco ambiental com impacto na saúde humana; -Manter atualizado o Plano de Contingência Estadual para Desastres Climatológicos por secas e estiagens; -Coletar, consolidar, monitorar e disseminar informações sobre eventos para gestores e setores estratégicos da saúde; -Elaborar boletim informativo sobre eventos climáticos, com divulgação periódica conforme nível de resposta estadual; -Realizar simulados para testar o Plano de Contingência e atualizar capacitação da equipe; -Manter e atualizar a lista de contatos dos setores, coordenações da SESA (Central e Regionais) e instituições parceiras envolvidas na resposta; -Comunicar-se regularmente com a Defesa Civil para alinhamento de informações e orientações integradas; -Implementar ficha de notificação específica para desastres, orientando pontos focais municipais e regionais no uso da plataforma REDCap para coleta de dados em tempo real; -Preparar equipe para integrar o COE Estadual Saúde quando ativado, apoiando a gestão técnica e estratégica da resposta; -Capacitar equipe para atuação em campo junto aos municípios afetados, quando necessário; -Articular ações para revisão dos planos de contingência na SESA.
MOBILIZAÇÃO	-Manter uma escala de plantão 24 horas, e sobreaviso com profissionais para atendimento imediato e ampliação da capacidade de apoio; -Acompanhar os informes meteorológicos sobre a previsão do tempo do Estado e municípios; -Monitorar alerta e o prognóstico de secas, estiagem, baixa umidade do ar pelos órgãos competentes; -Articular com a Defesa Civil e outras instituições para obtenção de dados sobre as áreas consideradas vulneráveis ao risco de sofrer efeitos frente a um desastre associado à seca e estiagem; -Coletar, consolidar, monitorar e disseminar informações sobre os eventos para gestores e setores estratégicos da saúde; -Manter comunicação contínua com a Defesa Civil para alinhamento de informações e definição de orientações integradas; -Orientar os pontos focais das regionais de saúde e os municípios para fortalecer a preparação e resposta a desastres, além de reforçar o uso da



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

45

	ficha de notificação específica para desastres na plataforma REDCap, quando necessário; -Estar preparado para integrar o COE Estadual de Saúde quando ativado, apoiando diretamente a Secretaria de Estado da Saúde na condução técnica e estratégica da resposta aos desastres climatológicos por seca e estiagem; -Preparar a equipe para atuação em campo junto aos municípios atingidos, sempre que necessário; -Encaminhar alertas para as os pontos focais das regionais de saúde e das secretarias municipais de saúde, que possuem risco de ocorrência de desastres por secas e estiagens.
ALERTA	-Atuar no COE SAÚDE, monitorando as condições de risco e apoiar as coordenações das ações com as demais autoridades envolvidas; -Intensificar as ações descritas no estágio de mobilização, articulando para que todos os recursos e equipes estejam prontos para atuar conforme necessário; -Acompanhar e analisar os alertas e notificações, para garantir uma resposta oportuna e eficiente em caso de agravamento da situação; -Fortalecer a comunicação entre os setores responsáveis, estimulando que as informações fluam de maneira clara e coordenada; -Intensificar alerta para as demais áreas da SESA e SMS sobre eventos em monitoramento; -Receber a comunicação do evento, sendo o ponto focal intersetorial da SESA.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Notificar o desastre para o Vigidesastres Nacional e para o CIEVS Estadual; -Articular com os municípios as ações de saúde nos abrigos; -Intensificar as ações de vigilância em saúde (vigilância em saúde ambiental, vigilância sanitária, epidemiológica, saúde do trabalhador e outras); -Preparar/apoiar a elaboração do relatório executivo sobre o desastre para os gestores; -Acompanhar os dados de doenças relacionadas as secas e estiagem. -Verificar com as áreas técnicas o fornecimento de água de qualidade para consumo humano; -Verificar com os municípios atingidos a capacidade da assistência farmacêutica à população atingida por seca e estiagem e solicitar ao Ministério da Saúde, kit de medicamentos, quando necessário; -Articular as ações descritas neste plano com os diversos setores envolvidos, garantindo uma integração eficiente entre as equipes e uma resposta coordenada às necessidades emergenciais. Isso inclui a comunicação e colaboração contínuas entre as áreas de saúde, defesa civil, assistência social, vigilância sanitária, planejamento, logística, e comunicação, assegurando que as estratégias de enfrentamento do desastre sejam implementadas de forma conjunta, coordenada e eficaz, com base nas demandas e prioridades identificadas; -Coordenar a coleta de informações sobre desastres nos municípios afetados, utilizando a ficha do REDCap para consolidar dados de diversas fontes (hospitais, abrigos, serviços de saúde, etc.); -Monitorar a atualização constante das informações na plataforma, permitindo uma análise contínua da situação para ajustes nas estratégias de resposta; -Integrar os dados coletados na ficha do REDCap com outras ferramentas de monitoramento e sistemas de gestão, como o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), para proporcionar uma visão abrangente do impacto do desastre;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

46

	-Compartilhar as informações coletadas no REDCap com as autoridades competentes, outras entidades de saúde e defesa civil, garantindo uma resposta coordenada e eficiente; -Assessorar os gestores municipais na implementação e coordenação das ações de resposta a desastres, garantindo uma atuação eficaz e integrada; -Encaminhar as demandas emergentes identificadas nos territórios afetados para as áreas técnicas competentes, visando uma resposta rápida e adequada; -Fornecer suporte técnico e operacional aos gestores municipais de saúde para o restabelecimento das ações de rotina e da rede de assistência; -Solicitar, por meio de comunicação formal da Secretaria Estadual de Saúde ao Ministério da Saúde, o envio de kits de medicamentos e insumos estratégicos, conforme a legislação vigente, para atendimento às necessidades das populações atingidas; -Assessorar os municípios na gestão da documentação necessária à decretação de emergência em saúde pública decorrente de desastre por seca e estiagem e, quando necessário, na solicitação de incremento financeiro ao Ministério da Saúde, conforme a legislação vigente; -Participar ativamente do Centro de Operações de Emergências em Saúde (COE) da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA-ES), dos COE SAÚDE REGIONAIS, assegurando uma comunicação eficiente entre a equipe da SESA e os municípios afetados. Além disso, contribuir para a análise situacional, a coordenação das ações de resposta e a tomada de decisões estratégicas, visando o atendimento ágil e eficaz às necessidades emergentes; -Elaborar boletim informativo com a frequência necessária a cada nível de resposta, sobre a situação da emergência e as ações desenvolvidas na esfera Estadual; -Ofertar suporte às áreas técnicas no desenvolvimento das ações identificadas como pertinentes para a manutenção da saúde; -Integrar o COE com outros centros de operação, como os de Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros; -Participar das discussões referentes à manutenção da saúde das pessoas expostas aos desastres no território afetado; -Atuar em campo quando solicitado, garantindo a execução das ações de resposta de acordo com as necessidades identificadas e em conformidade com os protocolos estabelecidos pelo plano de contingência, assegurando o apoio técnico e logístico necessário para a intervenção; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Intensificar alerta para as demais áreas da SESA e SMS sobre eventos em monitoramento; -Receber a comunicação do evento, sendo o ponto focal intersetorial da SESA.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Demandar à gestão estadual a solicitação de apoio ao DEMPS/MS (Departamento de Emergências e Mobilização do Ministério da Saúde), conforme a necessidade, para fortalecer a resposta aos desastres e garantir recursos adicionais para as áreas afetadas; -Participar do COE Saúde e apresentar a situação de desastre por seca e estiagem;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

47

	-Apoiar os municípios nas ações de saúde; -Intensificar as atividades de vigilância epidemiológica de doenças e outros agravos; -Avaliar o cenário e dimensionar o recurso adicional (material e humano) necessário no âmbito da saúde.
--	---

Quadro 14 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional - CIEVS.

SETOR: CIEVS	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Monitorar continuamente os indicadores epidemiológicos relacionados a doenças associadas à seca/estiagem; -Coletar sistematicamente as informações sobre surtos e eventos de saúde pública de origem hídrica; -Registrar e analisar as tendências epidemiológicas e ambientais nos municípios expostos a riscos e vulnerabilidades relacionadas a seca e estiagem; -Emitir boletins informativos periódicos para municípios e gestores estaduais; -Realizar treinamento básico de profissionais municipais em notificação e registro de eventos de saúde pública; -Monitorar continuamente os rumores e informações relacionados a desastres, identificando emergências epidemiológicas por meio de ferramentas como Disque-Notifica, E-notifica e Clipping CIEVS, realizando análise integrada com o Programa Vigidesastres; -Manter escala de plantão para acionamento rápido dos níveis de resposta, assegurando a prontidão da equipe; -Realizar simulados periódicos com o Programa Vigidesastres para testar o Plano de Contingência e capacitar continuamente a equipe; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde quando ativado, apoiando a gestão da Secretaria de Estado da Saúde na condução técnica e estratégica da resposta; -Atuar como ponto focal do CIEVS intersetorial da SESA-ES, garantindo o fluxo contínuo de informações sobre eventos; -Elaborar modelo de boletim informativo a ser emitido a cada 48 horas durante eventos climatológicos de seca e estiagem, assegurando comunicação clara e atualizada para a tomada de decisões; -Preparar a equipe para atuação em campo junto aos municípios afetados, em casos de surtos e emergências de saúde relacionados a doenças veiculadas por água, alimentos ou outros riscos associados a desastres; -Manter atualizada a lista de contatos das coordenações da SESA (Central e Regionais) e das instituições parceiras envolvidas na resposta ao desastre climatológico por secas e estiagens; -Desenvolver ações específicas para grupos prioritários, como comunidades indígenas, ribeirinhas, agricultores rurais, quilombolas e assentamentos, garantindo acesso facilitado ao diagnóstico, tratamento e controle vetorial, em áreas de risco devido à seca e estiagem
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Coletar, consolidar, monitorar e disseminar as informações desses eventos para o grupo da gestão estadual para subsidiar tomadas de decisões; -Intensificar ações de vigilância em municípios com risco identificado de seca ou estiagem;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

48

	-Atualizar e testar os protocolos de notificação e investigação de eventos. -Capacitar e realizar orientação técnica às equipes municipais de vigilância para identificação precoce de surtos; -Preparar os fluxos de comunicação rápida entre municípios, CIEVS e RENAVEH; -Planejar as ações preventivas em áreas críticas identificadas pelo monitoramento.
ALERTA	-Atuar no COE SAÚDE, monitorando as condições de risco e apoiar as coordenações das ações com as demais autoridades envolvidas; -Intensificar as ações descritas no estágio de mobilização, garantindo que todos os recursos e equipes estejam prontos para atuar conforme necessário; -Acompanhar e analisar os alertas e notificações, para garantir uma resposta oportuna e eficiente em caso de agravamento da situação; -Prestar apoio técnico nas respostas às emergências em saúde pública decorrente de desastre por seca e estiagem às Regionais de Saúde; -Receber a comunicação do evento e atuar como ponto focal intersetorial da SESA, reunindo informações de todos os setores e elaborando um relatório consolidado diário sobre a situação.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Garantir uma integração eficiente entre as equipes, promovendo uma resposta coordenada às necessidades emergenciais. Isso inclui a comunicação e colaboração contínuas entre as áreas de saúde, defesa civil, assistência social, vigilância sanitária, planejamento, logística e comunicação. Dessa forma, as estratégias de enfrentamento do desastre serão implementadas de maneira conjunta, coordenada e eficaz, com base nas demandas e prioridades identificadas; -Coletar, consolidar, monitorar e disseminar as informações sobre os eventos entre os gestores e a Rede CIEVS, garantindo a comunicação eficaz durante a emergência; -Produzir boletins a cada 48 horas, atualizando as informações de saúde relacionadas ao evento (desastre climatológico por secas e estiagens), e disseminá-los por meio da mídia, garantindo que a população e os gestores recebam informações precisas e oportunas; -Prestar apoio técnico às Regionais de Saúde nas respostas às emergências em saúde pública decorrente de desastre por seca e estiagem, orientando e apoiando na implementação de medidas necessárias; -Apoiar os municípios na investigação de surtos e aglomerados de óbitos relacionados a doenças de veiculação hídrica e alimentar, oferecendo suporte na identificação e controle desses casos; -Integrar o COE com outros centros de operação, como os de Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, promovendo uma atuação integrada e eficiente entre os diferentes setores envolvidos na resposta ao desastre; -Participar das discussões sobre a manutenção da saúde das pessoas expostas aos desastres, assegurando que as medidas de saúde pública sejam adequadas e eficazes para minimizar os impactos da crise; -Atuar em campo quando solicitado, garantindo a execução das ações de resposta de acordo com as necessidades identificadas, seguindo os protocolos estabelecidos no plano de contingência e fornecendo o suporte técnico e logístico necessário para a intervenção; -Receber a comunicação do evento, sendo o ponto focal intersetorial da SESA-ES; -Confirmar os agravos de saúde em consequência ao desastre climatológico por seca e estiagem; -Estabelecer protocolos de verificação, análise e tratamento das doenças.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

49

CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Elaborar boletim informativo com a frequência necessária a cada nível de resposta, sobre a situação da emergência e as ações desenvolvidas na esfera Estadual; -Estabelecer articulação com atores estratégicos para viabilizar o envio, a distribuição e/ou o remanejamento de insumos e medicamentos para diagnóstico e tratamento de malária em áreas de risco devido à seca e estiagem.
--------------	--

Quadro 15 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional - RENAVEH.

SETOR: RENAVEH	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Elaborar um fluxo de comunicação e monitoramento com a rede hospitalar para o acompanhamento das internações de pacientes afetados por desastres causados por secas e estiagens, abrangendo todas as fases do desastre, quando necessário; -Apoiar as ações do CIEVS e do Vigidesastres no atendimento às demandas de vigilância epidemiológica hospitalar.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Coletar, consolidar e monitorar informações relacionadas à vigilância hospitalar e encaminhá-las ao CIEVS para a elaboração do boletim; -Monitorar continuamente a tendência de doenças ou agravos relacionados a seca e estiagem; -Monitorar dados e informações de morbimortalidade; -Identificar doenças, agravos e eventos de saúde, por meio do sistema de busca ativa nos serviços de saúde; -Monitorar e detectar surtos precocemente; -Manter os sistemas oficiais de informação atualizados (SIH, SINAN, e-SUS Notifica, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); -Intensificar a vigilância e controle de doenças não-transmissíveis (desidratação, dermatites, erupções cutâneas, rinite alérgica, asma, sinusite, bronquite, doenças cardiovasculares, neurológicas e neoplasias) e agravos; -Monitorar e notificar as doenças e agravos de notificação compulsória (DNCs) e dos eventos de interesse de saúde pública.
ALERTA	-Coletar, consolidar e monitorar informações relacionadas à vigilância hospitalar e encaminhá-las ao CIEVS para a elaboração do boletim; -Ampliar o monitoramento e acompanhamento da vigilância hospitalar e do perfil epidemiológico diário nos hospitais, considerando os impactos do desastre no território.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Intensificação da Vigilância Epidemiológica Hospitalar, realizando acompanhamento diário, com busca ativa de casos suspeitos de agravos transmitidos por veiculação hídrica; -Notificar e comunicar imediatamente à coordenação da RENAVEH, especialmente em casos de óbitos; -Informar a área técnica sobre o aumento de casos notificados e de casos graves; -Auxiliar na consolidação dos dados das Fichas Relatório de Emergência preenchidas pelas equipes de campo; -Identificar necessidades imediatas e contribuir para a redução de danos; -Prestar suporte técnico, presencial e/ou virtual, nas respostas ao enfrentamento de desastre por seca e estiagem;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

50

	-Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Encaminhar informações ao CIEVS SESA para a produção boletim informativo com a frequência necessária a cada nível de resposta, sobre a situação da emergência e as ações desenvolvidas na esfera Estadual -Estabelecer fluxo de atendimento; -Estabelecer fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; -Manter os sistemas oficiais de informação atualizados (SIH, SINAN, e-SUS Notifica, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); -Monitorar e detectar surtos precocemente; -Compreender os impactos imediatos e de longo prazo na saúde; -Monitorar dados e informações de morbimortalidade; -Monitorar e notificar as doenças e agravos de notificação compulsória (DNCs) e dos eventos de interesse de saúde pública; -Elaborar boletim informativo sobre a situação epidemiológica nos serviços de saúde e ações desenvolvidas.

5.3. EIXO VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Quadro 16 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência de Vigilância em Saúde.

SETOR: GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Garantir a participação dos chefes de núcleo nas discussões, atualizações e elaboração das ações de resposta de cada setor em emergências ou crises por desastres climatológicos por seca e estiagem; -Mobilizar as áreas técnicas para o cumprimento das atribuições previstas no Plano de Contingência por calor extremo; -Orientar as áreas técnicas quanto às ações de resposta, com base na avaliação da capacidade dos recursos municipais diante dos impactos dos desastres; -Definir pontos focais em cada núcleo/setor, estabelecendo responsabilidades claras durante a resposta; -Implementar um fluxo de comunicação eficiente, coordenado e oportuno, assegurando a troca eficaz de informações durante os desastres climatológicos por secas e estiagens no Espírito Santo; -Treinar profissionais de saúde e sociedade civil para identificar e responder a vulnerabilidades que condicionam ou resultam em doença; -Provimento e capacitação de pessoal para garantir diagnóstico oportuno, avaliação de contatos, acompanhamento do tratamento, tanto na rotina quanto em demandas excepcionais durante crises; -Produzir e difundir materiais pedagógicos e informativos sobre mudanças climáticas e saúde em formato de fácil acesso; -Identificar áreas de vulnerabilidades sociais em relação ao risco de seca e estiagem; -Incentivar, orientar e apoiar as SMS na elaboração de planos de contingência para seca e estiagem; -Promover estratégias de capacitação para gestores e profissionais de saúde para atuação em emergências de saúde pública relacionadas à seca e estiagem;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

51

	-Avaliar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano, conduzido pelos responsáveis pelo abastecimento, e verificar a conformidade com o Plano de Amostragem de Controle da Qualidade da Água, conforme estabelecido no Anexo XX da Portaria de Consolidação n.º 5/2017.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações de vigilância sanitária, ambiental, epidemiológica e do trabalhador, com inspeções em sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água, monitoramento das condições higiênico-sanitárias, da qualidade da água e do ar, e avaliação de riscos ambientais e ocupacionais; -Reforçar a vigilância de agravos sensíveis à seca e estiagem, como doenças diarreicas, respiratórias, desnutrição e agravos relacionados ao trabalho, com análise de tendências, fortalecimento da notificação e emissão de alertas precoces; -Intensificar ações educativas à população e orientações técnicas aos serviços de saúde e gestores; -Avaliar e manter as coberturas vacinais, garantindo a continuidade da imunização em áreas vulneráveis; -Ampliar a capacidade do LACEN para análises da qualidade da água e apoio diagnóstico, ajustando fluxos logísticos e operacionais conforme a demanda; -Desenvolver ações específicas para grupos prioritários, como comunidades indígenas, ribeirinhas, agricultores rurais, quilombolas e assentamentos, garantindo acesso facilitado ao diagnóstico, tratamento e controle vetorial, em áreas de risco devido à seca e estiagem; -Realizar articulação com atenção à saúde (atenção primária, urgência e emergência, Força Nacional do SUS) para viabilizar o atendimento adequado para promover a detecção de casos sindrômicos de DDA e surtos de DTHA relacionados aos IMPACTOS INICIAIS DA REDUÇÃO DE PLUVIOSIDADE, coleta de amostras clínicas, tratamento e notificação; -Monitorar o risco da ocorrência de um desastre relacionado à seca e estiagem junto à SESA; -Atualizar periodicamente a avaliação de risco, em conjunto com as áreas técnicas de doenças, agravos e eventos relacionados a seca e estiagem.
ALERTA	-Convocar áreas técnicas afins, para auxiliar no desenvolvimento das ações emergenciais; -Mobilizar as áreas técnicas para desenvolver suas atribuições em relação ao Plano de Contingência de seca e estiagem; -Orientar as áreas técnicas para ações de resposta conforme avaliação de comprometimento dos recursos dos municípios frente aos desastres. Estabelecer fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; -Acompanhar o planejamento de ações e a resposta do setor saúde; -Promover ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reabilitação, envolvendo as áreas da vigilância em saúde; -Adotar medidas preventivas, imediatas e posteriores, para prevenir e conter doenças e agravos à saúde humana; -Monitorar dados e informações de morbimortalidade; -Elaborar alertas epidemiológicos sobre a situação epidemiológica do Estado e dos serviços de saúde envolvidos na resposta e ações desenvolvidas, em conjunto com a Rede CIEVS; -Manter o funcionamento 24h em regime de plantão para recebimento de notificação imediata de agravos e eventos de saúde pública e principalmente considerando a tipologia do evento identificado (surto, desastre ou desassistência).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

52

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Convocar áreas técnicas afins, para auxiliar no desenvolvimento das ações emergenciais; -Mobilizar as áreas técnicas para desenvolver suas atribuições em relação ao Plano de Contingência de seca e estiagem; -Orientar as áreas técnicas para ações de resposta conforme avaliação de comprometimento dos recursos dos municípios frente aos desastres. Intensificar as ações de comunicação interinstitucional; -Acompanhar alertas de prognóstico de seca e estiagem emitidas por órgãos meteorológicos e centros de monitoramento climático; -Monitorar o fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; -Monitorar dados e informações de morbimortalidade inseridos nos sistemas oficiais de informação (SIH, SINAN, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); -Monitorar e detectar surtos precocemente; -Realizar informes técnicos contendo o monitoramento das doenças e agravos relacionados ao evento, bem como os alertas emitidos pelos setores envolvidos na resposta; -Intensificar a articulação com as equipes de saúde do Estado e municípios envolvidos; -Acompanhar o desenvolvimento de ações da vigilância em saúde para os grupos vulneráveis (idosos, crianças, gestantes, pessoas com necessidades especiais e doentes crônicos); -Subsidiar tecnicamente o COE; -Manter o funcionamento 24h em regime de plantão para recebimento de notificação imediata de agravos e eventos de saúde pública e principalmente considerando a tipologia do evento identificado (surto, desastre ou desassistência).
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Intensificar as ações de comunicação interinstitucional; -Acompanhar alertas de prognóstico de seca e estiagem emitidas por órgãos meteorológicos e centros de monitoramento climático; -Monitorar o fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; -Monitorar dados e informações de morbimortalidade inseridos nos sistemas oficiais de informação (SIH, SINAN, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); -Monitorar e detectar surtos precocemente; -Realizar informes técnicos contendo o monitoramento das doenças e agravos relacionados ao evento, bem como os alertas emitidos pelos setores envolvidos na resposta; -Intensificar a articulação com as equipes de saúde do Estado e municípios envolvidos; -Acompanhar o desenvolvimento de ações da vigilância em saúde para os grupos vulneráveis (idosos, crianças, gestantes, pessoas com necessidades especiais e doentes crônicos); -Subsidiar tecnicamente o COE; -Manter o funcionamento 24h em regime de plantão para recebimento de notificação imediata de agravos e eventos de saúde pública e principalmente considerando a tipologia do evento identificado (surto, desastre ou desassistência).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

53

Quadro 17 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Apoio administrativo transporte.

SETOR: APOIO ADMINISTRATIVO TRANSPORTE	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Definir protocolo para a suspensão dos transportes de rotina em situações de desastres climatológicos por seca e estiagem, para serem otimizados conforme prioridades definidas pelo COE -SAÚDE; -Garantir uma comunicação eficiente e coordenada com os profissionais do setor de transporte, assegurando o uso otimizado e adequado dos recursos para as situações emergenciais relacionadas ao desastre; -Organizar um fluxo de comunicação para que as demandas sejam encaminhadas por meio do COE Saúde e distribuídas de forma adequada
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade.
ALERTA	-Garantir motoristas e veículos em número adequados, em sobreaviso para acionamento, quando necessário, para deslocamento de equipes em campo e apoio logístico aos municípios.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Garantir motoristas e veículos em número adequados em sobreaviso para acionamento, quando necessário, para deslocamento de equipes em campo e apoio logístico aos municípios.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 18 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Vigilância Epidemiológica.

SETOR: VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Realizar o monitoramento epidemiológico de forma rotineira, especialmente em áreas vulneráveis; -Acompanhar doenças sensíveis à seca e estiagem, como agravos diarreicos, respiratórios, nutricionais e relacionados ao trabalho, além de monitorar a qualidade do ar e os riscos associados à baixa umidade, poeiras e queimadas; -Fortalecer a análise de dados, os sistemas de notificação e as ações educativas à população e aos serviços de saúde; -Manter a rotina de imunização e o monitoramento das coberturas vacinais. Assegurar o apoio laboratorial do LACEN para análises de água e diagnóstico de agravos, com capacidade técnica para ampliação quando necessário; -Garantir que todas as áreas técnicas estejam preparadas para organizar suas ações conforme os cenários de desastres climatológicos por secas e estiagens, apoiando diretamente as regionais de saúde e municípios e atuando em campo quando convocadas; -Planejar estrategicamente a atuação da Vigilância Epidemiológica Estadual, assegurando procedimentos adequados em desastres climatológicos por seca e estiagem, considerando as limitações técnicas e operacionais dos municípios afetados; -Preparar a equipe para oferecer suporte estratégico e operacional às regionais de saúde e municípios em emergências ou crises relacionadas a desastres climatológicos por secas e estiagens; -Capacitar a equipe para atuação em campo, especialmente em surtos de doenças de veiculação hídrica, alimentar ou outros riscos associados aos desastres; -Organizar um processo de trabalho ativado em emergências para monitorar, avaliar e emitir relatórios contínuos sobre doenças



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

54

	compulsórias e agravos à saúde, permitindo a identificação oportuna de riscos e a implementação de ações pelos setores de assistência à saúde nos municípios afetados; -Elaborar Notas Técnicas para o monitoramento de doenças relacionadas a seca e estiagem; -Orientar as Vigilâncias Epidemiológicas regionais na supervisão e no apoio às vigilâncias municipais; -Manter ações de rotina da Vigilância Epidemiológica das Doenças Diarreicas Agudas e monitorar as condições climatológicas e hidrológicas, para identificar alertas de seca e estiagem emitidos pelos órgãos competentes; -Orientar a Vigilância Epidemiológica de Doenças Diarreicas Agudas das Secretarias Municipais de Saúde a monitorar as condições climatológicas e hidrológicas, para identificar alertas de seca e estiagem emitidos pelos órgãos competentes, especialmente nas regiões historicamente afetadas pela escassez hídrica; -Fortalecer a Vigilância Epidemiológica de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA), com foco na detecção, notificação e investigação oportunas de surtos de DTHA.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Intensificar a VBE de rumores e eventos de saúde pública relacionados à seca e estiagem, identificando impactos na saúde da população; -Atualizar periodicamente a avaliação de risco, em conjunto com as áreas técnicas de doenças, agravos e eventos relacionados a seca e estiagem; -Produzir relatórios quinzenais de monitoramento da situação epidemiológica de eventos relacionados, como aumento de DDA, desnutrição e agravos respiratórios; -Realizar a comunicação de risco com gestores, profissionais de saúde, entes federados e sociedade civil, garantindo acesso a informações sobre prevenção e mitigação dos impactos da seca e estiagem; -Estabelecer articulação com atores estratégicos para viabilizar ações conjuntas de mitigação e resposta a seca e estiagem; -Capacitar os profissionais de saúde para a identificação, por meio de fichas de notificação, de situações de interesse para a saúde pública relacionadas à seca e estiagem em serviços de saúde.
ALERTA	-Intensificar o monitoramento e a avaliação das ações de vigilância epidemiológica; -Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta; -Monitorar os sistemas de notificação de síndrome gripal (SG) e de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) para avaliação do cenário em relação ao histórico local; -Realizar articulação com a VE-DTHA/DDA das SMS afetadas para: a. Identificar necessidades (apoio in loco, hipoclorito de sódio a 2,5% e outros insumos, treinamento e capacitação) e oferecer o suporte necessário; b. Estabelecer fluxo de informação entre todas as esferas; c. Intensificar as ações de rotina da vigilância epidemiológica das DDA e estimular a realização em todas as esferas envolvidas, incluindo o monitoramento dos casos de DDA relacionados à situação emergencial. -Realizar articulação com atenção à saúde (atenção primária, urgência e emergência, Força Nacional do SUS) para viabilizar o atendimento adequado para promover a detecção de casos sindrômicos de DDA e surtos de DTHA relacionados ao prolongamento do período sem



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

55

	pluviosidade, redução da vazão de rios e afluentes, coleta de amostras clínicas, tratamento e notificação; -Realizar o monitoramento e a análise epidemiológica dos casos de DDA e avaliar alteração do padrão epidemiológico de casos, internações e óbitos, fornecendo subsídios para a tomada de decisão em saúde pública; -Implementar a vigilância ativa em serviços de saúde para a detecção precoce de agravos relacionados à seca e estiagem, por meio da busca ativa de casos, monitoramento de unidades sentinela e análise de dados epidemiológicos em sistemas oficiais.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Convocar áreas técnicas afins, para auxiliar no desenvolvimento das ações emergenciais; -Mobilizar as áreas técnicas para desenvolver suas atribuições em relação ao Plano de Contingência; -Orientar as áreas técnicas para ações de resposta conforme avaliação de comprometimento dos recursos dos municípios frente aos desastres; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Acompanhar as ações das regionais assessorando e acordo com as necessidades apontadas; -Disponibilizar todas as formas de contatos para dúvidas; -Subsidiar com informações inerentes aos agravos epidemiológicos; -Estabelecer rotina de informação com as regionais acerca dos agravos presentes nos abrigos.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Intensificar as ações de Vigilância Epidemiológica com acompanhamento presencial e diário, detectando e notificando oportunamente as Doenças de Notificação Compulsória; -Monitorar em parceria com as áreas técnicas, a situação epidemiológica de doenças; -Intensificar as ações de Vigilância Epidemiológica das Doenças Respiratórias transmissíveis e outros agravos relacionados a seca e estiagem; -Intensificação da Vigilância Epidemiológica para casos de SRAG associadas ou não a fatores ambientais agravados pela seca, como aumento de partículas inaláveis na atmosfera e prevenção de doenças respiratórias; -Ampliação da rede assistencial: reforço no atendimento hospitalar e ampliação da oferta de leitos de UTI e enfermaria para pacientes com SRAG; -Campanhas de orientação: divulgação de medidas preventivas para populações vulnerabilizadas, incluindo grupos mais suscetíveis como pessoas idosas, crianças e pessoas com doenças respiratórias preexistentes; -Realizar articulação com a VE-DTHA/DDA das SES afetadas para: a. Identificar necessidades (apoio in loco, hipoclorito de sódio a 2,5% e outros insumos e treinamento e capacitação) e efetivar o suporte necessário; b. Manter fluxo de informação entre todas as esferas incluindo os abrigos existentes em pleno funcionamento; c. Identificar localidades isoladas para viabilizar o acesso ao hipoclorito de sódio a 2,5%;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

56

	d. Intensificar as ações de rotina da Vigilância Epidemiológica das DDA e estimular sua realização em todas as esferas envolvidas, e instituir o monitoramento dos casos de DDA relacionados à situação emergencial. -Realizar articulação com atenção à saúde (Atenção Primária, Urgência e Emergência, Força Nacional do SUS) para viabilizar: a. O atendimento adequado para promover a detecção de casos síndromicos de DDA e surtos de DTHA relacionados à seca disseminada em diversos territórios, coleta de amostras clínicas, tratamento e notificação; b. A estrutura física adequada para a implementação de salas de reidratação, garantindo suporte adequado aos pacientes; c. Acompanhamento de pacientes após o atendimento para prevenir complicações e reduzir o risco de óbitos em domicílio. -Realizar o monitoramento e análise epidemiológica dos casos de DDA e avaliar alteração do padrão epidemiológico de casos, internações e óbitos e investigação epidemiológica quanto à ocorrência de surtos.
--	--

Quadro 19 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Vigilância Ambiental em Saúde.

SETOR: VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Realizar o monitoramento ambiental de forma rotineira, com inspeções em sistemas de abastecimento de água, controle das condições higiênico-sanitárias de serviços, alimentos e medicamentos, e vigilância da qualidade da água, especialmente em áreas vulneráveis; -Monitorar a qualidade do ar e os riscos associados à baixa umidade, poeiras e queimadas; -Fortalecer a análise de dados, os sistemas de notificação e as ações educativas à população e aos serviços de saúde; -Assegurar o apoio laboratorial do LACEN para análises de água, com capacidade técnica para ampliação quando necessário; -Estruturar a organização de apoio e fluxo de comunicação com as vigilâncias ambientais das regionais de saúde e municípios, garantindo atuação eficaz em emergências de saúde pública decorrentes de desastres e direcionamento oportuno das ações; -Manter estoque adequado de hipoclorito, baseado na análise histórica de consumo e necessidade; -Identificar fontes de água em áreas de risco e mapear alternativas para abastecimento em situações de desastre. -Orientar operadores dos sistemas de abastecimento sobre procedimentos em casos de desabastecimento, elaborando plano emergencial para monitoramento da qualidade da água durante a contingência; -Orientar as unidades municipais de controle de zoonoses quanto ao manejo adequado de cadáveres de animais, desde o transporte até o destino final; -Orientar ações dos programas de controle de doenças transmitidas por vetores em acampamentos, abrigos e áreas densamente povoadas, visando prevenir a proliferação de roedores, mosquitos e outros vetores; -Avaliar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano, conduzido pelos responsáveis pelo abastecimento, e verificar a conformidade com o Plano de Amostragem de Controle da Qualidade da Água, conforme estabelecido no Anexo XX da Portaria de Consolidação n.º 5/2017;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

57

	-Avaliar a conformidade do monitoramento da qualidade da água para consumo humano, realizado pela Secretaria de Saúde Municipal, com a Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância Ambiental; -Atualização da rede de contatos da Vigilância em Saúde Ambiental, concomitante à implementação de ações de educação preventiva.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Intensificar o monitoramento da qualidade da água, a realização de inspeções detalhadas em áreas de risco e a emissão de alertas claros e oportunos à população; -Prestar suporte na avaliação da ocorrência de danos nos serviços de abastecimento de água; -Prestar suporte ao levantamento situacional da rede laboratorial para o monitoramento da qualidade da água para consumo humano, no que concerne a insumos e equipamentos; -Prestar auxílio na avaliação da necessidade de expandir o plano de amostragem para vigilância e controle, com foco em áreas de risco; -Fortalecer os fluxos de comunicação e intensificar a articulação intrasetorial e intersetorial, com ênfase na colaboração com prestadores de serviços de saneamento básico e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).
ALERTA	-Intensificar o monitoramento e a avaliação das ações de vigilância Ambiental em saúde; -Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta; -Recomendar a distribuição e o uso de hipoclorito de sódio de forma imediata, com as devidas orientações de uso; -Apoiar a articulação com diferentes setores para viabilizar a distribuição de água; -Apoiar as vigilâncias estaduais e municipais no monitoramento da qualidade da água distribuída à população e na realização de inspeções sanitárias nas formas de abastecimento, incluindo carros-pipa; -Reforçar a comunicação sobre os riscos decorrentes do consumo de água sem qualidade apropriada para consumo humano.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Identificar e indicar fontes seguras de abastecimento de água, garantindo que a distribuição por caminhões-pipa siga as normas sanitárias; -Orientar sobre o monitoramento da qualidade da água potável distribuída emergencialmente, seja por caminhões-pipa ou alternativas; -Apoiar os municípios na divulgação de procedimentos para limpeza e desinfecção de caixas d'água; -Acionar a Vigilância Sanitária (VISA) para inspeção de Soluções Alternativas Coletivas (SAC) que apresentem amostras de água insatisfatórias; -Estimular ações de educação em saúde sobre cuidados com a água, limpeza e desinfecção de reservatórios; -Intensificar o monitoramento do fornecimento de água para consumo humano em abrigos e unidades de saúde; -Realizar inspeção sanitária nos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e nas Soluções Alternativas Coletivas (SAC) afetadas; -Ampliar a vigilância da qualidade da água após a regularização do fornecimento nas áreas afetadas; -Mapear áreas de risco de transmissão de arboviroses, considerando a interface com desastres causados por secas e estiagens, em níveis estadual e municipal;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

58

	-Estimular a realização de ações de controle de vetores e roedores em bairros e localidades vulneráveis, em nível estadual e municipal; -Avaliar se o desastre climatológico afetou ou afetará áreas industriais, depósitos de produtos químicos, estabelecimentos que comercializam agrotóxicos ou outros produtos perigosos, gerando riscos à saúde; -Monitorar, em parceria com o Núcleo Especial de Vigilância Sanitária, sistemas de disposição final de resíduos urbanos e industriais; -Efetuar distribuição de hipoclorito de sódio e as orientações para o uso nos locais afetados; -Assegurar o acesso ao hipoclorito de sódio a 2,5% para desinfecção caseira da água para consumo humano; -Apoiar em campo as ações junto aos municípios, em colaboração com a equipe da regional de saúde; -Orientar os municípios atingidos quanto ao controle e manejo e animais peçonhentos; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Orientar as Vigilâncias Ambientais regionais visando o apoio Vigilâncias Ambientais municipais
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Monitorar e viabilizar, junto às Vigilâncias Ambiental e Sanitária, a qualidade e quantidade da água e dos alimentos necessários, com enfoque também nos abrigos; -Acompanhar e viabilizar, a distribuição de hipoclorito de sódio a 2,5% e o tratamento adequado da água destinada à ingestão, de acordo com a necessidade.

Quadro 20 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Vigilância Sanitária.

SETOR: VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Realizar monitoramento sanitário rotineiro em sistemas de abastecimento de água potável, serviços de saúde, estabelecimentos de interesse à saúde, alimentos, medicamentos e produtos para saúde, com foco em áreas vulneráveis à seca e estiagem; -Fortalecer a análise de dados, os sistemas de notificação da ANVISA e as ações educativas voltadas à população e aos serviços de saúde; -Capacitar regionais e vigilâncias sanitárias municipais para avaliação sanitária de estruturas críticas relacionadas ao abastecimento de água potável e funcionamento de serviços essenciais; -Elaborar instrumentos e checklists para inspeção de reservatórios, sistemas alternativos de abastecimento e estruturas essenciais; -Produzir conteúdo comunicativos sobre riscos sanitários relacionados à seca e estiagem, incluindo qualidade da água, conservação de alimentos e estabilidade de medicamentos; -Intensificar a verificação dos protocolos de atendimento a múltiplas vítimas em serviços de urgência e emergência; -Elaborar notas técnicas sobre consumo seguro de água e alimentos em cenários de estiagem e abastecimento emergencial; -Orientar estabelecimentos sobre conservação de alimentos, produtos de higiene e medicamentos em condições de calor extremo e baixa disponibilidade de água;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

59

	-Elaborar e divulgar notas técnicas e materiais educativos sobre prevenção e controle dos riscos sanitários relacionados à seca e estiagem; -Intensificar a fiscalização para evitar comércio de produtos falsificados, degradados pelo calor ou armazenados inadequadamente; -Inspeccionar a qualidade da água utilizada na fabricação de medicamentos e produtos de interesse à saúde; -Intensificar a fiscalização da qualidade da água utilizada nos serviços de saúde e alimentação; -Orientar sobre armazenamento adequado de medicamentos, cosméticos e saneantes em cenários de calor extremo; -Elaborar nota técnica sobre estabilidade de medicamentos termos sensíveis e critérios para estocagem de hipoclorito de sódio; -Verificar controle de temperatura e umidade em almoxarifados e depósitos; -Fiscalizar condições sanitárias de reservatórios de água de estabelecimentos de interesse à saúde, verificando higienização, proteção e manutenção; -Reforçar fiscalização de limpeza, higienização, desinfecção e manejo de resíduos em estabelecimentos com redução de disponibilidade de água; -Orientar estabelecimentos essenciais sobre elaboração de planos de contingência para funcionamento em períodos de desabastecimento; -Monitorar rotineiramente a qualidade da água utilizada em serviços de hemodiálise, garantindo conformidade com parâmetros sanitários.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação das equipes estaduais e municipais; -Preparar para aumento da demanda por ações de vigilância sanitária, fortalecendo comunicação entre VISA estadual e VISAs municipais; -Capacitar pessoal para emergências relacionadas à seca e estiagem; -Produzir comunicação sobre riscos sanitários da estiagem, incluindo armazenamento de água potável, higiene, conservação de alimentos e estabilidade de medicamentos; -Fiscalizar portas de entrada de doentes (UPAs, hospitais, clínicas, farmácias); -Apoiar VISAs municipais na intensificação das ações de controle sanitário em estabelecimentos que manipulam alimentos, considerando impactos da seca sobre abastecimento e conservação; -Intensificar fiscalização em serviços prioritários (abastecimento de água, produção de alimentos, serviços de alimentação, medicamentos); -Monitorar condições sanitárias de estoques de produtos essenciais (soros de reidratação, colírios, saneantes, hipoclorito); -Aumentar a frequência de monitoramento da qualidade da água utilizada em serviços de hemodiálise, considerando maior risco de concentração de contaminantes durante estiagem.
ALERTA	-Verificar demandas dos municípios afetados e identificar necessidade de apoio técnico; -Reforçar ações previstas nos estágios anteriores conforme evolução da estiagem; -Intensificar monitoramento sanitário das portas de entrada de doentes (UPAs, hospitais, clínicas, farmácias); -Apoiar monitoramento dos riscos sanitários relacionados à segurança dos alimentos em cenários de redução ou interrupção do abastecimento de água; -Identificar demandas específicas sobre medicamentos, saneantes e gases medicinais; -Realizar inspeções direcionadas em indústrias fornecedoras de oxigênio medicinal e saneantes hospitalares;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

60

	-Executar ações de contenção de riscos na cadeia produtiva farmacêutica; -Intensificar a coleta de amostras de água potável em serviços de saúde, incluindo hemodiálise, aumentando a periodicidade das análises laboratoriais; -Ampliar inspeções em estabelecimentos que armazenam medicamentos e produtos para saúde, verificando estabilidade térmica e condições de conservação.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Apoiar ações de controle de riscos sanitários relacionados à estiação (qualidade da água, conservação de alimentos, estabilidade de medicamentos). -Fiscalizar estabelecimentos essenciais para garantir segurança sanitária em todas as etapas de produção, armazenamento e distribuição. -Apoiar ações educativas e comunicação em saúde sobre prevenção de doenças relacionadas à água e ao calor. -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Orientar comerciantes sobre cuidados com produtos expostos ao calor extremo ou armazenados inadequadamente. -Integrar equipe estadual de Vigilância em Saúde (ambiental, epidemiológica, saúde do trabalhador). -Apoiar fiscalização e monitoramento das VISAs municipais. -Intensificar o apoio a investigação de surtos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA). -Garantir condições sanitárias adequadas de funcionamento dos serviços de saúde essenciais (incluindo hemodiálise). -Minimizar riscos de contaminação e acidentes com produtos e resíduos perigosos. -Incentivar diagnóstico sanitário dos municípios em situação de risco para seca. -Priorizar análises documentais para liberação rápida de insumos de saúde e saneantes. -Apoiar triagem técnica de insumos de saúde recebidos em situações emergenciais. -Emitir orientação normativa para liberação emergencial, fracionamento ou transferência de lotes de insumos. -Atuar com PROCON para coibir comércio ilegal, falsificação ou preços abusivos de insumos críticos. -Promover coleta e envio de amostras de medicamentos e saneantes em caso de suspeita de degradação térmica. -Realizar coleta de água em serviços de hemodiálise com periodicidade intensificada, garantindo segurança sanitária imediata.
CRISE	-Reforçar ações da fase de emergência, com maior intensidade e coordenação; -Subsidiar COE Saúde para tomada de decisões; -Estimular voluntariado e campanhas de apoio (água potável, saneantes, produtos de higiene); -Monitorar e viabilizar, junto às vigilâncias ambiental e sanitária, a qualidade e quantidade da água e dos alimentos necessários aos serviços essenciais; -Intensificar monitoramento dos riscos sanitários prioritários, subsidiando tomada de decisão e definição de prioridades para resposta estadual. -Realizar monitoramento contínuo e coleta de água em serviços de hemodiálise, garantindo funcionamento seguro mesmo em colapso hídrico;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

61

	-Ampliar inspeções emergenciais em almoxarifados, farmácias públicas e estabelecimentos de saúde, assegurando estabilidade térmica de medicamentos e produtos para saúde; -Intensificar fiscalização de alimentos e água potável distribuídos emergencialmente, garantindo ausência de contaminação e conformidade sanitária.
--	---

Quadro 21 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Vigilância Saúde do Trabalhador.

SETOR: VIGILÂNCIA SAÚDE DO TRABALHADOR	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Realizar levantamento de situações de riscos aos trabalhadores em caso de seca e estiagem; -Realizar Análise de Situação de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora dos trabalhadores envolvidos na resposta; -Realizar o monitoramento e investigação das DARTs e demais doenças relacionadas ao contexto da seca e estiagem que possam atingir os trabalhadores; -Acompanhar rumores de riscos e agravos relacionados ao trabalho no contexto de seca e estiagem; -Elaborar e divulgar informativos e notas técnicas em relação aos riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho, em relação a doenças e agravos, em situações de desastres por seca e estiagem; -Orientar as regionais (Cerests e Superintendências) para que orientem os municípios a estabelecerem fluxos de atendimento para os trabalhadores e voluntários que porventura possam se acidentar durante as ocorrências de desastre, considerando os diversos tipos de acidentes que podem ocorrer, incluindo os acidentes com animais peçonhentos e doenças como transtornos mentais relacionados ao trabalho; -Solicitar às regionais que solicitem aos municípios a realizar o levantamento da cobertura vacinal dos trabalhadores envolvidos na resposta à situação de desastre e a regularização da imunização (cartão de vacinação) dos trabalhadores; -Manter atualizada a relação dos trabalhadores do nível central e regional que poderão ser acionados, em caso de um desastre de grande magnitude, em que o município não dá conta de atender sua própria demanda; -Promover estratégias de capacitação em Saúde do Trabalhador e apoiar as regionais (Cerests e Superintendências) na capacitação da rede de assistência à saúde para o reconhecimento do trabalhador durante a atuação em emergências de saúde pública relacionadas à seca e estiagem; -Manter as ações da rotina de captação de rumores de doenças e agravos relacionados ao trabalho; -Elaborar materiais informativos para a população, em parceria com outras áreas técnicas, abordando prevenção de doenças e agravos relacionados ao trabalho associados à seca e estiagem. -Produzir orientações e documentos técnicos para nortear as ações de atenção integral à saúde dos (as) trabalhadores (as) envolvidos nas respostas às secas e estiagens;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

62

	-Solicitar o registro de treinamento e relação de trabalhadores das organizações antes de esses iniciarem os trabalhos de resposta; -Mapear as instituições e setores que podem contribuir com a estruturação das ações de saúde dos trabalhadores vítimas e/ou envolvidos na resposta;
MOBILIZAÇÃO	-Mapear os trabalhadores vulneráveis; -Realizar levantamento dos trabalhadores vítimas da seca e da estiagem; -Elaborar o planejamento conjunto e estratégico com os serviços e redes disponíveis no território, com eleição de prioridades comuns, para o desenvolvimento de ações que assegurem o cuidado integral aos trabalhadores, considerando as principais causas de adoecimento, óbito e o mapeamento dos riscos ocupacionais; -Orientar a utilização de Equipamentos de Proteção Individual a serem utilizados para proteção aos riscos à saúde dos trabalhadores; -Orientar sobre a necessidade de hidratação oral aos trabalhadores e fomentar a necessidade de se manter fontes de água potável viáveis a esses trabalhadores; -Acionar os Cerests Regionais e, de forma complementar, as Referências Técnicas em Saúde do Trabalhador municipais para se prepararem para a possibilidade de intervenções; -Ampliar a divulgação de notas técnicas e informativas, reforçando as orientações sobre os possíveis riscos e medidas de prevenção em situação de desastres; -Reforçar as orientações constantes das notas técnicas e informativas sobre os possíveis riscos e medidas de prevenção em situação de desastres; -Ampliar o nível de preparação da equipe, caso seja acionado; -Estabelecer articulação com atores estratégicos para viabilizar ações conjuntas de mitigação e resposta a seca e estiagem; -Apoiar a realização de capacitações pelas regionais (Cerests e Superintendências) aos profissionais de saúde para a identificação, por meio de fichas de notificação, de agravos e doenças relacionadas ao trabalho nas situações de seca e estiagem em serviços de saúde; -Fortalecer o Apoio Institucional em Saúde do Trabalhador junto aos Centros de Referências nas regiões prioritárias, diante das questões relacionadas à seca e estiagem; -Intensificar as ações em saúde do trabalhador no território, o monitoramento epidemiológico das doenças e agravos relacionados à seca e estiagens.
ALERTA	-Ampliar a divulgação de notas técnicas e informativas; -Acionar os trabalhadores dos Cerests Regionais e, de forma complementar, dos municípios, para que fiquem em alerta para a possibilidade de intervenção; -Distribuir materiais informativos e educativos a respeito das questões relacionadas à Saúde do Trabalhador nas situações de seca e estiagem; -Realizar Vigilância Epidemiológica em saúde do Trabalhador no contexto das secas e estiagens – a fim de acompanhar mudança nos determinantes e condicionantes relacionados ao ambiente e processos de trabalho e direcionar tomada de decisão;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

63

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Reforçar aos municípios sobre a necessidade de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), além de orientar sobre seu uso adequado nas atividades; -Solicitar às regionais (Cerests e Superintendências) que orientem os municípios a realizarem a notificação de doenças e agravos relacionados ao trabalho, garantindo o adequado monitoramento da saúde dos trabalhadores expostos a riscos durante as operações de resposta ao desastre; -Solicitar às regionais (Cerests e Superintendências) que orientem os municípios a realizarem atendimento rápido aos trabalhadores que porventura se acidentarem, seguindo fluxo estabelecido; -Solicitar às regionais (Cerests e Superintendências) que orientem que os municípios ofereçam suporte psicológico aos trabalhadores e voluntários envolvidos nos resgates, considerando o impacto emocional e mental dessas atividades; -Solicitar às regionais (Cerests e Superintendências) que instruem os municípios a realizarem a orientação e o monitoramento contínuo dos ambientes de trabalho que possam oferecer riscos à saúde e segurança dos trabalhadores; -Articular apoio psicológico aos trabalhadores e voluntários envolvidos nos atendimentos relacionados aos desastres; -Auxiliar as equipes de saúde no nexo de causalidade e notificação dos agravos relacionados ao trabalho; -Realizar inspeção em Saúde do Trabalhador nos abrigos, serviços de saúde, conduzidas pelas Referências Técnicas (RT) municipais em Saúde do trabalhador, com suporte das RT regionais e Cerest sempre que solicitados; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Orientar a RAS para o cuidado integral à saúde dos trabalhadores vítimas e/ou envolvidos na resposta; -Realizar articulação intra e intersetorial, incluindo a participação dos trabalhadores e do movimento social para definição de ações estratégicas para a saúde dos trabalhadores no contexto da seca e estiagem; -Ser retaguarda técnica para serviços de saúde que acolham trabalhadores com sofrimento ou adoecimento relacionado ao trabalho, contribuindo para cuidado integral e o psicossocial adequado; -Apoiar a realização da Vigilância nos ambientes e processo de trabalho, priorizando as atividades econômicas, e ocupações mais atingidas, visando garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores no retorno ao trabalho.
CRISE	-Articular com a rede suporte psicológico para trabalhadores e voluntários envolvidos nos resgates, na ausência de capacidade de oferta pelo município; -Orientar e monitorar ambientes de trabalho que ofereçam riscos aos trabalhadores;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

64

	-Apoiar aos Cerests Regionais e, de forma complementar os municípios, na realização da notificação de doenças e agravos relacionados ao trabalho; -Realizar apoio técnico às equipes de Vigilância em Saúde das Regionais e Municípios para: -Reforçar aos trabalhadores e voluntários sobre os possíveis agravos à saúde decorrentes de sua atividade laboral em uma situação de emergência; -Acompanhar a saúde dos trabalhadores e voluntários que foram expostos aos riscos decorrentes dos desastres durante sua atividade laboral; -Realizar o monitoramento das condições de saúde dos trabalhadores expostos a riscos à saúde decorrentes da atuação nas atividades relacionadas a secas e estiagens; -Realizar o monitoramento e investigação das Dart e demais doenças relacionadas ao contexto das secas e estiagens que possam atingir os trabalhadores; -Analisar e intervir nas situações e fatores de riscos relacionados aos processos de adoecimento entre os (as) trabalhadores (as) envolvidos.
--	--

Quadro 22 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – LACEN

SETOR: LACEN	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Assegurar o apoio laboratorial do LACEN para análises de água e diagnóstico de agravos, com capacidade técnica para ampliação quando necessário; -Preparar ata para a compra emergencial de insumos e serviços laboratoriais, garantindo o gerenciamento adequado dos insumos para coleta e análise em desastres, incluindo as atas de registro de preços, em situação relacionada a desastres climatológicos por secas e estiagens; -Elaborar plano logístico para o envio de amostras ao LACEN, em situação de emergência, definindo protocolo de coleta para situações de crise nos municípios; -Garantir o apoio laboratorial para confirmação diagnóstica, orientando quanto à coleta, fluxo de encaminhamento das amostras e obtenção dos resultados dos laboratórios de Virologia, Imunologia, Endemias, Parasitologia, Bacteriologia, Bromatologia, Ambiente, Toxicologia e Medicamentos; -Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas em períodos de secas e estiagem; -Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; -Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN; -Viabilizar exames complementares não realizados pelo LACEN.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas em períodos de secas e estiagem; -Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

65

	-Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN; -Viabilizar exames complementares não realizados pelo LACEN; -Prestar suporte ao levantamento situacional da rede laboratorial para o monitoramento da qualidade da água para consumo humano, no que concerne a insumos e equipamentos; -Prestar auxílio na avaliação da necessidade de expandir o plano de amostragem para vigilância e controle, com foco em áreas de risco.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta; -Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas em períodos de secas e estiagem; -Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; -Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN; -Viabilizar exames complementares não realizados pelo LACEN; -Articular com a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública para estabelecimento de fluxo de envio e análise de amostras; -Fornecimento rápido e integrado de dados laboratoriais e resultados de exames, garantindo maior agilidade na tomada de decisão clínica; -Manutenção de estoque de insumos estratégicos às análises laboratoriais.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Priorizar a análise de parâmetros ambientais em amostras de água para consumo humano, incluindo turbidez, Escherichia coli e coliformes totais, além de outros patógenos em caso de surtos de origem hídrica; -Garantir suporte laboratorial para confirmação diagnóstica, orientando sobre a coleta, conservação e transporte de amostras clínicas, bromatológicas e ambientais, bem como a obtenção e disponibilização dos resultados; -Comunicar à Vigilância Epidemiológica e ao CIEVS estadual informações relacionadas aos diagnósticos laboratoriais de saúde pública, independentemente de estarem na lista nacional de agravos de notificação compulsória; -Notificar eventos incomuns ou inesperados que possam constituir desastre por seca e estiagem, considerando seu potencial impacto; -Assegurar a distribuição de insumos essenciais para a coleta de amostras clínicas, ambientais e alimentares; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas em períodos de secas e estiagem; -Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; -Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN; -Viabilizar exames complementares não realizados pelo LACEN; -Viabilizar o recebimento de amostras no LACEN todos os dias, incluindo feriados e finais de semana; -Realizar os exames laboratoriais de doenças transmissíveis que estejam sob monitoramento em períodos de secas e estiagem.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

66

CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas em períodos de secas e estiagem; -Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; -Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN; -Viabilizar exames complementares não realizados pelo LACEN; -Viabilizar o recebimento de amostras no LACEN todos os dias, incluindo feriados e finais de semana; -Realizar os exames laboratoriais de doenças transmissíveis que estejam sob monitoramento em períodos de secas e estiagem; -Apoiar as ações de coleta e acondicionamento de amostras para análise laboratorial em situação de desastre; -Otimizar o envio de amostras para análise da unidade local ao LACEN em situações de desastre.
--------------	--

Quadro 23 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Imunização

SETOR: IMUNIZAÇÃO	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Incentivar os municípios a intensificarem a vacinação do público prioritário antes de cenários de emergência, garantindo cobertura homogênea entre os grupos diretamente envolvidos na resposta aos desastres climatológicos por secas e estiagens; -Conhecer as vulnerabilidades da região onde as unidades estão localizadas e disponibilizar orientações escritas para a equipe frente a riscos de desastres naturais; -Fortalecer a capacitação dos agentes responsáveis pela vigilância e segurança das Centrais de Rede de Frio, para identificação rápida de problemas que possam afetar a qualidade dos imunobiológicos, com comunicação imediata ao técnico responsável; -Orientar o manejo dos casos de doenças imunopreveníveis, incluindo quimioprofilaxia, tratamento, isolamento e bloqueio vacinal, garantindo resposta oportuna em emergências relacionadas a desastres; -Elaborar um plano para organização da equipe da SESA para atuação em campo, oferecendo suporte aos municípios atingidos e assegurando a logística de reposição de insumos, imunobiológicos e equipamentos durante as fases de emergência ou crise; -Apoiar a divulgação e prevenção de controle da doença nos municípios; -Apoiar as ações de vacinação visando ampliar a proteção da população em casos de surtos; -Emitir alertas aos municípios que apresentarem coberturas vacinais que possam apresentar riscos e possibilitar ocorrência de doença imunoprevenível; -Monitorar a realização de bloqueio vacinal quando for necessário; -Apoiar a intensificação da vacinação de rotina conforme as indicações do Calendário vacinal do SUS; -Acompanhar e monitorar os registros sobre vacinação (doses aplicadas, coberturas vacinais e homogeneidade de cobertura vacinal) por meio dos sistemas de Informações do Programa nacional de Imunização PNI, para definir estratégias e apoiar a tomada de decisão; -Acompanhar as metas vacinais de imunização;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

67

	-Monitorar e realizar comunicação de risco no que se refere à vacinação, intensificando as ações de vacinação nas áreas com baixas coberturas vacinais; -Apoiar estratégias diferenciadas para a vacinação em áreas de difícil acesso geográfico, cultural ou socioeconômico; -Monitorar e assessorar o atendimento dos casos de eventos adversos associados temporamente à vacinação, com informações, assistência médica e condutas rápidas e oportunas; -Fortalecer a implementação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização, abrangendo os subsistemas existentes e o registro nominal e por procedência; -Intensificar as ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; -Priorizar as ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; -Intensificar a vacinação contra Covid-19, Influenza, Hepatite A, Tétano e Raiva, conforme as recomendações do Ministério da Saúde.
MOBILIZAÇÃO	-Apoiar a divulgação e prevenção de controle da doença nos municípios; -Apoiar as ações de vacinação visando ampliar a proteção da população em casos de surtos; -Emitir alertas aos municípios que apresentarem coberturas vacinais que possam apresentar riscos e possibilitar ocorrência de doença imunoprevenível; -Monitorar a realização de bloqueio vacinal quando for necessário; -Apoiar a intensificação da vacinação de rotina conforme as indicações do Calendário vacinal do SUS; -Acompanhar e monitorar os registros sobre vacinação (doses aplicadas, coberturas vacinais e homogeneidade de cobertura vacinal) por meio dos sistemas de Informações do Programa nacional de Imunização PNI, para definir estratégias e apoiar a tomada de decisão; -Acompanhar as metas vacinais de imunização; -Monitorar e realizar comunicação de risco no que se refere à vacinação, intensificando as ações de vacinação nas áreas com baixas coberturas vacinais; -Apoiar estratégias diferenciadas para a vacinação em áreas de difícil acesso geográfico, cultural ou socioeconômico; -Monitorar e assessorar o atendimento dos casos de eventos adversos associados temporamente à vacinação, com informações, assistência médica e condutas rápidas e oportunas; -Fortalecer a implementação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização, abrangendo os subsistemas existentes e o registro nominal e por procedência; -Intensificar as ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; -Priorizar as ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; -Intensificar a vacinação contra Covid-19, Influenza, Hepatite A, Tétano e Raiva, conforme as recomendações do Ministério da Saúde; -Implementar pontos estratégicos de vacinação para ampliação do acesso de pessoas não vacinadas; -Alocar recursos financeiros para promoção de ações estratégicas de imunização no âmbito municipal (pontos de vacinação, extramuro, busca ativa e horários estendidos); -Comunicar oportunamente entre municípios e Estado diante de situações de risco correlatas à imunização.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

68

	-Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta; -Emitir alertas ao município referente às coberturas vacinais abaixo do preconizado pelo Programa Nacional de Imunização, que possam apresentar riscos à população ou quando houver o aumento de casos de uma doença imunoprevenível; -Monitorar a realização de bloqueio vacinal quando for necessário; -Realizar ações de atualização via web ou “In loco” aos municípios, referente aos Imunobiológicos, capacitação de Sala de Vacina e Rede de Frio; -Contar com o apoio da mídia para divulgar a importância da vacina e o alerta à população; -Encaminhar aos municípios Nota Técnica e Nota de Alerta, orientando as ações de prevenção e controle para interrupção de um agravo em específico; -Apoiar o desenvolvimento de ações de vacinação para interromper a cadeia de transmissão do agravo em específico; -Distribuir aos municípios os quantitativos ideais para as vacinas que serão usadas para as ações e campanhas de vacinação; -Orientar os Coordenadores municipais para o acompanhamento das coberturas vacinais, eles devem realizar o controle e evitar os baixos índices; -Apoiar a intensificação da vacinação de rotina, conforme Calendário Vacinal de vacinação; -Assessorar as Secretarias Municipais de Saúde na avaliação das ações de vacinação desenvolvidas; -Monitorar os registros de vacinação por meio dos sistemas de Informações do Programa Nacional de Imunização; -Monitorar e assessorar o atendimento dos casos de eventos adversos associados temporariamente à vacinação, com informações, assistência médica e condutas rápidas e oportunas; -Garantir estoque estratégico de insumos para situações especiais; -Intensificação das ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; -Priorizar as ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; -Intensificar a vacinação contra Covid-19, Influenza, Hepatite A, Tétano e Raiva, conforme as recomendações do Ministério da Saúde; -Implementar os pontos estratégicos de vacinação para ampliação do acesso de pessoas não vacinadas; -Alocar recursos financeiros para promoção de ações estratégicas de imunização no âmbito municipal (pontos de vacinação, extramuro, busca ativa e horários estendidos); -Comunicar oportunamente entre municípios e Estado diante de situações de risco correlatas à imunização.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Identificar a situação da rede de frio nos municípios atingidos e realizar as reposições de equipamentos, imunobiológicos e insumos na fase adequada de apoio, considerando o impacto no sistema de saúde local; -Solicitar aumento na cota de imunobiológicos à CENADI (Central Nacional de Distribuição de Imunobiológicos), incluindo vacinas para Hepatite A, Rotavírus, Influenza, Covid-19, Dupla Adulto, Imunoglobulina Hepatite B e antivenenos; -Implementar o plano para organizar a equipe da SESA no apoio aos municípios afetados por situações de emergência ou crise, garantindo a logística necessária para reposição de insumos, imunobiológicos e



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

69

	equipamentos, assegurando que as entregas ocorram no momento adequado durante os estágios de emergência; -A equipe da SESA e das regionais poderá, quando necessário, atuar em campo realizando a administração de imunobiológicos na população ou organizar a articulação e coordenação de profissionais de outros municípios para atuarem em campo; -Coletar as informações sob sua responsabilidade e enviá-las ao CIEVS para compor o Boletim Epidemiológico referente ao evento, conforme a periodicidade estabelecida; -Emitir alertas aos municípios que apresentarem a necessidade de intensificação de vacinação ou promoção de Campanhas de vacinação; -Intensificar a emissão de alertas nas esferas municipais, tanto aos profissionais de saúde quanto à população; -Fortalecer aos municípios ações de vacinação para interromper a cadeia de transmissão do agravo que estaria gerando o surto ou a epidemia; -Contar com o apoio da mídia, rádio e outdoor para divulgação referente a importância da vacina e o alerta à população; -Apoiar e monitorar a realização de bloqueio vacinal quando for necessário; -Realizar ações de atualização via web ou “In loco” aos municípios, referente aos imunobiológicos, capacitação de Sala de Vacina e Rede de Frio; -Encaminhar aos municípios Nota Técnica e Nota de Alerta, orientando as ações de prevenção e controle para interrupção de um agravo em específico; -Garantir estoque estratégico de insumos para situações de emergência; -Apoiar os municípios na realização de campanhas ou intensificação de vacinação de casos emergenciais (surto e situações inusitadas) sempre que solicitado ou identificada a necessidade; -Realizar monitoramento rápido pós-campanha e emitir relatório de conclusão da situação final diante do surto/epidemia ocorrido; -Realizar reunião com os Coordenadores municipais para discutir a situação atual e apresentar estratégias de vacinação; -Intensificar as ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; -Priorizar as ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; -Intensificar a vacinação contra Covid-19, Influenza, Hepatite A, Tétano e Raiva, conforme as recomendações do Ministério da Saúde; -Implementar pontos estratégicos de vacinação para ampliação do acesso de pessoas não vacinadas; -Alocar recursos financeiros para promoção de ações estratégicas de imunização no âmbito municipal (pontos de vacinação, extramuro, busca ativa e horários estendidos); -Comunicar oportunamente entre municípios e Estado diante de situações de risco correlatas à imunização.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Intensificar a emissão de alertas nas esferas municipais, tanto aos profissionais de saúde quanto à população via rádio, televisão e a mídia em geral; -Ressaltar a importância para a realização de bloqueio vacinal quando for necessário; -Realizar ações de atualização via web, “In loco” aos municípios e orientar por telefone ou convidar o Coordenador para reunião presencial caso for necessário, referente às ações de campanhas, bloqueios ou intensificação de vacinação conforme recomendações do PNI;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

70

	-Encaminhar aos municípios Nota Técnica e Nota de Alerta, orientando as ações de prevenção e controle para interrupção de da doença em específico; -Apoiar os municípios na realização de campanhas ou intensificação de vacinação de casos emergenciais (surto e situações inusitadas) sempre que solicitado ou identificada a necessidade; -Realizar monitoramento rápido pós- campanha e emitir relatório de conclusão da situação final diante do surto/ epidemia ocorrido; -Avaliar por faixa etária as coberturas vacinais alcançadas na vacinação emergencial e nas campanhas; -Apoiar os municípios na vacinação oportuna sempre que necessário, de acordo com a capacidade da equipe e dos colaboradores; -Garantir estoque estratégico de insumos para situações de emergência; -Realizar reunião com os Coordenadores municipais para discutir a situação atual e apresentar estratégias de vacinação; -Contar com o apoio da mídia, rádio e outdoor para divulgação referente a importância da vacina e o alerta à população; -Intensificar as ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; -Priorizar as ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; -Intensificar a vacinação contra Covid-19, Influenza, Hepatite A, Tétano e Raiva, conforme as recomendações do Ministério da Saúde; -Implementar pontos estratégicos de vacinação para ampliação do acesso de pessoas não vacinadas; -Alocar recursos financeiros para promoção de ações estratégicas de imunização no âmbito municipal (pontos de vacinação, extramuro, busca ativa e horários estendidos); -Comunicar oportunamente entre municípios e Estado diante de situações de risco correlatas à imunização.
--	---

Quadro 24 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Serviço de Verificação de Óbitos

SETOR: SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITOS	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Desenvolver um protocolo com fluxo operacional claramente definido para situações em que a demanda seja de responsabilidade do Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), garantindo a adequada remoção, investigação, certificação e liberação dos corpos, bem como a articulação entre os serviços de saúde, vigilância epidemiológica, defesa civil e assistência social.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta; -Estabelecer fluxos prioritários para investigação de óbitos e internações associadas à seca e estiagem, garantindo rápida identificação de causas e intervenções direcionadas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Executar o protocolo desenvolvido, conforme a necessidade; -Coletar as informações sob sua responsabilidade e enviá-las ao CIEVS para compor o Boletim Epidemiológico referente ao evento, conforme a periodicidade estabelecida.
CRISE	-Executar o protocolo desenvolvido, conforme a necessidade.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

71

Quadro 25 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – NEPAINT/CIATOX

SETOR: NEPAINT/CIATOX	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Produzir informações para a população sobre os riscos e a prevenção de acidentes com animais peçonhentos no contexto de desastres climatológicos por seca e estiagem; -Elaborar um fluxo para garantir a disponibilidade e o acesso à soroterapia em situações de desastre; -Realizar capacitação para a gestão municipal de atenção primária à saúde para o atendimento em soroterapia de acidentes com animais peçonhentos, especialmente em municípios que não dispõem do insumo (soro) e estão localizados em áreas de risco para secas e estiagens; -Prestar apoio técnico no desastre por seca e estiagem relacionados a riscos toxicológicos.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Fortalecer os fluxos de comunicação e a articulação intra e intersetorial com o CIATox, estabelecendo pontos focais, rotinas de acionamento e retorno de informações para casos suspeitos ou confirmados de intoxicação, incluindo intoxicação por fumaça proveniente de queimadas e incêndios florestais, bem como apoiar a disseminação das orientações técnicas e materiais produzidos pelo CIATox
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Monitorar o estoque de antídotos e soros antivenenos nas áreas de risco; -Coletar as informações sob sua responsabilidade e enviá-las ao CIEVS para compor o Boletim Epidemiológico referente ao evento, conforme a periodicidade estabelecida; -Orientar e prestar assistência, por meio de telemedicina, às equipes municipais de saúde no monitoramento de acidentes com animais peçonhentos e casos de intoxicação exógena; -Disponibilizar informações sobre os pontos de atenção para soroterapia na região; -Garantir o abastecimento de soros antivenenos para a região.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 26 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Núcleo Regional de Vigilância em Saúde

SETOR: NÚCLEO REGIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Inserir ações junto à equipe da regional de saúde, com planejamento integrado com a SESA Central, abrangendo as áreas e estratégias a serem adotadas caso o plano de contingência seja acionado; -Definir um ponto focal do Programa Vigidesastres, que será o interlocutor entre os municípios da região, a equipe estadual de gestão de desastres e a gestão da regional de saúde. Esse ponto focal também atuará nas fases de preparação em conjunto com a equipe do Vigidesastre Estadual.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

72

	-Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas; -Monitorar de forma sistemática, junto aos parceiros, a situação climatológica e hidrológica, acompanhando os cenários previstos e os impactos potenciais na saúde, com base nos indicadores; -Organizar e consolidar dados climáticos e epidemiológicos para subsidiar a análise integrada da situação de saúde, identificando risco potencial de comprometimento da capacidade de resposta do sistema de saúde; -Apoiar a interlocução e articulação entre as áreas técnicas do Ministério da Saúde e os entes federados, promovendo troca de informações estratégicas e garantindo a integração das ações; -Antecipar o envio de insumos e medicamentos para o diagnóstico e tratamento de agravos em áreas de risco devido à seca e estiagem, visando a não interrupção da detecção e tratamento das pessoas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta; -Participar do COE Saúde Regional, quando acionado, garantindo comunicação e coordenação organizadas com o setor responsável.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Mobilizar as áreas técnicas para desenvolver suas atribuições em relação ao Plano de Contingência por seca e estiagem; -Orientar as áreas técnicas para ações de resposta conforme avaliação de comprometimento dos recursos dos municípios frente aos desastres; -Orientar e apoiar as Vigilâncias epidemiológicas municipais nas ações previstas nos programas de controle de doenças transmitidas por vetores e roedores principalmente nas áreas de acampamentos, abrigos e áreas de adensamento populacional conforme de evitar a proliferação de roedores, mosquitos e outros vetores; -Assegurar o acesso ao hipoclorito de sódio a 2,5% para desinfecção caseira da água para consumo humano; -Apoiar os municípios na divulgação sobre os procedimentos de limpeza e desinfecção das caixas d'água; -Orientar as unidades de controle de zoonoses municipais para o manejo adequado dos cadáveres de animais, tanto no transporte quanto para o destino final; -Auxiliar a coleta e o envio de amostras de alimentos e medicamentos para análise laboratorial, quando necessário; -Participar ativamente no COE SAÚDE Regional.
CRISE	-Estabelecer junto à equipe municipal de VISA a realização de inspeção diária das condições de estrutura física e sanitária dos abrigos, da água para consumo, alimentos e gerenciamento de resíduos; -Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

73

5.4. EIXO ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Quadro 28 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência Assistência Farmacêutica

SETOR: GERÊNCIA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Monitorar sistematicamente os estoques e consumo, especialmente para agravos associados à seca e estiagem; -Atualizar a lista de medicamentos estratégicos para emergências; -Prever insumos e medicamentos farmacêuticos, garantindo ata de registro de preços para execução imediata em situações de emergência ou crise; -Mapear a capacidade de armazenamento e definir estratégias para distribuição eficiente de medicamentos e insumos em situações emergenciais; -Efetuar o recebimento do kit emergencial enviado pelo Ministério da Saúde, quando houver, bem como realizar a conferência, a organização e a distribuição dos itens, conforme fluxo e a demanda.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Receber os materiais disponibilizados pelo Ministério da Saúde e coordenar a logística de entrega aos municípios afetados, em articulação com a divisão de transporte e o almoxarifado central, garantindo a rápida distribuição de insumos sempre que necessário; -Organizar um esquema especial para atender demandas emergenciais durante os finais de semana, assegurando a continuidade da assistência farmacêutica; -Articular, no âmbito da gestão estadual, a aquisição emergencial e a dispensação de medicamentos e insumos essenciais para atendimento às populações atingidas; -Realizar o gerenciamento dos kits de medicamentos e insumos estratégicos, garantindo a reposição e a distribuição adequada conforme a necessidade da emergência; -Quando necessário, articular um mutirão com voluntários farmacêuticos da rede municipal para apoiar ações de assistência nos municípios impactados pelo desastre; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

74

Quadro 29 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência Política Organização de Redes de Atenção em Saúde

SETOR: GERÊNCIA POLÍTICA ORGANIZAÇÃO DE REDES DE ATENÇÃO EM SAÚDE	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	Atenção Primária à Saúde (APS): -Orientar as Secretarias Municipais de Saúde a mapear territórios de cobertura, identificando áreas e populações expostas a riscos de seca e estiagens, para prevenção e redução desses riscos; -Participar da revisão dos protocolos assistenciais, adequando fluxos de atendimento conforme o nível de complexidade, em situações relacionadas a desastres climatológicos por seca e estiagem; -Capacitar regionais de saúde e municípios para elaborar planejamento de assistência à saúde focado nas vulnerabilidades causadas por enchentes, priorizando grupos como idosos, crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes, de forma universal e equitativa; -Incentivar municípios a promoverem práticas de autocuidado para portadores de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) em contextos emergenciais; -Estimular a integração da APS com vigilância em saúde, rede assistencial, defesa civil e demais órgãos envolvidos; -Elaborar documentos orientadores para planejamento e intervenções em áreas de maior risco, com atenção especial às populações vulneráveis; -Atentar a APS para as manifestações relacionadas à saúde mental da população; -Envolver amplamente os agentes comunitários de saúde (ACS), visto que esse profissional é o vínculo direto que a comunidade estabelece com o sistema de saúde; -Investir na ampliação de agentes comunitários de endemias (ACE), entendendo que esse tipo de crise abre precedentes para novas doenças e potencializa as já existentes; -Investir em ferramentas da saúde digital e qualificação do trabalhador/trabalhadora e o usuário a fazer uso destas. Rede Psicossocial (RAPS): -Manter atualizada a lista dos Pontos de Atenção da RAPS no estado; -Apoiar Coordenadores Municipais de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas na elaboração de materiais informativos sobre procedimentos e impactos psicológicos em desastres, fortalecendo a resiliência da população usuária da RAPS; -Auxiliar na criação de kits de emergência para usuários dos CAPSs, contendo mapa de risco comunitário, lista de serviços, informações do usuário, contatos de emergência e medicamentos prescritos; -Apoiar a elaboração de diretrizes e fluxos de atendimento internos e externos para demandas específicas durante contingências; -Capacitar equipes dos Pontos de Atenção da RAPS em acolhimento e cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas em situações de emergência; -Promover capacitação integrada com Assistência Social, Defesa Civil e Movimentos Sociais em gestão de emergências, abordando temas como saúde mental em crises, manejo adequado, promoção da saúde mental e combate ao estigma; -Orientar coordenadores e pontos de atenção sobre organização dos serviços conforme as diretrizes do SUS, considerando limitações de infraestrutura e recursos em cenários de desastre; -Orientar o mapeamento de usuários residentes em áreas de risco, integrando esses dados à estratificação da APS;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

75

	-Planejar ações e intervenções da RAPS durante e após desastres, articulando a rede regional e estadual, considerando possíveis limitações de infraestrutura e capacidade de resposta; -Incentivar a implementação da dispensação de ferro, ácido fólico e Vitamina A do Programa de Micronutrientes; -Realizar a Vigilância Alimentar e Nutricional na Rede de Atenção à Saúde; -Monitorar a Insegurança Alimentar e Nutricional, por meio da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar na APS.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas; -Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Comunicar as referências técnicas municipais da APS, RUE, RAPS e Gestão Farmacêutica sobre os municípios que estão em Alerta; -Comunicar quanto a execução das atividades, solicitar a revisão das ações do nível verde ou de mobilização. (<i>Checklist</i>); -Solicitar aos municípios para programar a abertura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) em horário ampliado e aos finais de semana, de acordo com o perfil epidemiológico do território; -Disponibilizar estrutura adequada, insumos e profissionais em quantidade suficiente para o atendimento da demanda de rotina e para suprir o aumento de busca dos serviços em razão de síndromes respiratórias relacionadas a eventos de secas e estiagens; -Articular com os municípios e órgãos para obtenção de dados sobre as áreas consideradas vulneráveis ao risco de sofrer efeitos frente a um desastre associado à seca e estiagem, e por consequência risco de insegurança alimentar; -Identificar, junto às gestões locais, cenários de risco, população atingida e possíveis situações de desassistência à saúde em casos de cenários mais agravados, como na escassez de água; -Orientar as gestões estaduais e municipais sobre o monitoramento de insumos, como medicamentos, soros e vacinas nas UBS, para que as unidades de saúde possam atender adequadamente a demanda apresentada; -Apoiar as gestões municipais na implementação de Planos de Ação das Unidades Básicas de Saúde, considerando as necessidades de infraestrutura, assistência e manejo de doenças e agravos decorrentes da estiagem e seca, como DDA, doenças respiratórias e transmitidas por vetores; -Orientar as gestões municipais no planejamento de articulação intersetorial entre a APS, outras áreas da saúde e demais setores, como assistência social, educação e finanças, para atender às demandas dos(as) usuários(as) em situação de vulnerabilidade social; -Incentivar as gestões municipais a trabalhar junto às comunidades e atores locais para desenvolver medidas de redução de riscos e de impactos sobre a saúde decorrentes das condições de seca e estiagem, incluindo o uso racional da água e prevenção de doenças. -Apoiar as gestões municipais no acionamento das redes de apoio existentes na comunidade, incluindo grupos de voluntários, organizações religiosas, escolas e associações de moradores, que podem desempenhar um papel importante na resposta ao cenário de estiagem e seca;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

76

	-Promover ações de Educação em Saúde, junto às gestões locais, como estratégia de comunicação com a população, de forma contínua, sobre situações de risco, como o consumo de água não segura, o controle de vetores, o armazenamento adequado de água, o manejo de animais peçonhentos e o reconhecimento dos sinais e sintomas de desidratação e das principais doenças infectocontagiosas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta; -Apoiar as ações de assistência à saúde nos locais determinados pela Defesa Civil. Apoiar o fluxo de assistência à saúde considerando a Classificação de Riscos da população assistida; -Criar e divulgar fluxos bem estabelecidos com os pontos da rede que atendem situações de urgência e emergência, para que haja contrarreferência dos usuários; -Pactuar a comunicação pela rede especializada com a Atenção Primária, das altas hospitalares, a fim de viabilizar a continuidade do cuidado no território, conforme organização promovida pela gestão local, pode ser ofertado ao usuário egresso de internação, além da contrarreferência, priorizando-o no acolhimento, caso necessário reavaliação pós internação; -Disponibilizar nos estabelecimentos de saúde, amplamente, orientações de medidas preventivas; -Solicitar aos municípios para mobilizar as equipes de APS para intensificação das ações de prevenção e promoção de saúde, a partir de orientações para idosos, gestantes e crianças na primeira infância; -Intensificar alerta para as SMS sobre eventos em monitoramento; -Apoiar as gestões municipais na ativação da rede de apoio das comunidades para comunicação de risco, com foco no cenário de seca e estiagem; -Orientar as gestões estaduais e municipais quanto à promoção da atuação intersetorial, conjunta e articulada entre a APS, outras áreas da saúde e demais setores, como assistência social, educação e finanças, para atender às demandas dos usuários em situação de vulnerabilidade social; -Elaborar, junto às gestões locais, comunicados à população em geral com orientações de cuidados e meios de proteção à vida, incluindo medidas para evitar a desidratação, o uso racional da água, prevenção de DTHA, e como acessar serviços de saúde; -Estimular o fortalecimento de ações de hidratação e reidratação oral nas UBS; -Orientar as gestões municipais na criação de um fluxo de informações entre áreas da saúde envolvidas nas respostas ao cenário, com o setor saúde e a população, setor saúde e a imprensa – um processo de comunicação inadequado pode inviabilizar todo o trabalho desenvolvido, bem como provocar o pânico, principalmente em áreas mais afetadas pela ausência de recursos hídricos e pela insegurança alimentar; -Apoiar as gestões municipais com a organização dos fluxos de atendimento viáveis de operacionalização para outros pontos das Redes de Atenção à Saúde em funcionamento, notadamente a Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e Rede de Atenção Psicossocial (Raps) para os casos mais graves; -Orientar as gestões e municipais a identificar e estabelecer rede de referência para atendimento ambulatorial e hospitalar;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

77

	-Monitorar as condições de saúde das populações em situação de vulnerabilidade, incluindo aquelas que vivem em áreas de difícil acesso, garantindo que as equipes de saúde da família estejam preparadas para atuar de forma proativa em medidas de prevenção e promoção da saúde.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Assessorar e apoiar os municípios atingidos na identificação de pessoas portadoras de Doenças Crônicas Não transmissíveis (DCNT): diabetes, hipertensão, cardiopatias, AVE, doenças respiratórias crônicas, câncer e os tratamentos atuais a que estão submetidos, para garantir o fluxo assistencial estabelecido; -Contribuir com os municípios atingidos para o mapeamento das áreas com maior concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade (gestantes, idosos, acamados, pessoas portadoras de deficiência, e outros), permitindo a adoção de medidas estratégicas para a proteção e assistência prioritária a esses grupos em situações de desastre; -Auxiliar no planejamento e dimensionamento de equipes das unidades próprias; -Realizar junto aos municípios atingidos levantamento de perdas causadas pelo desastre: na infraestrutura dos serviços de saúde, insumos e medicamentos; -Acompanhar a abertura e o fechamento dos serviços de saúde, identificando possíveis impactos na assistência e avaliando as áreas com aumento de demanda, a fim de garantir o redirecionamento adequado dos pacientes e a continuidade do atendimento; -Integrar o Núcleo Especial de Atenção Primária da SESA - ES com a APS e a Área Técnica de Saúde Mental Regional a fim de estabelecer fluxo assistencial e monitoramento das atividades e ações; -Realizar a avaliação de danos na rede de atenção primária, considerando os públicos (idosos, acamados, Pessoa com Deficiência, Pessoa com Transtorno Mental etc.), e os critérios de prioridade estabelecidos pelo Ministério da Saúde; -Identificar a necessidade e solicitar medicamentos e insumos para a APS, realizar essa ação integrado com a gerência da assistência farmacêutica; -Avaliar, em conjunto com os municípios atingidos, a necessidade de acionamento da Força Nacional do SUS, considerando a gravidade da situação, a capacidade local de resposta e a necessidade de reforço nas ações de assistência à saúde, garantindo suporte emergencial adequado à população afetada; -Articular com outras Secretarias Estaduais que fazem interface nas situações de secas e estiagens; -Reforçar a importância da notificação de doenças/agravos de notificação compulsória pelas equipes da atenção primária; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Contribuir com os municípios atingidos para o mapeamento das áreas com maior concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade (gestantes, puérperas, RNs, crianças, idosos, acamados, pessoas portadoras de deficiência, e outros); -Realizar a avaliação de danos na rede de atenção primária, considerando os públicos (gestantes, puérperas, RNs, crianças, idosos, acamados, Pessoa com Deficiência, Pessoa com Transtorno Mental, e outros); -Avaliar a eficácia do fluxo de assistência à saúde considerando a Classificação de Riscos da população assistida e a realidade;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

78

	-Orientar as gestões municipais na atualização dos cadastros individuais da população, permitindo o planejamento adequado das ações de assistência e recuperação; -Apoiar as gestões municipais nas orientações à população sobre as unidades de saúde disponíveis para atendimento, informando horário de funcionamento e fluxos assistenciais nas UBS, garantindo acesso a cuidados em meio às dificuldades de locomoção e abastecimento de água; -Apoiar as gestões municipais na identificação de cenários de risco e situações de desassistência à saúde, especialmente em comunidades de campo, floresta e águas e áreas de difícil acesso afetadas pela seca ou pela estiagem prolongada; -Intensificar, junto às gestões locais, o acompanhamento das ações realizadas no território, a fim de garantir o suporte necessário para a assistência à saúde da população.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Analisar o acionamento da Força Nacional do SUS; -Prever água potável e sais de reidratação para trabalhadores e pessoas usuárias nas Unidades Básicas de Saúde; -Ampliar e/ou qualificar a estrutura e o atendimento à população na APS os municípios podem utilizar o recurso para ações como: • Contratação de profissionais; • Horas extras; • Aluguel de equipamentos; • Compra de insumos -Participar do COE Saúde e apresentar as demandas de Segurança Alimentar e Nutricional decorrente ao desastre por seca e estiagem; -Apoiar os municípios nas ações de enfrentamento da Insegurança Alimentar e Nutricional

Quadro 30 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência Assistência Especializada

SETOR: GERÊNCIA ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Elaborar um protocolo extraordinário, em conjunto com outras gerências, a ser utilizado em situações de desastres climatológicos por secas e estiagens, permitindo o ajuste adequado das agendas eletivas para a população atingida, garantindo o acesso oportuno e o ajuste dos casos que demandem atendimento imediato, considerando situações específicas; -Fortalecer a articulação com a rede de atenção especializada; -Apoiar os estados nas ações de preparação da rede de atenção especializada diante os desastres de seca e estiagem; -Produzir documentos acerca do impacto da seca e estiagem nos componentes da rede de atenção especializada; -Fomentar o diálogo com as demais áreas envolvidas para potencializar o desempenho das ações e integração na construção dos planos de ação; -Fortalecer as capacitações dos núcleos de educação permanente com temáticas para abordagem e manejo adequado dos agravos causados pela seca e estiagem; -Acompanhar a divulgação dos briefings, boletins e alertas elaborados por órgãos componentes do Sistema Federal de Resposta (INMET, SGB,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

79

	etc.) e avaliar o risco de impacto nas áreas de atuação dos Desastres por secas e estiagens.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas; -Realizar o monitoramento do aumento da procura dos serviços de saúde da atenção especializada, relacionados às doenças e aos agravos relacionados à seca, à estiagem e aos incêndios; -Desenvolver, em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), <i>dashboards</i> alimentados por dados provenientes dos estados, seguindo o modelo adotado durante a covid-19; -Apoiar os gestores da Rede de Urgência e Emergência (RUE) no monitoramento e na discussão das necessidades de assistência local, como reorganização da rede de atenção, necessidade de infraestrutura e equipamentos e/ou apoio especializado
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta; -Monitorar o aumento das internações hospitalares relacionado às doenças e aos agravos relacionados à seca e a estiagem; -Monitorar os indicadores de assistência na Atenção Especializada previamente elaborados; -Fomentar, junto aos territórios, a relevância de um fluxo específico de atendimento para condições respiratórias; -Reforçar a importância da grade de referência hospitalar bem estabelecida em cada região, para o atendimento eficiente de pacientes com agravos à saúde causados pelas secas e/ou estiagem; -Estimular o apoio dos Centros de Informação e Assistência Toxicológica (CIATox) aos profissionais de saúde das RAS; -Fortalecer a comunicação com a Central de Regulação das Urgências (CRU) para garantir a regulação adequada dos casos em tempo oportuno para as unidades de referências estabelecidas na rede; -Reforçar a importância do acionamento e atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) 192 respeitando a estratificação de acordo com o nível de gravidade do usuário
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Ativação do plano de contingência ambulatorial para desastres por seca e estiagem; -Articulação com os outros atores da Secretaria de Estado da Saúde para alinhamento das estratégias; -Identificação e alocação de recursos humanos e insumos essenciais; -Planejamento para a transição do atendimento para a fase de reconstrução e recuperação da saúde pública; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

80

Quadro 31 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência Gestão Hospitalar

SETOR: GERÊNCIA GESTÃO HOSPITALAR	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Elaborar um plano específico de gestão hospitalar, em conjunto com outros atores estratégicos, estabelecendo diretrizes para o percentual de ocupação de leitos, a ampliação de leitos e a alocação de recursos hospitalares em situações relacionadas a desastres climatológicos por seca a estiagem. O plano deve contemplar a análise da demanda de atendimento, a redistribuição de pacientes, a organização e expansão da infraestrutura hospitalar, além de estratégias para garantir a continuidade do cuidado à população atingida.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Orientar as SMS a mapear as unidades hospitalares em áreas de risco; -Identificar estabelecimentos assistenciais de saúde com um nível de segurança que garanta sua funcionalidade nas situações de desastre; podendo, inclusive, ter sua capacidade de atendimento ampliada; -Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Monitorar a demanda, o fluxo assistencial e os agravos nas unidades estaduais de saúde (hospitais e unidades mistas), bem como identificar necessidades de insumos, medicamentos, recursos humanos e estrutura; -Acompanhar os serviços de saúde afetados na região e articular soluções para manter a assistência; -Avaliar a necessidade de contratação de leitos na rede privada; -Definir hospitais de referência para casos que exijam cuidados intermediários, tanto na região afetada quanto em localidades próximas; -Estruturar fluxos de atendimento para emergências e pacientes graves, garantindo o encaminhamento adequado; -Coordenar ações de apoio à assistência em saúde em parceria com órgãos externos e entes federativos (SAMU, Exército, Corpo de Bombeiros, Força Nacional do SUS, Ministério da Saúde); -Designar hospitais sob gestão estadual como referência para suporte às unidades municipais, incluindo unidades básicas de saúde; -Garantir a disponibilização de leitos em hospitais públicos estaduais, incluindo leitos de UTI para casos graves; -Verificar e fortalecer a infraestrutura hospitalar e das Unidades de Pronto Atendimento, assegurando a capacidade de resposta ao aumento da demanda, especialmente para gestantes e recém-nascidos; -Pactuar fluxos assistenciais e clínicos com maternidades de referência de alto risco, baseando-se em evidências científicas para o manejo de doenças transmitidas relacionadas a seca e estiagem. -Organizar os fluxos de atendimento para casos de média e alta complexidade; -Avaliar a realocação de equipes de saúde para reforçar a assistência nos municípios afetados;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

81

	-Planejar a ampliação de leitos nas unidades hospitalares de referência, conforme a necessidade da situação; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 32 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – HEMOES

SETOR: HEMOES	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Estabelecer protocolos claros de comunicação e integração com a Secretaria Estadual de Saúde (SESA) e as unidades hospitalares para priorização e distribuição de sangue de acordo com a gravidade dos casos; -Implementar sistemas de monitoramento e reporte para avaliar a necessidade de sangue em tempo real, especialmente em hospitais de emergência; -Planejar e coordenar o transporte de sangue para áreas afetadas, assegurando que as condições de armazenamento e transporte atendam às exigências de segurança e qualidade; -Estabelecer um sistema de comunicação eficiente para informar a população sobre as necessidades de doação de sangue, especialmente em áreas impactadas pelo desastre; -Manter canais de comunicação abertos com os órgãos de defesa civil, hospitais e unidades de saúde para ajustar rapidamente a resposta ao desastre.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Monitorar os estoques e redistribuir os insumos entre os hemocentros e unidades hospitalares, conforme a necessidade; -Articular com a rede hospitalar e unidades de emergência para garantir o abastecimento adequado; -Prestar suporte transfusional para vítimas de desastres e pacientes críticos em hospitais e unidades de pronto atendimento; -Atuar em conjunto com equipes de resgate para a rápida disponibilização de sangue em situações críticas; -Estabelecer estratégias para doação e coleta de sangue, incentivando o comparecimento de doadores voluntários para reposição dos estoques; -Manter comunicação contínua com unidades hospitalares para atualização da demanda por sangue e insumos;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

82

	-Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Garantir a execução do plano de contingência hemoterápico, assegurando atendimento rápido e eficaz à população afetada.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 33 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gestão de regulação de Atenção à Saúde, Regulação Hospitalar e Regulação Ambulatorial.

SETOR: GESTÃO DE REGULAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE, REGULAÇÃO HOSPITALAR E REGULAÇÃO AMBULATORIAL	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Desenvolver um plano específico, integrado a setores estratégicos, com ações que garantam o acesso oportuno e em local adequado aos usuários em cenários de desastres de grande magnitude, considerando possíveis limitações de infraestrutura, acesso, recursos humanos e disponibilidade de vagas; -Elaborar um protocolo de regulação de acesso adaptado a cenários de desastres, contemplando diretrizes para a restrição de acesso, manejo da superlotação de leitos, evacuação de hospitais e demais estabelecimentos essenciais de saúde, garantindo a continuidade do atendimento e a otimização dos recursos disponíveis.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Planejar o transporte emergencial considerando restrições de acesso ao Hospital Regional e outras unidades de referência; -Identificar e garantir leitos de UTI e de retaguarda para pacientes agudos e crônicos; -Garantir o acesso à terapia renal substitutiva, independentemente do local de residência do paciente; -Monitorar a capacidade instalada de internação, avaliando a disponibilidade e ocupação de leitos, incluindo especialidades como infectologia; -Divulgar os fluxogramas assistenciais para média e alta complexidade, conforme necessidade de expansão da oferta de leitos; -Apoiar a transferência intra e interestadual de pacientes quando necessário; -Atuar no gerenciamento de internações e regulação de leitos, garantindo atendimento imediato a pacientes em situação de risco; -Avaliar a capacidade da rede referenciada conforme a gravidade e demanda do evento de seca e estiagem;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

83

	-Acionar equipes de triagem e classificação de risco para otimizar o fluxo assistencial e a regulação de leitos; -Alertar a rede sobre a necessidade de ativação de leitos de retaguarda para suprir a demanda emergencial; -Monitorar continuamente a disponibilidade de leitos, garantindo a eficiência da assistência; -Acompanhar pacientes que aguardam procedimentos eletivos, assegurando reagendamentos ou encaminhamentos alternativos para minimizar impactos na continuidade do tratamento; -Monitorar continuamente a disponibilidade de leitos, garantindo a eficiência da assistência; -Acompanhar pacientes que aguardam procedimentos eletivos, assegurando reagendamentos ou encaminhamentos alternativos para minimizar impactos na continuidade do tratamento; -Divulgar para a rede assistencial regional os fluxogramas de atendimento preconizados pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde para agravos relacionados ao desastre; -Realizar transportes de urgência conforme a necessidade assistencial. -Coletar e enviar informações para o CIEVS para composição do Boletim Epidemiológico, conforme a periodicidade estabelecida.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 34 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – SAMU.

SETOR: SAMU	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Manter as ambulâncias em funcionamento, estrutura física, insumos, vias aéreas; -Realizar gestão de Recursos Humanos; -Manter relação com a Porta de entrada; -Realizar ações de capacitação para situações de desastres por seca e estiagem; -Participar das discussões junto à gestão da SESA-ES para o planejamento de ações e estratégias em situações de desastres de grande magnitude, considerando possíveis limitações de acesso, fechamento da porta de entrada de urgência e restrições de infraestrutura, a fim de garantir a continuidade e a efetividade do atendimento à população; -Participar do planejamento e execução do plano de contingência em desastres, garantindo alinhamento estratégico entre os serviços de emergência.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

84

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Responder a ocorrências emergenciais em áreas de risco, prestando atendimento pré-hospitalar imediato às vítimas; -Priorizar o atendimento a casos graves e críticos, garantindo estabilização inicial e encaminhamento adequado; -Coordenar a triagem de pacientes para otimizar os recursos disponíveis e reduzir sobrecarga nos hospitais; -Executar a transferência segura de pacientes em estado crítico para hospitais de referência; -Garantir suporte adequado durante o transporte, incluindo a utilização de UTI móvel para pacientes graves; -Monitorar e ajustar a escala de profissionais, assegurando a disponibilidade de equipes para atuação contínua durante a emergência; -Verificar a funcionalidade dos equipamentos essenciais, incluindo ambulâncias, sistemas de comunicação e dispositivos de suporte à vida. -Controlar os estoques de medicamentos, oxigênio e insumos médicos, garantindo abastecimento suficiente para a resposta ao desastre; -Atuar de forma integrada com os setores da SESA ES, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, e hospitais de referência para otimizar o atendimento às vítimas; -Manter comunicação contínua com as centrais de regulação para direcionamento eficiente das equipes e ambulâncias.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 35 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Núcleos Regionais de Regulação do Acesso.

SETOR: NÚCLEOS REGIONAIS DE REGULAÇÃO DO ACESSO	
ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Planejar ações de forma integrada com a SESA ES, garantindo que sejam complementares, eficientes, coordenadas e organizadas, assegurando uma comunicação eficaz entre a regional e a SESA ES; -Instituir protocolos diferenciados dentro dos cenários de desastres por seca e estiagem, considerando a rede assistencial prejudicada pela situação emergencial, incluindo regulação hospitalar para as diversas especialidades.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Atuar em conjunto com a SESA ES, estabelecendo, de forma coordenada, os procedimentos necessários para garantir o acesso oportuno e a prestação de cuidados adequados à população, especialmente em situações de emergência. Isso envolve a definição de fluxos assistenciais, a otimização da regulação do acesso aos serviços de saúde e a articulação com diferentes níveis de atenção para assegurar uma resposta eficaz e integrada; -Participar ativamente do COE SAÚDE.



CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.
--------------	---

É fundamental destacar que a implementação dos estágios operacionais deve ser adaptada conforme as particularidades socioeconômicas, ambientais e territoriais de cada município, bem como considerando a gravidade, a extensão e a natureza específica do evento em questão. Essa flexibilidade permite uma resposta mais eficaz e contextualizada às diferentes realidades locais.

As mudanças climáticas, causadas pela constante e crescente degradação do meio ambiente, têm implicações diretas na saúde. O aumento das temperaturas, a ocorrência de eventos climáticos extremos e a crescente degradação do meio ambiente contribuem para o aumento de doenças, além de ameaçarem a segurança alimentar, o acesso à água potável, entre outros impactos significativos.

O Plano de contingência desempenha um papel fundamental ao direcionar as ações do sistema de saúde brasileiro e suas instituições parceiras durante emergências em saúde pública. Eles oferecem diretrizes claras e bem estruturadas, definindo responsabilidades, estratégias e recursos necessários para enfrentar tais situações (BRASIL, 2024).

6. INSTRUÇÕES PARA ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE)

O COE é um mecanismo para resposta à emergência que objetiva a promoção de uma resposta coordenada por meio da articulação e integração entre os atores envolvidos. Ele é uma estrutura organizacional formada por profissionais do Eixo da gestão, eixo de Assistência, Eixo de Vigilância de Gestão de Emergências em Saúde Pública e Eixo de Vigilância à Saúde, Coordenações Gerais e Departamentos da Secretaria de Estado da Saúde e demais atores intra e intersetoriais com competência para atuar na emergência,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

86

no qual realizam-se o planejamento, a organização, a coordenação, a avaliação e o controle das atividades de resposta. A periodicidade das reuniões do COE podem ser diárias, semanais, quinzenais ou em período definido pela gestão (comando), de acordo com a necessidade (BRASIL, 2026e).

Após ativado, o COE deve atuar de forma eficiente para organização da resposta. São atividades e responsabilidades do COE:

- Avaliação e análise das informações referentes à emergência;
- Construção do Plano de Ação do Evento para enfrentamento da emergência;
- Estabelecimento de ações prioritárias;
- Mobilização de recursos humanos, materiais, insumos e equipamentos necessários;
- Elaboração de relatórios de trajetória do evento;
- Produção de informação de interesse em Saúde Pública em Situações de Emergência em Saúde Pública;
- Articulação entre os atores da esfera federal, do ente federado e municípios envolvidos na resposta (BRASIL, 2026e).

6.1. ATRIBUIÇÕES DO COE-SAÚDE – SESA-ES

O Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde) do Estado do Espírito Santo é uma estrutura organizacional temporária, ativada exclusivamente em emergências, como desastres ou crises de saúde pública, com a finalidade de coordenar e gerir as ações de resposta a esses eventos.

Entre suas atribuições, destacam-se:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

87

1. Coordenar e articular a atuação integrada das equipes da SESA, regionais de saúde, municípios e demais instituições envolvidas, garantindo uma resposta unificada e eficaz.
2. Manter comunicação permanente com o Sistema de Comando de Operações (SCO) ou instância equivalente, responsável pela gestão global da resposta ao desastre ou crise, assegurando o fluxo contínuo de informações e a harmonização das ações entre as diferentes esferas de gestão.
3. Promover a centralização e organização das decisões estratégicas relacionadas à resposta em saúde, facilitando o planejamento, a execução e o monitoramento das ações.
4. Assegurar a formalização da ativação por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Estado, garantindo a legalidade e a conformidade normativa da operação.
5. Planejar, implementar e acompanhar medidas emergenciais de assistência à saúde, vigilância epidemiológica, logística de insumos e recursos humanos, de forma a minimizar impactos e proteger a população atingida.
6. Avaliar e revisar continuamente as ações executadas, identificando lições aprendidas e oportunidades de melhoria para futuras respostas.

O propósito central do COE-Saúde é proporcionar uma atuação ágil, organizada e tecnicamente qualificada, assegurando que todos os profissionais envolvidos atuem de forma integrada, reduzindo os impactos à saúde e garantindo a segurança da população.

6.2. COMPOSIÇÃO DO COE-SAÚDE

Em virtude da ocorrência de eventos extremos de seca e estiagem no estado do Espírito Santo, a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo procederá ao acionamento do Centro de Operações de Emergências (COE), o qual contará com a seguinte composição:

- Secretário de Estado da Saúde do Espírito Santo (Coordenador do COE SAÚDE)
- Subsecretaria de Estado de Vigilância em Saúde



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

88

- Subsecretaria de Estado de Planejamento e Transparência da Saúde
 - Subsecretaria de Estado de Regulação do acesso em Saúde
 - Subsecretaria de Estado de Atenção à Saúde
 - Subsecretaria de Estado Contratualização em Saúde
 - Subsecretaria de Estado Assunto Administrativo/ financeiro da Atenção à Saúde
 - Diretor Geral do ICEPI/SESA ES
 - Superintendência Regional de Saúde de Colatina -SESA ES
 - Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim -SESA ES
 - Superintendência Regional de Saúde de São Mateus -SESA ES
 - Superintendência Regional de Saúde de Vitória -SESA ES
- Suporte Técnico e Operacional:
- Pontos Focais em Saúde (Vigidesastres, CIEVS, Rede de Urgência e Emergência);
 - Equipe Técnica em Saúde do Programa Estadual Vigidesastres.
 - Gerência de Comunicação da SESA ES
 - Apoio do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do ES

6.3. ATIVAÇÃO

A ativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde) estadual é de competência do Secretário de Estado da Saúde, que será responsável por coordenar e efetivar sua instalação em resposta a situações de emergência em saúde pública decorrente de desastre por secas e estiagens no Estado do Espírito Santo. Na hipótese de impossibilidade de atuação direta, essa atribuição poderá ser formalmente delegada a outro gestor designado, mediante ato administrativo.

O processo de ativação deverá ocorrer de forma escalonada e proporcional à gravidade e à abrangência do evento, seguindo os seguintes critérios:

Monitoramento e Análise Prévia – A decisão de ativar o COE-Saúde Estadual será fundamentada em informações provenientes do Programa



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

89

Vigidesastres/ SESA ES com dados meteorológicos, alertas de órgãos competentes, relatórios das regionais de saúde e recomendações técnicas emitidas por instâncias de gestão de riscos e desastres.

Definição do Nível de Resposta – A partir da avaliação da magnitude do evento, serão definidos o nível de mobilização e as áreas técnicas a serem acionadas, observando o estágio de resposta previsto no Plano de Contingência Estadual.

O intervalo e a frequência das reuniões do COE-Saúde serão definidos proporcionalmente à magnitude e à evolução da emergência. Em situações de crise ou de emergência de saúde pública, deverão ser realizados, no mínimo:

- *Briefing* diário: reunião inicial para apresentação do cenário atualizado, definição de prioridades e distribuição de tarefas;
- *Debriefing* diário: reunião de encerramento das atividades para avaliação dos resultados do dia, ajustes operacionais e replanejamento.

Para assegurar a coordenação eficiente das ações, será utilizada diariamente uma Matriz de Responsabilidades (planilha de acompanhamento), contendo:

- A descrição detalhada das ações previstas para o dia;
- O nome e/ou cargo do responsável pela execução;
- O prazo estimado para conclusão;
- O status de andamento das atividades.

Este processo de definição de nível de resposta e organização das reuniões visa garantir clareza na distribuição de responsabilidades, padronização na comunicação e eficiência operacional durante todo o período de atuação do COE-Saúde.

Acionamento dos COEs Regionais – Sempre que identificado impacto localizado ou regionalizado, o COE-Saúde Estadual determinará a ativação dos COEs-Saúde Regionais correspondentes às áreas atingidas. Esses COEs Regionais serão responsáveis por:

- Coordenar as ações de resposta no âmbito regional, articulando com as Secretarias Municipais de Saúde e demais órgãos locais.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

90

- Garantir o fluxo de informações contínuo com o COE-Saúde Estadual, subsidiando a tomada de decisões.
- Monitorar a situação em campo e reportar necessidades operacionais e logísticas.
- Executar as ações previstas no Plano de Contingência Regional, em consonância com as diretrizes estaduais.
- Formalização da Ativação – A instalação do COE-Saúde Estadual e dos COEs-Saúde Regionais será formalizada por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Estado, conferindo legalidade e legitimidade ao processo de resposta.

Essa lógica de ativação visa assegurar uma resposta organizada, coordenada e escalonada, integrando esforços entre os níveis estadual, regional e municipal, de forma a minimizar os impactos sobre a saúde da população e otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

6.4. DESATIVAÇÃO

A desativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde) é de competência do Secretário de Estado da Saúde, podendo essa atribuição ser formalmente delegada a outro gestor designado, na hipótese de sua impossibilidade de atuação.

O processo de desativação será fundamentado na avaliação contínua da emergência, considerando a redução ou controle significativo dos riscos à saúde pública, a normalização dos serviços essenciais e a diminuição da necessidade de ações extraordinárias.

A desativação seguirá as seguintes etapas:

1. Análise Técnica – Realizada pelo COE-Saúde, em conjunto com as áreas técnicas da SESA, regionais de saúde e demais instituições parceiras, para verificar o cumprimento dos objetivos da resposta e a situação epidemiológica e assistencial no território afetado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

91

2. Decisão de Encerramento – A partir dessa análise, será emitida recomendação técnica ao Secretário de Estado da Saúde para a desativação do COE-Saúde e, quando aplicável, dos COEs-Saúde Regionais.

3. Formalização – O encerramento será oficializado por meio de portaria da Secretaria de Estado da Saúde, publicada no Diário Oficial do Estado, estabelecendo o término das atividades específicas de resposta à emergência. Esta portaria poderá definir diretrizes para a transição gradual das ações emergenciais para a rotina dos serviços de saúde.

4. Desmobilização e Reintegração – As equipes, recursos e estruturas mobilizadas serão reorganizados e reintegrados às atividades regulares, preservando-se a capacidade de resposta para eventos futuros.

5. Relatório Técnico Final – Após a desativação, será elaborado um relatório técnico detalhado contendo:

- Descrição das ações executadas;
- Resultados obtidos;
- Principais dificuldades e desafios enfrentados;
- Lições aprendidas;
- Recomendações para o aprimoramento de futuros planos de contingência e respostas a emergências.

O processo de desativação visa assegurar que a saída do regime emergencial seja realizada de forma planejada, garantindo a continuidade da atenção à saúde da população e a consolidação das melhorias e aprendizados adquiridos durante a resposta.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano de Contingência apresenta em sua estrutura as ações prioritárias para Enfrentamento de desastre por seca e estiagem no Estado do Espírito Santo, em conformidade com Guia de Elaboração de Planos de Contingência do Ministério da Saúde e Plano de contingência para emergência em saúde pública por seca e estiagem do Ministério da Saúde.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

92

Esse documento descreve medidas específicas para os setores da saúde aliados quando em gestão de desastres, de forma integrada, o que inclui Gestão e Coordenação, Vigilância em Saúde, Comunicação de Risco, Administração, Planejamento e Logística, Rede Assistencial e Laboratório Central.

As ações que são propostas englobam as fases das ações, da normalidade, que foca na prevenção, monitoramento e capacitação de equipes, o estágio de mobilização, alerta, emergência e crise, detalhando as ações que devem ser realizadas, garantindo coordenação integrada, levantamento de recursos necessários, monitoramento contínuo dos indicadores, comunicação eficaz e assistência às pessoas.

A implementação do plano fortifica a capacidade de preparo, resposta e mitigação sobre os efeitos de seca e estiagem no estado do Espírito Santo, o que assegura assistência de saúde oportuna à população, a continuidade da atenção e a integração de todos os atores necessários, em todos os níveis de gestão.

Esse plano é um instrumento estratégico para a gestão de riscos e eventos extremos em saúde pública, servindo de documento para o suporte técnico e operacional a ser utilizado pela Secretaria de Estado da Saúde em situações de seca e estiagem.



8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública por Seca e Estiagem**. Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. **Guia para elaboração de planos de contingência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 42 p. Il. ISBN 978-65-5993-566-6.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. **Monitor de Secas**. 2026a. Disponível em: <https://monitordesecas.ana.gov.br/mapa?mes=6&ano=2026> Acesso em: 23 jul. 2026a.

BRASIL. DATAUSUS. Óbitos por causas evitáveis. **Óbitos por Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível**. Dados de 2020 a 2024. 2026b. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/evitb10es.def> Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. Governo. Notícias. **Espírito Santo ultrapassa 7 mil leitos em funcionamento e acompanha maior crescimento sustentado do SUS na década**. 2026c. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Fsaude%2Fpt-br%2Fassuntos%2Fnoticias-para-os-estados%2Fespírito-santo%2F2026%2Fmarco%2Fespírito-santo-ultrapassa-7-mil-leitos-em-funcionamento-e-acompanha-maior-crescimento-sustentado-do-sus-na-decada&ved=0CAYQ1fkOahcKEwiosInf5eyVAxUAAAAAHQAAAAAQCG&opi=89978449> Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. **Plano de Contingência para emergência em saúde pública por seca e estiagem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2026d.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. **Plano de contingência para emergência em saúde pública por seca e estiagem** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2026e.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Guia prático de orientações em emergências e desastres. A atuação do psicólogo em emergências e desastres: da prática à teoria**. CRP, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

94

ESPÍRITO SANTO. **Decreto n.4488-R, de 09 de agosto de 2019.** Institui o Sistema Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres, denominado Alerta. Vitória: Diário Oficial do Espírito Santo, 2019. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2026.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto n.5.387, de 05 de maio de 2023.** Cria o Programa Capixaba de Mudanças Climáticas no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Espírito Santo, 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-5870-2024-espírito-santo-regulamenta-o-programa-selo-descarboniza-es-e-institui-normas-para-a-concessao-do-selo-descarboniza-es-aos-negocios-que-contribuirem-para-o-plano-de-descarbonizacao-do-estado-do-espírito-santo> Acesso em: 20 mar. 2026.

ESPÍRITO SANTO. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). **Boletim Agroclimático do Espírito Santo.** Espírito Santo: V. 13, n.2 abr./jun., 2026

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil – PEPDEC:** 17ª atualizado. Vitória: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, 2024.

ESPÍRITO SANTO. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER. **Acompanhamento Mensal do Monitor de Secas.** 2026. Disponível em: https://meteorologia.incaper.es.gov.br/monitordesecas_ES Acesso em: 23 jul. 2026.

ESPÍRITO SANTO. Plano Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo. Produto 2 – Diagnóstico dos Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. – **Relatório sobre eventos críticos.** COBRAPE, Revisão 3, 2017.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Saúde. **Quem somos.** 2026. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/quemsomos> Acesso em: 24 jul. 2026.

ESPÍRITO SANTO. Agência Estadual de Recursos Hídricos. **Grupo de Contingenciamento e mitigação dos impactos da seca no Espírito Santo.** 2023. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/agerh-cria-grupo-de-contingenciamento-e-mitigacao-dos-impactos-da-seca-no-espírito-santo> Acesso em: 24 jul. 2026.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Saúde. **Plano de Contingência Estadual das Arboviroses Dengue, Zika e Chikungunya 2021-2023.** ES: SESA, 2021.

FAVERO, E.; DIESEL, V. **A seca enquanto um hazard e um desastre: uma revisão teórica.** Aletheia, n. 27, p. 198-209, 2008. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. Plano de contingência para emergência em saúde pública por seca e estiagem. Brasília: Ministério da Saúde, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

95

MATO GROSSO. Secretaria de Estado da Saúde. **Plano de Contingência para desastres provocados por seca, estiagem e incêndios florestais do Estado de Mato Grosso do Sul: abordagem em Saúde Única.** Mato Grosso do Sul: SESA, 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Saúde. **Plano de preparação e resposta ao período de seca e estiagem.** Minas Gerais: SES, 2022. Atualização 2024.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Saúde. **Plano Estadual da Saúde para enfrentamento da seca, estiagens e incêndios florestais.** Paraíba: SESA, 2026.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Saúde. Diretoria Geral de Vigilância e Proteção à Saúde. **Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública por Seca e Estiagem.** Tocantins: SESA, 2016.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

96

9. APÊNDICES

APÊNDICE 1 – MODELO DE PORTARIA DE ATIVAÇÃO DO COE SAÚDE SESA E COEs REGIONAIS

PORTARIA Nº __, DE __ DE _____ DE 20__

Dispõe sobre a ativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde/SESA) e dos Centros de Operações de Emergência em Saúde Regionais (COEs Regionais), no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, em razão de evento de desastre climatológico por secas e estiagens.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. ____ da Lei Estadual nº __, de __/__, e:

- **Considerando** o Plano de Contingência Estadual para Enfrentamento de Desastres Climatológicos por seca e estiagem;
- **Considerando** a ocorrência de [descrever o evento], classificado como desastre climatológico por seca e estiagem, com impacto relevante para a saúde pública;
- **Considerando** a necessidade de coordenação centralizada e descentralizada das ações de resposta no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

RESOLVE:

Art. 1º Fica ativado, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde), com a finalidade de coordenar, planejar e monitorar as ações de resposta à emergência de saúde pública decorrente de [descrever o evento], de acordo com o Plano de Contingência vigente.

Art. 2º Ficam ativados, concomitantemente, os **Centros de Operações de Emergência em Saúde Regionais (COEs Regionais)**, no(s) território(s) diretamente impactado(s), com as seguintes atribuições:

I – Implementar as diretrizes definidas pelo COE-Saúde/SESA no âmbito regional;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

97

- II – Garantir a articulação com as Secretarias Municipais de Saúde e demais atores envolvidos;
- III – Monitorar a situação epidemiológica e assistencial na área de abrangência;
- IV – Consolidar e encaminhar informações diárias ao COE-Saúde/SESA.

Art. 3º Compete ao COE-Saúde/SESA:

- I – Avaliar continuamente o cenário e definir o nível de resposta;
- II – Convocar e conduzir reuniões de **briefing e debriefing** diárias, conforme a magnitude do evento;
- III – Atualizar e divulgar a Matriz de Responsabilidades, contendo as ações, prazos e responsáveis;
- IV – Fornecer apoio técnico e logístico aos COEs Regionais.

Art. 4º Os trabalhos dos COEs permanecerão ativos até nova deliberação desta Secretaria, considerando o restabelecimento das condições normais de saúde pública e a redução do risco à população.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Local], __ de _____ de 20__

Secretário de Estado da Saúde do Espírito Santo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

98

APÊNDICE 2 – MODELOS DE PORTARIA DE DESATIVAÇÃO DO COE SAÚDE SESA E COEs REGIONAIS

PORTARIA Nº /_ – SESA/ES

Dispõe sobre a desativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde/SESA) e dos Centros de Operações de Emergência em Saúde Regionais (COEs Regionais), instituídos em resposta à emergência de saúde pública decorrente de [descrever o tipo de desastre climatológico], no âmbito do Estado do Espírito Santo.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- A Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde;
- O Decreto Estadual nº _____, de ____ de _____ de _____, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Saúde;
- O Plano de Contingência da Secretaria de Estado da Saúde para o Enfrentamento de Desastres Climatológicos por seca e estiagem no Estado do Espírito Santo;
- As atribuições conferidas ao COE-Saúde/SESA e aos COEs Regionais no processo de coordenação das ações de resposta às emergências de saúde pública;
- A avaliação técnica que indica o controle da situação e a redução significativa dos riscos à saúde pública decorrentes do evento [descrever o evento];

RESOLVE:

Art. 1º Fica desativado, a partir da data de publicação desta Portaria, o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde/SESA) e os Centros de Operações de Emergência em Saúde Regionais (COEs Regionais), instituídos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

99

em resposta à emergência de saúde pública decorrente de [descrever o tipo de desastre].

Art. 2º A desativação ora definida implica a transição das ações emergenciais para a rotina operacional dos serviços de saúde, devendo as áreas técnicas da SESA e as Regionais de Saúde dar continuidade às atividades necessárias à manutenção da vigilância e da assistência à população.

Art. 3º O COE-Saúde/SESA, por meio de sua Coordenação, deverá elaborar **Relatório Técnico Final** contendo:

- I – Descrição do evento e da situação epidemiológica;
- II – Medidas adotadas durante a resposta;
- III – Resultados alcançados;
- IV – Dificuldades encontradas e soluções implementadas;
- V – Recomendações e lições aprendidas para aprimorar futuras respostas a emergências.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Local], ____ de _____ de _____.

Secretário (a) de Estado da Saúde do Espírito Santo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

100

APÊNDICE 3 – MODELO DE MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

Ação/Atividade	Responsável	Prazo	Status	Observação

Orientações para uso da Matriz de Responsabilidade:

- Ação/Atividade: Descrição clara e objetiva da tarefa a ser realizada.
- Responsável: Nome do setor, equipe ou profissional designado para execução.
- Prazo: Data ou periodicidade para conclusão da ação.
- Status: Atual situação da atividade (pendente, em andamento, concluído, etc.).
- Observações: Informações adicionais relevantes, como dificuldades, recursos necessários ou instruções específicas.